



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS

DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

INTEGRAÇÃO: DUALIDADES DA ARQUITETURA



*Trabalho de Projeto apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para a obtenção do grau de mestre em Arquitetura*

Por

Miguel de Gouveia André

Outubro de 2012



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS

DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

INTEGRAÇÃO: DUALIDADES DA ARQUITETURA

*Trabalho de Projeto apresentado à Universidade Católica Portuguesa
para a obtenção do grau de mestre em Arquitetura*

Orientador: Arquiteto António da Silva Ferreira de Carvalho

Coorientadores: Professor Doutor Gonçalo de Sousa Byrne e Dra. Carina Gomes

Por

Miguel de Gouveia André

Agradecimentos

Apesar de este trabalho de projeto ter sido um processo individual, solitário, foram fundamentais os contributos de natureza diversa. Sempre traduzidos em confiança e estímulo constantes, à prossecução deste meu propósito.

Por esta razão é meu desejo dedicar este espaço para expressar os meus sinceros agradecimentos:

Começo assim por agradecer ao professor António da Silva Ferreira de Carvalho, que na qualidade de orientador foi incansável no apoio prestado desde o primeiro dia, demonstrando total disponibilidade e compreensão. Bem como pelo esforço no bom entendimento e confiança que sempre manifestou através do encorajamento no melhoramento da solução do projeto apresentado.

Ao professor Doutor Gonçalo de Sousa Byrne, que coorientou também acompanhando toda esta minha jornada proporcionando sempre uma boa discussão através de trocas de ideias, sempre enriquecedoras, e gratificantes.

Um agradecimento especial à Dra. Carina Gomes, pela coordenação e disponibilidade dos seus esclarecimentos sempre clarificadores, bem como pelo apoio incansável em pormenores mais técnicos de organização e estruturação de todo este trabalho.

Agradeço também ao professor Luís Manuel Jorge Morgado, que mesmo não sendo um professor do momento e se encontrar distante, demonstrou total disponibilidade em fornecer bibliografia e receptivo a qualquer esclarecimento.

Queria deixar aqui bem saliente também, o meu agradecimento à José Cardia Arquitetos, empresa que desde 2009 me acolheu, melhorando assim todas as minhas capacidades técnicas, contribuindo sem dúvida como um complemento a todos os ensinamentos académicos obtidos.

Não queria terminar os meus agradecimentos sem mencionar os meus colegas de turma, em especial a Daniela Meneses, o Lucas Diz e o Raul Lopes, que sempre me alimentaram o entusiasmo e que nos momentos mais difíceis e críticos continuaram a acreditar no meu trabalho. Por todos os pares de horas que passamos juntos a trabalhar e a discutir ideias, o meu muito obrigado.

Finalmente mas não menos importante, o agradecimento á minha família, que durante todo o tempo, sempre me apoiou inquestionavelmente, demonstrando todo o seu apreço e carinho fundamentais, ao meu trabalho.

A todos, o meu muito Obrigado!

Resumo

Palavras-chave: Arquitetura, Integração, Dualidade, Acessibilidades, Mobilidade, Paisagem, Território, Necessidades, Função, Forma, Utilidade, Berna, *Schindler Award*.

A arquitetura integra-se, mas também integra em si. A ideia desta dualidade é o móbil deste trabalho. O tema “Dualidades da Arquitetura” pode parecer ambíguo, já que o propósito primordial é abordar o problema das acessibilidades. Uma obra de arquitetura deve integrar em si todo um conjunto de mecanismos que facilitem a mobilidade de TODOS quanto a experienciam, adequando-se ao seu utilizador (normal e/ou com *deficits*), mas deve também integrar-se na sua envolvência, no contexto que a rodeia. É, portanto, necessário abordar o que é a paisagem e perceber as diferentes vertentes de integração que uma obra de arquitetura pode proporcionar.

Para que tal aconteça, é imperativo que se adeque a arquitetura ao território da melhor forma, estudando os seus *layers*, onde naturalmente é necessário enquadrar o ser humano e as suas necessidades, nunca descurando a necessidade de conciliar a sua função e uso, com a sua forma, pois a estética deve estar aliada à técnica e à respectiva utilidade.

Será essencialmente abordada, na parte teórica, a forma de integrar arquitetura na paisagem, e qual a sua importância, bem como a uma outra escala, o quão ela deve ser também inclusiva, integrando as necessidades de todos e para que todos a possam usar de uma forma segura, prática e agradável.

Através de exemplos concretos do projeto realizado para o concurso *Schindler Award 2012*, em Berna, abordar-se-á o significado destas dualidades. Assim, a partir de uma proposta urbana apresentada, bem como através de um edifício nela presente, se verá especificamente como se integram na paisagem e no território e como englobam em si dimensões relacionadas com o ser humano e as suas carências.

Abstract

Key-words: Architecture, Integration, Duality, Accessibility, Mobility, Landscape, Territory, Needs, Function, Shape, Usefulness, Bern, Schindler Award

The architecture integrates but also integrates itself. The idea of this duality is the motive of this work. The theme “Dualities of Architecture” may seem ambiguous, since the primary purpose is to address the problem of accessibility. A work of architecture must integrate itself a whole set of mechanisms to facilitate the mobility of how EVERYONE experiences it, adapting itself to its user (normal and/or with deficits) but it must also integrate into its surroundings, in the context that surrounds it. It is therefore necessary to address what is the landscape and understand the various aspects of integration that the work of architecture can provide.

For this to happen, it is imperative that it adapts the architecture to a territory in the best form, studying its layers, where of course is necessary to frame a human being and its needs, never fading the need to reconcile their function and use, with its shape, as aesthetic must be applied to technique and its usefulness.

This will essentially be addressed in the theoretical part, a way to integrate architecture and landscape and what its importance is, as well as in another scale, how it should also be inclusive, incorporating all its needs in order that everyone can use in a safe, practical and enjoyable way.

Through concrete examples of the project conducted for the *Schindler Award 2012* contest, in Bern, it will specifically address to the meaning of these dualities. Thus, from a presented urban proposal, as well as through an included building, you will see precisely how they integrate into the landscape and territory and include in themselves dimensions related to the human being and its needs.

Índice

1_ Introdução	01
1.1_ Considerações	01
1.2_ Objetivos	03
1.3_ Estruturação dos Temas a Abordar	04
2_ Capítulo I: Arquitetura na Paisagem e no Território	07
(Como Integrar a Arquitetura na Paisagem e no Território)	
2.1_ Aspectos Introdutórios	09
2.2_ Desenvolvimento	11
2.2.1_ O Território	11
2.2.2_ A Paisagem	14
2.2.3_ A Arquitetura	17
2.2.4_ Arquitetura na Paisagem e no Território	20
2.3_ Casos de estudo	27
2.3.1_ Siza Vieira e Souto Moura Vs Alvar Aalto e Peter Zumthor	27
2.3.2_ Farnsworth House de Mies Van der Rohe	33
2.4_ Ponto de Situação	39
3_ Capítulo II: Ser Integrado na Arquitetura	41
(Integrar o Ser Humano na Arquitetura)	
3.1_ Aspectos Introdutórios	43
3.2_ Desenvolvimento	45
3.2.1_ Exigências de Qualidade na Arquitetura	45
3.2.2_ A Importância da Acessibilidade	47
3.2.3_ Arquitetura e a Cidade	48
3.2.4_ Arquitetura Inclusiva	49
3.2.5_ Ambientes Inclusivos	51
3.3_ Ponto de Situação	55

4_ Metodologia	57
5_ Capítulo III: Integrar em Berna	61
(os Níveis de Integração do Projeto Proposto para Berna)	
5.2_ Contexto Atual	63
5.2.1_ Suíça	63
5.2.2_ Berna	63
5.2.3_ Área de Intervenção	64
5.3_ Análise do Local de Intervenção	69
5.3.1_ Mancha Urbana	69
5.3.2_ Utilizadores do Espaço	69
5.3.3_ Vias Automóveis e Ciclovias	70
5.3.4_ Estacionamento	70
5.3.5_ Ferrovias	71
5.3.6_ Passeios	71
5.4_ O Concurso	75
5.4.1_ A Empresa Promotora	75
5.4.2_ Abordagem da Schindler	75
5.4.3_ Critérios de Avaliação do Concurso	77
5.4.4_ Objectivos	77
5.4.5_ Restrições	78
5.5_ Proposta Urbana	81
5.5.1_ Considerações	81
5.5.2_ Premissas Base	83
5.5.3_ Layers do Desenho Urbano	85
5.5.4_ Descrição do Projeto Urbano	87
5.5.5_ Integração das Pessoas na Proposta Urbana	101
5.5.6_ Integração da Proposta Urbana na Paisagem	104
5.5.7_ Obras de Referência	107
5.6_ Edifício Proposto	111
5.6.1_ Considerações	111
5.6.2_ Descrição do Projeto do Edifício	112

5.6.3_ Integração das Pessoas no Edifício	125
5.6.4_ Integração do Edifício na Paisagem	128
5.6.5_ Pormenor Construtivo	130
5.6.6_ Obras de Referência	135

6_ Conclusões	137
----------------------	------------

7_ Referencias Bibliográficas	139
--------------------------------------	------------

7.1_ Livros Consultados	139
-------------------------	-----

7.2_ Sites Consultados	144
------------------------	-----

7.3_ Imagens Utilizadas	145
-------------------------	-----

Anexos

Esquema de Montagem dos Painéis Finais de Apresentação de Projeto

Painéis Finais de Apresentação do Projeto

Índice de Figuras

1_ Introdução¹

1.1_ Considerações

Se arquitetura é espaço, e o arquiteto é um construtor desse mesmo espaço, logo todos os espaços que possam surgir dependem da forma como o arquiteto interpreta a realidade, tudo o que o rodeia.

“A arquitectura é uma arte funcional muito especial; limita o espaço para que possamos residir nele e cria a estrutura em torno das nossas vidas.”

(Rasmussen, 2007, p.9)

A arquitetura tem sempre um carácter utilitário, é feita para as pessoas, e geralmente quanto mais “conforto” ela gerar, quanto maior e melhor for a experiência que possibilita a quem a vive, mais bem-sucedida ela será. Desta forma, embora ela surja muitas vezes num espaço vazio, a partir de uma folha branca, ela tem que ser feita em função das necessidades e anseios das pessoas e para as pessoas.

Assim, é natural que tenha que integrar um conjunto de ideias para que seja justificável e tenha um sentido.

Recorrendo de novo à ideia de espaço, ela deve não só integrar premissas e necessidades em resposta direta ao que lhe é pedido, mas também integrar-se no próprio espaço onde se irá inserir, surgindo assim uma primeira dualidade.

A arquitetura não só tem de responder a aspetos muito diretos, mas mesmo esses aspetos têm que ser bem estudados e pensados, como terá de ter em conta que o espaço onde se irá localizar será sempre um espaço integrado na própria paisagem, no território e na própria sociedade.

Se recorremos a um exemplo de uma simples pessoa que tem que resolver um problema, ela tem de pensar na forma como vai resolvê-lo, e decerto que terá sempre prós e contras, logo terá que pesá-los bem e tomar uma atitude para o solucionar. Mas quando o resolve, é sempre em função de alguma coisa, de alguma pessoa, mas todos os nossos atos, já que não vivemos isoladamente, influenciam sempre alguém.

¹ Por opção do autor, este trabalho segue a grafia do novo acordo ortográfico.

Assim, terão que existir sempre duas formas de pensar: a de resolver o problema; e a do impacto que esse problema, quando solucionado, poderá ter.

Equiparando à arquitetura, passa-se o mesmo, até porque essa simples pessoa pode ser o arquiteto, o que idealiza e projeta espaço. Desta forma, quanto projeta (quando se tem o problema), tem que se lhe responder, solucionando-o e integrando nele de uma forma pessoal, ou até empírica, soluções a questões que surjam, naturais da própria encomenda. Terá também de ter em conta o impacto e a forma como a sua obra se irá desenvolver no espaço pretendido.

Não existem espaços vazios, e mesmo quando se fala da “folha branca”, ela não deve ser vista de uma forma tão superficial como um vazio, como uma ausência de materialidade só porque lá não está nada representado. Quando se projeta, mesmo que o espaço esteja em vazio, as necessidades para quem e quando se projeta estão lá, bem como os constituintes que dão formam a esse mesmo espaço.

O arquiteto projeta sempre em função de alguém e para a própria sociedade. Assim, ao observar-se uma folha branca, deve-se pensar que se está a fazer algo para o ser humano e também para a paisagem. A uma menor escala, a arquitetura deve integrar o ser humano e globalmente integrar-se na própria paisagem. Tudo é paisagem, tudo o que se projeta fará sempre parte disso.

Assim e muito diretamente, está explicado o tema, pois o arquiteto terá que solucionar o melhor possível a sua obra para que esta seja ao máximo inclusiva para o homem, para quem a vai habitar. Bem como, terá de ter em conta, que ao materializar algo, o está a fazer num espaço outrora desprovido de matéria, tendo aqui também que pensar na paisagem, em quem a vivencia e observa do lado de fora.

É uma dualidade, que visa não só alertar para o aspeto estético e técnico de uma obra de arquitetura, integrando-a da melhor maneira num certo espaço, como também lhe alia o carácter funcional, integrando-a e pensando neste caso naqueles que têm algum problema de mobilidade, ou algum outro tipo de carência/necessidade.

1.2_ Objetivos

“Dar ordem e relação ao meio que circundam o homem, é a tarefa do arquitecto.”

(Rasmussen, 2007,p.29)

É imperativo que o arquiteto conheça ao máximo a sociedade, bem como tudo o que o rodeia, pois só assim poderá dominar a sua ferramenta principal, a sua cabeça. Deve ser o seu raciocínio, assimilando e depreendendo tudo o que absorve do mundo que o rodeia, que deve reiterar as suas atitudes.

Se a sua tarefa é dar forma ao que rodeia o homem, ao meio que o envolve, este tem que integrar ao máximo não só obra a quem a vai habitar, mas também ao próprio meio. Quanto mais bem-sucedida for esta adequação em termos urbanísticos e arquitectónicos, mais os espaços urbanos, como os edifícios, serão usados e apropriados da forma como o arquiteto os planeou. E isto é boa arquitetura, é integrada e integra em si.

Pretende-se dar, assim, a conhecer alguns parâmetros da própria arquitetura de modo a que mais do que dar soluções estanques, se promovam discussões produtivas e se faça acima de tudo, pensar.

O reconhecimento deste trabalho de projeto traduz-se no aprofundamento e interiorização de mais uma das temáticas da arquitetura, sendo útil na medida em que se adquirem conhecimentos e instrumentos que servirão de base num melhor desempenho do papel do arquiteto.

1.3_ Estruturação dos Temas a Abordar

Esta trabalho é composto por três partes com um carácter distinto, mas que se complementam mutuamente.

Uma primeira parte, intitulada “arquitetura na paisagem e no território”, onde se abordará de uma forma geral uma dimensão vasta da integração, expondo algumas situações de modo a retirar noções e conclusões. Para isso, definir-se-á o que é a arquitetura, o território, e claro, o que é paisagem.

Em complemento, procurar-se-á recorrendo a exemplos de obras e arquitetos seleccionados, estudar diversos tipos de abordagens e formas de interpretar esta dita integração. Tudo isto, de forma a caracterizar, a uma maior escala, o que é de facto integrar uma obra de arquitetura no território e na paisagem. Será esta uma fase onde se abordará mais a componente estética da integração.

Uma segunda parte, também teórica, intitulada “ser integrado na arquitetura” onde, a uma menor escala, mas não menos importante, à do utilizador, explicitar-se-á a importância da arquitetura inclusiva. Para isso, abordar-se-á o que é a cidade, os modos de vida nela presentes, salientando sempre o ser humano e a sua relevância, bem como o papel de uma arquitetura que se adapta e se molda em função do ser humano, que o inclui.

Assim estará feita a ligação da obra de arquitetura integrar nela também o ser humano, este carácter mais técnico e onde se remata a tal dualidade; a arquitetura integra-se, na paisagem, mas também integra em si, o ser humano. Para sustentar isso, analisar-se-á o que é a cidade, os modos de vida nela presentes, bem como a utilidade e interesse da arquitetura e do urbanismo inclusivo.

Finalmente, uma última parte, prática, onde através da exposição do trabalho de projeto realizado (que contém um projeto urbano e um edifício nele presente alvo de desenvolvimento), se irão expor todos os conceitos abordados na parte teórica, de modo a que este fique bem sustentado e explicado.

Assim, passa-se para um exemplo concreto, intitulado “Integrar em Berna”, onde a uma escala menor e mais bem delimitada, se abordarão os diferentes níveis de integração estudados e propostos (relativos ao concurso *Schindler Award 2012*).

Não se vão quantificar e qualificar todas as formas de integração da proposta, mas apontar-se-ão as que se tiveram em conta, bem como as que se acharam mais relevantes para o projeto proposto. Neste caso, todas as premissas que se tiveram em consideração ao integrar o projeto na paisagem e a justificação, bem como a explicação de como o projetado é inclusivo, integrando o sujeito que o vai experienciar e habitar.

Pretende-se salientar, no decorrer deste trabalho, os diferentes tipos de integração, e acima de tudo a dualidade que é integrar um projeto, e o facto de esse mesmo projeto estar ou não integrado, ou até, as formas para o fazer e julgar.

2_ Capítulo I: Arquitetura na Paisagem e no Território
(Como Integrar a Arquitetura na Paisagem e no Território)

2.1_ Aspetos Introdutórios

Embora se estude constantemente o território para se projetar nele uma obra arquitectónica, raras vezes se tem uma visão mais global, ou seja, de fora para dentro.

É útil e necessário pensar que uma obra não só é vivida por quem lá está, mas também por quem passa, por quem a vê. Assim sendo, e atendendo a que obra vai ser percebida e analisada por quem está de fora, é imperativo compreender o seu impacto perante aquilo que a rodeia, a diversas escalas.

Posto tudo isto, o tema desta fase surge com o intuito de perceber a diferença entre o território e a paisagem mas, mais que isso, se há alguma forma de integrar corretamente arquitetura na própria paisagem.

Mais do que dar uma fórmula, pretende-se dar a conhecer a importância que a paisagem tem enquanto elemento sempre presente no nosso dia-a-dia. É necessário para isso, entender previamente o que é o território, enquanto elemento físico, e conectá-lo posteriormente com a paisagem, onde se denotará a importância do observador, da sua percepção, captação e análise. Só assim, conhecendo o que nos envolve, analisando e interpretando bem o que nos rodeia, é possível projetar de uma forma correta e integrada.

Uma coisa é arquitetura no território, outra é arquitetura na paisagem. Embora derivem uma da outra, é necessário estudar e entender as diferenças e fatores que derivam de cada uma delas, tendo como objectivo conhecer e posteriormente realçar todos esses aspetos.

Quanto à estruturação desta fase, começará pela análise do território e dos seus *layers*, tendo em conta todas as suas variáveis, para que assim se perceba o que é a paisagem e a sua importância. Posteriormente, define-se o que é arquitetura e qual o dever do arquiteto enquanto construtor do espaço, bem como os diferentes tipos de postura que pode ter, face aos desafios encontrados. Após tudo isto, já será mais fácil contrapor a arquitetura como objecto com os diferentes *layers* do território, bem como o que se deve ter em atenção, e como lidar com esses aspetos mais físicos. Nesta altura estará feita a articulação com a paisagem, onde se abordará este aspeto mais visual e analítico, assim como as formas de integração e ocupação por parte da arquitetura ao intervir num determinado espaço (o contraste e a camuflagem).

Por fim, conclui-se com exemplos de arquitetos, com diferentes formas de abordagem e atitudes demonstradas ao intervirem no território, bem como qual a

importância dada por estes à paisagem, aferindo alguns aspetos e conclusões alcançadas ao longo do desenrolar desta fase.

2.2_ Desenvolvimento

2.2.1_ O Território

Quando se fala em território, fala-se naturalmente em área, em espaço físico (geográfico), que é apropriado pelo ser humano, pelo colectivo.

“Ao termo território atribui-se o significado de área extensa, quase sempre relacionada com uma determinada característica, como seja posse, jurisdição ou uma funcionalidade específica.”

(D’Abreu, 2007, p.73)

Num sentido mais abstracto, pode-se dizer que o território é tudo o que nos rodeia, todos os elementos, pois tudo faz parte dele, tudo lhe dá forma e o compõe.

Não se deve confundir com lugar, pois este é apenas uma parte deste mesmo espaço geográfico onde o ser humano vive e interage. Pode-se sim, se quisermos, dizer que o território é todo ele um lugar, mas normalmente quando nos referimos a um lugar, é sempre uma porção do território, um espaço específico, um pedaço seu.

Pode-se, à partida, distinguir dois tipos de variáveis que compõem o território: variáveis biofísicas que descrevem as características biológicas e físicas; e variáveis socioeconómicas que descrevem as características sociais e as atividades económicas presentes no território.

“Designam-se por variáveis pois constituem elementos que variam consoante as características biofísicas do território e as características socioeconómicas da comunidade.”

(Partidário, 1999, p.125)

As variáveis biofísicas constituem elementos passivos, portanto naturais, mas também possuem elementos ativos, resultantes, por isso, da atividade e da ação do homem no próprio território, podendo estes estar em maior ou menor equilíbrio com os fatores naturais.

Dentro das variáveis biofísicas naturais, encontra-se a topografia do terreno (relevo, hipsometria, declives e exposições), o clima (temperatura, pluviosidade, humidade, ventos e a nebulosidade), a geologia (tipo de solo), os recursos hídricos e os recursos biológicos. Tendo em conta as variáveis biofísicas antrópicas, encontrar-se aqui: o tipo de ocupação e o uso do solo, a paisagem, o património, a qualidade física do ambiente (que são os fatores de perturbação) e os riscos (podendo ser naturais ou derivados da ação humana).

Analisando as variáveis sócio económicas, encontra-se a demografia, que nos ajuda a conhecer uma população de uma dada região, percebendo as suas características (estrutura etária, a sua densidade populacional, entre outros). Encontra-se também nas variáveis socioeconómicas, a habitação (que pode caracterizar o nível socioeconómico da comunidade), os equipamentos, as atividades económicas existentes e, por fim, as migrações.

Em suma, devido aos vastos parâmetros que caracterizam e compõem o território, é imperativo que estes sejam ordenados e estudados. Para esse efeito, surgiu o ordenamento do território, que organiza e tutela os elementos que foram atrás descritos.

“ (...) pressupõe uma atitude racionalista com vista à exploração dos recursos naturais, dando particular atenção à distribuição das classes de uso do solo.(...) estabelece bases para as estratégias de desenvolvimento territorial (...).”

(Partidário, 1999, p. 35)

O ordenamento do território é essencialmente um ato político, económico e uma necessidade, pois disciplina o uso, a ocupação e a transformação dos solos.

Com o evoluir da construção, ou seja, com a construção em massa após a abertura do crédito por parte dos bancos a partir dos anos setenta, a construção desenvolveu-se de tal maneira, que tiveram de ser criadas normas e regras para que fosse controlada. Isto aconteceu em Portugal e depois do pós-guerra na Europa.

Este ordenamento tornou-se, e ainda hoje em dia o é, um princípio primário na forma como o poder político controla esse aumento da construção. Esse controlo é claro e crucial, face à necessidade da verificação de custos e da gestão de bens financeiros, pois sintetiza, centraliza e coordena todas as infraestruturas urbanas. Só a partir daqui, se conseguiu ter uma espécie de organismo que tutela o território como um todo, de forma a

obter um sistema equilibrado, com uma visão no futuro, não respondendo apenas a necessidades esporádicas e momentâneas do presente.

O ordenamento do território é importante também porque se traduz na melhoria direta da qualidade de vida das pessoas, que estão e vivem no território. É, por isso, importante que as fábricas coexistam junto das fábricas, que haja percentagens de espaços verdes impostos aquando do surgimento de nova construção, é necessário que os arruamentos, as estradas e as zonas urbanas tenham um controlo físico de forma proporcional às zonas de funções diversas. Essas funções diversas que o ordenamento do território determina fazem com que haja uma proteção em termos globais do próprio meio ambiente, equilibrando, assim de certa forma, o sistema ecológico e preservando a saúde e a qualidade de vida.

Esse ordenamento criou zonas de defesa da fauna, zonas de defesa do equilíbrio ecológico em termos normais. Fala-se, por isso, hoje em dia, nas reservas agrícolas, nas reservas ecológicas e até noutro tipo de zonas de proteção das albufeiras na questão do domínio hídrico. Todas estas zonas são lugares de amparo à própria construção, aconchegando e beneficiando deveras todo o urbanismo, todo o edificado.

“(…) instrumentos de ordenamento do território (…) mecanismos e ferramentas a que os agentes de planeamento podem recorrer durante o processo e a prática de ordenamento do território. (...) figuras operativas que permitam a concretização das estratégias e dos objectivos em prática de planeamento.”

(Partidário, 1999, p.79)

A ordenação do território, que se pode traduzir nas cartas de ordenamento, tem de facto esta característica marcante: controla e define, de certo modo, as regras de jogo de toda a edificabilidade, arrumando e ordenando o espaço. Sem essas regras de organização do território era impossível controlar, de uma forma correta e capaz, o alastramento das manchas urbanas, da altimetria dos edifícios, das zonas fabris, entre outros aspetos. No fundo, o ordenamento do território estabelece regras que ordenam em si todas as vertentes do espaço de um território complexo. Só assim se consegue ler um território, pois está ordenado e, ao estar ordenado, pode ser quantificado, pode ser visto e controlado.

Isto traduz-se numa melhor leitura por parte dos agentes económicos, manifestando-se numa maior confiança do investidor e até do próprio utente, pois sabem, à

partida, que em determinado local se pode construir de determinada forma (entre outros aspetos).

Com estas cartas de ordenamento é possível prever o desenvolvimento ordenado de um espaço no território. Sem essas regras pré-estabelecidas, seria de todo impensável ler o espaço do nosso território, nas suas diversas funções, e não ter uma consciência de como se poderia defendê-lo no presente e no futuro.

Pode-se assim dizer, para concluir, que o ordenamento do território tem elevada importância, na medida em que veio impor restrições na forma em como, mais do que se pensa, se intervém no território. Hoje há uma visão de conjunto, uma consciencialização do território como um todo, como um bem, e um espaço comum a todos nós.

2.2.2_ A Paisagem

“ (...) o planeamento sofre uma outra renovação (...) com a emergência do conceito de desenvolvimento sustentável e planeamento ambiental, já nos finais dos anos 80. (...) sendo dada maior ênfase à gestão do ambiente e dos recursos naturais, à conciliação do desenvolvimento económico com a valorização ambiental (...)”

(Partidário, 1999, p.27)

No planos diretores municipais dos anos oitenta, já era possível observar uma preocupação com a paisagem, eles já tinham esse pressuposto, embora só recentemente se tenha falado e debatido mais afincadamente essa temática.

Nestes planos, foram estabelecidas reservas ecológicas, reservas agrícolas, e isto já era uma medida direta proveniente da consciencialização da defesa do ambiente e da própria paisagem. Poder-se-á dizer, porém, que não bastava isso, mas pelo menos, denotou-se uma sensibilização e posterior preocupação. Quem idealizou, bem como quem elaborou estes planos, sabia por pressuposto que havia uma necessidade cada vez mais eminente de defender determinadas zonas e isso é a prova de que a paisagem de um nível geral era também um tema em discussão.

“O Programa Nacional das Políticas do Ordenamento do Território, iniciativa do Ministério do Ambiente, tem um dos seus objectivos estratégicos o de conservar e valorizar o património natural paisagístico e cultural pela salvaguarda e valorização dos recursos

naturais pela promoção da utilização sustentável, bem como garantir a protecção dos valores ambientais e do património natural, paisagístico, rural e cultural”.

(Dias, et al., 2009, p.17)

Nestes últimos anos debateu-se mais essa protecção ao meio ambiente e à paisagem, mas ela sempre existiu. É sabido, porém, que nos anos oitenta, os planos diretores municipais, mais especificamente do caso de Portugal, foram sobretudo atos políticos, porque havia uma necessidade imposta pela CEE (Comunidade Económica Europeia, hoje União Europeia (UE)) de se ordenar o território e, caso isso não se sucedesse, não haveria fundos comunitários. Sendo para isso, criadas, equipas para elaborar esses ditos planos diretores um pouco por todo o país, onde a protecção à paisagem era já um dos pressupostos desses mesmos planos, como se referiu anteriormente. Embora os esforços não fossem os suficientes, os ideais e até a própria prática a mais acertada, já se denotava uma preocupação, um anseio.

Pensar na paisagem não é só deixar reservas ecológicas ou até agrícolas substanciais, mas sim pensar num sentido de um todo, porque a paisagem pode ser vista e analisada a várias escalas.

É claro que, e ainda hoje sucede, os planos diretores municipais (entre outros instrumentos de planeamento) não deixam de ser um instrumento genérico de planeamento. Se os analisarmos, têm todos esses pressupostos referidos, mas ou são coadjuvados com planos mais específicos ou, então, o ordenamento genérico do território não tem qualquer sentido.

Sempre se falou na defesa da paisagem, da protecção do meio ambiente, mas só os instrumentos de planificação mais específicos, complementares aos planos diretores municipais, é que fazem a defesa mais pontual da paisagem.

É importante referir que embora não se tenha a percepção disso, a paisagem com o ordenamento do território, era muitas vezes, mesmo que de forma inconsciente, protegida, porque só o facto de se organizar e sistematizar a construção fazia e faz com que a paisagem se modifique, tornando, assim, a tal mancha urbana mais uniforme. A paisagem não são só as zonas verdes, só natureza, mas sim tudo o que nos envolve e rodeia.

Mesmo que a consciencialização da paisagem e do seu significado seja mais recente, bem como a protecção ao meio ambiente, o ato do ordenamento do território sempre teve em conta, tendo como prova as suas premissas, a sua forma de disciplinar o

território, conduzindo a uma sequencial prática e forma de construir diferente, ou seja, mais controlada e consciente.

Concluindo, a necessidade da importância da paisagem ser maior, é um facto. Denota-se também uma melhoria na consciencialização de todos os técnicos e das câmaras municipais na defesa da paisagem, mas ainda é muito pouco. A maioria do que se faz, ainda, em Portugal não entra em linha de conta com a paisagem e ela merece muito mais respeito do que o que se lhe é dado.

“A paisagem, dizemos, nasce quando, no solo, uma ampla dispersão de fenómenos naturais converge para um tipo particular de unidade, diferente daquele com que o sábio no seu pensamento causal, o adorador da natureza com o seu sentimento religioso, o agricultor com o seu propósito teleológico ou o estrategista apreendem justamente este campo visual.”

(Simmel, 2009, p.13)

Uma definição tradicional para paisagem consiste no que o nosso olhar consegue captar do próprio território. Ou seja, ela não deixa de ser espaço, ou até um lugar, mas não é algo físico. É, porém, tudo o que se consegue ver e a percepção que se tem desse dito espaço.

Como se abordou anteriormente, o território possui um vasto leque de constituintes. Se é ele que forma o espaço, é natural que, se a paisagem for a percepção desse espaço, desse pedaço de território, também ela será um resultado de todos os processos, sejam eles naturais ou sociais que ocorrem num determinado sítio.

A paisagem é, então, a apreensão e a síntese de todos esses elementos presentes no local, resultando isto numa imagem, que será percebida/vista por alguém. Por estes motivos, a noção de paisagem é deveras complexa e dinâmica, pois não só atende aos fatores naturais, como também culturais de um determinado espaço, como ainda necessita de um observador, pois não existe se não for observada.

Pelo facto de a paisagem ser algo muito subjetivo, carecendo sempre de uma visão e uma interpretação do real, do território, a sua importância varia de observador para observador. Importa referir que, por tudo o que atrás se disse, se tenha denotado uma preocupação *a priori* por parte de quem concebeu os planos de ordenamento, mas embora estes protejam a paisagem, interferiram com a sua identidade. Ou seja, existe sempre o revés da situação. Foi útil o surgimento do ordenamento do território, mas para se atingir o

seu fim, também se deturpou, por assim dizer, a identidade de muitas paisagens. Pode ser dado como exemplo as grandes auto estradas que, embora necessárias e úteis, cortaram e dividiram zonas outrora desprovidas de tal infraestrutura e onde a calma imperava. Outro exemplo, são algumas das serras que possuímos que, agora, dadas as suas características geográficas, possuem torres eólicas, alterando totalmente a percepção e a identidade desses locais, que outrora eram zonas calmas, rústicas e campestres e, hoje em dia, são completamente dominadas pela aceleração (remetendo para a vida hiperativa da cidade) causada pelas ventoinhas eólicas. Ainda referindo estes exemplos e retornando ao revés da situação, poderemos, também, interpretar estes exemplos, não de uma forma pejorativa, mas sim positiva, retratando a nossa necessária evolução. No caso das autoestradas, elas trouxeram novas identidades aos locais, em alguns casos até os fizeram aparecer no mapa e, mais que isso, deram a possibilidade de descobrir novos pontos de vista, novas paisagens. Quanto às torres eólicas, são o sinónimo da evolução, da tecnologia e, mesmo que danifiquem um pouco a essência e o espírito do lugar, pode-se tentar entender o seu propósito. Neste caso, são e fazem parte de um leque de instrumentos que produzem energias renováveis, melhorando o nosso ambiente, preservando o nosso sistema ecológico. E, possivelmente, se não fosse isso, pior estariam os nossos recursos ou até devastadas identidades de outras paisagens (o caso das desflorestações, para se obter matéria para combustão).

Tudo tem um significado, tem é que se conseguir ponderar o que se deseja fazer no presente, sempre em detrimento da posteridade, para assim não por em risco o bem-estar e necessidades futuras.

2.2.3 _ A Arquitetura

Arquitetura, antes de mais, é o espaço edificado. Este espaço edificado é criado em função do ser humano e para o ser humano nas suas mais variadas vertentes, no seu aspeto físico que vai de encontro com a ergonomia, no seu aspeto psicológico, aspetos de carácter subjetivo, isto é aspetos de ordem histórica, cultural e económica. No fundo, é todo o espaço que se edifica tendo em consideração a forma como o homem vive e se integra das mais variadas formas na sociedade e na natureza. Desta forma, e pelo que se observa nos dias de hoje, a arquitetura é o espelho da sociedade que possuímos, bem como das

sociedades passadas. É a arquitetura que nos dá a história, nos dá muitas das memórias que temos, embora também seja a história que nos dá a conhecer a arquitetura.

“A arquitectura é um facto plástico para além do seu facto utilitário (...). A arquitectura e o urbanismo são o espelho fiel da sociedade, os edifícios são documentos que deixamos (...).”

(Corbusier, 1923)

É de notar que a arquitetura como construção que é, possui sempre um carácter plástico, pois nunca deixa de ser um objecto, algo material, mas nunca deixa de ter uso, pois como já se afirmou, a arquitetura só tem sentido quando é feita em função do homem, tendo em conta as suas necessidades. Assim, cabe ao arquiteto, como artista que também é, conciliar sempre a utilização com o aspeto estético que quer atribuir ao edifício, e nunca se deixar influenciar por um ou por outro aspeto.

O espaço exterior edificado é um espaço que tem um contexto mais social, mais abrangente. Por sua vez, o espaço interior é um espaço mais intimista, onde a noção de abrigo está sempre mais presente. Arquitetura é e deve ser enquanto edificação, um espaço que se traduz na qualidade de vida e no bem-estar de quem a habita, de quem a vive.

Pela diversidade de temas e áreas que abrange, é por si só um ato complexo, pois sintetiza no momento da sua concepção e da sua edificação, parâmetros objectivos e subjetivos que têm como propósito servir a condição humana.

Em suma, arquitetura é todo o espaço que se pode habitar e que encerra em si todas as características que têm de ser tomadas em linha de conta por quem projeta.

Arquitetura e projeto são coisas diferentes. O projeto é o primeiro passo para que a arquitetura possa acontecer. Na verdade arquitetura é todo o espaço que é edificado, não se pode falar em arquitetura enquanto objecto se ela não for construída, se o espaço não for físico, pois só assim se terá a verdadeira noção e percepção e se sentirá o que o espaço realmente é.

É isto que distingue arquitetura de uma escultura e até de uma pintura. Ambas podem ter um carácter de arte e, de facto, são (e a arquitetura pode também e deve ser vista nesse contexto), só que a diferença entre a escultura/pintura e a arquitetura, é que a escultura/pintura não é habitável.

“ A arquitectura só pode ser considerada obra de arte/objecto estético a partir do momento em que, fixando por si a atenção do espectador, revela o sentido implícito (...) pelo carácter enigmático, obriga ao aprofundamento da emoção”

(Rodrigues, 2002, p.44)

À semelhança das outras formas de arte, também ela tem de chamar à atenção do espectador, apelando à sua emoção. Tanto a escultura como a pintura podem ser vistas, mas não podem ser vividas no seu interior, ou seja, podem até fazer parte do mobiliário urbano, por exemplo, mas não são espaço urbano habitável. A arquitetura tem sempre um duplo significado em relação às outras obras de arte, contempla-se vendo-a e vivendo-a. Existe sempre o seu impacto exterior e a emoção que isso nos causa, pois nunca nos é indiferente, mas após isso, e em complemento, ainda se pode penetrar no seu interior e continuar a sentir, a vivenciar, usufruindo assim inteiramente de todo o seu carácter de arte.

Arquitetura paisagista e arquitetura têm uma fronteira muito ténue, ambas idealizam, projetam e materializam/constroem espaço (embora as ferramentas sejam diferentes), por isso muitas vezes os arquitetos são paisagistas também. A arquitetura paisagista não é a natureza que nos envolve, mas faz parte dela, têm-na em conta e usa-a de certa forma.

A arquitetura tem que ser vista como um ato intelectual, como um ato interventivo no território, na paisagem, no espaço. Se assim é, qual deve ser o papel do arquiteto, enquanto construtor do espaço, ao intervir no território e na paisagem?

Embora o sítio onde se projeta seja nosso, do promotor, do cliente, a paisagem é de todos nós, de quem a observa.

Um dos objectivos do arquiteto é ser pragmático, ou seja, o objecto e espaço que produz deve fazer com que as pessoas que o habitam por dentro e por fora o considerem um espaço agradável. Se não tiver essa capacidade, de poder ser lido e habitado de uma forma agradável, com custos que sejam integrados no programa a que lhe deu origem, o arquiteto não cumpriu a sua função. Isso enquanto noção de território, tendo em conta o meio ambiente, todo o ato de arquitetura que não tenha em conta a racionalização energética pode ser, hoje em dia, um ato estéril. Nos dias de hoje, não basta ser agradável. É preciso ir mais além, ser conveniente e tecnicamente correto.

Deve-se não só responder a necessidades do presente, momentâneas, como também adequar a nossa obra num futuro próximo, antevendo necessidades e carências futuras. Isso hoje em dia é bastante debatido, até pela questão da acessibilidade (antevendo possíveis usos), bem como na eficiência energética onde reitera a autossuficiência do próprio edifício.

Quando o arquiteto produz um objecto para ser edificado deve ter em consideração que o está a fazer para os seres humanos que o vão habitar por dentro, bem como para os que o vão ver de fora. Quanto mais consensual for, mais espetacular e admirável será a sua integração. No fundo, é a integração no seu contexto socioeconómico que faz com que uma obra de arquitetura, na maioria das vezes, tenha mérito. Isto não significa que se deva fazer uma banalidade, este objecto deve integrar em si características para cativar as pessoas, para que estas possam aderir, melhorando a sua forma de leitura de espaço, de cultura da forma, da cor, da volumetria...

Em suma, além dos aspetos mais sociais e humanos também os físicos se têm de ter em conta, ou seja, pode-se fazer uma casa completamente adaptada para quem lá vai viver, mas ser completamente desadaptada ao terreno onde se insere. Assim, todas estas premissas pressupõem que a obra seja adaptada, em termos físicos e morfológicos, ao espaço onde se inscreve. É fundamental que a arquitetura se insira na volumetria e morfologia do terreno, enquanto peça de arquitetura, mas também na mobilidade que origina para que se possa chegar até ela e viver em harmonia no espaço exterior, não se deve pensar somente no objecto, mas em todo o ambiente que o rodeia.

2.2.4_ A Arquitetura na Paisagem e no Território

Antes de mais, e para melhor se seguir o raciocínio, convém sintetizar. Ao analisar-se o território e a paisagem, como já foi referido ao longo desta fase, embora as componentes físicas que o formam sejam as mesmas, é notório que um é mais físico (o território) e o outro mais psicológico (paisagem), pois como vimos anteriormente, necessita sempre de um observador, que olhando para o território (componente físico), o irá analisar e posteriormente, interpretar (componente psicológica).

Posto isto, pode-se à partida contrapor a arquitetura, ou até mesmo o papel do arquiteto, com duas situações diferentes. Uma, a de integrar a obra de arquitetura com o território e outra, a de a integrar com a paisagem. Quer-se dizer com isto que são coisas diferentes, embora possam ser inerentes uma à outra. Não obstante, é necessário definir parâmetros e estudar ambos os casos.

A arquitetura tem de se adaptar às diversas circunstâncias, cabendo ao arquiteto saber interpretar o que o rodeia para que melhor projete e melhor integre a sua obra no espaço, no local. Refere-se aqui espaço, pois é ele que abrange, em diversas escalas, as duas situações em análise, o território e a paisagem.

O espaço aglomera em si tudo o que é “palpável” (físico), bem como todas as vivências, ou ideias que se possam vir a ter sobre um determinado sítio. Qualquer coisa para ser materializada, além do tempo, claro, necessita de um espaço, de um local. Sem esse espaço, não só as coisas não existiriam, como não se podia pensar sobre elas, observá-las, analisá-las. Comparando esse espaço abstracto ao nosso território, ele possui sempre uma componente física, (os tais *layers* já analisados) que o constituem, bem como todas as ideias e vivências que nele se tem, provenientes do contacto do ser humano permanente com o território.

Voltando ao papel do arquiteto, ele pode seguir-se apenas pelo aspeto mais físico do território, integrando a sua obra, respondendo aos *layers* que nele encontra, como poderá, além disso, ter uma visão mais abrangente. Essa visão abrangente, que é poucas vezes tida em conta, é pensar muito mais para além do conteúdo físico, do local em si e dos *layers* que nele se encontra. Deve-se também pensar num sentido de conjunto, observando e tendo sempre em conta o espírito do lugar, onde se insere a paisagem, que em diversas escalas aglomera o nosso projeto e onde a nossa obra irá estar sempre presente.

Se a arquitetura, estará sempre presente no território, bem como na paisagem, deve-se ter em conta ambas as situações, pensando naquilo que a obra será e formará no espaço para onde estamos a projetar, bem como ela será vista, e qual o seu impacto e força perante tudo aquilo que a envolve. Não importa só o que a obra de arquitetura é para quem vive nesse espaço, mas também qual o significado e o seu contexto para quem a vive pelo exterior, do lado de fora. Ou seja, poder-se-á dizer que mais do que pensar e materializar uma peça de arquitetura tendo em conta somente aquilo que ela realmente é, deve-se também ter em conta o que ela pareça ser, ou pelo menos qual o seu significado. Não se pode apenas construir respondendo a necessidades singulares, já que a obra arquitectónica, quando estiver materializada, estará à vista de todos. Não poderá, por isso, funcionar como

uma casca, onde por dentro está o que realmente interessa e, por fora, não trabalhar essa inserção na paisagem. Há que pensar sempre na envolvimento, na memória do local já existente e nas memórias que surgirão depois.

“O homem fabrica o seu ambiente (...) ao fazê-lo, renuncia a uma integração pacífica da sua espécie no meio natural. (...) quando humaniza o seu espaço (...) desestrutura a imagem original do ambiente natural.”

(Jorge, 2007, p.41)

Nunca se constrói num sítio puramente vazio, embora a nível do território esse local até se possa apresentar visualmente desprovido de matéria (de alguns dos *layers* abordados), ele faz sempre parte de um contexto geral, de um ambiente, de uma paisagem.

Começando com o território como atrás se referiu, a componente “mais física”, este possui os tais *layers* já abordados e tantas vezes analisados e estudados, tantas quantas se projete para um dado local.

Esta componente é aquela com a qual o arquiteto está mais familiarizado, pois está sempre a estudá-la. Não só a estuda, como também a aborda a diferentes níveis e poder-se-á dizer que é quase *layer a layer*. Só assim, referindo cada um deles e respondendo às necessidades de cada um, se consegue ter uma boa base de sustentação para uma dada obra, justificando-a ponto a ponto, o que leva a um projeto coeso, bem delineado.

“É a partir do território existente e da sua topografia que se desenha (...) e começaria no chão que se pisa a identificar os elementos morfológicos o espaço. É a sua tipografia e modelação do terreno, mas também são revestimentos (...) e tantos outros aspectos”.

(Lamas, 2010, p.86)

Responder a estes tais pontos, é algo muito direto, pois são necessidades imediatas que o local necessita, são variáveis que têm que se saber interpretar para, assim, se conseguir responder da melhor forma. Para isso, pode-se afirmar que há diversas fórmulas provenientes não só da prática como da teoria, que nos ajudam a responder corretamente,

sem cometer erros (pois muitas delas já foram testadas ao longo dos anos) a cada *layer* do território, seja ele biofísico (biológico) ou até antrópico (socioeconómico).

É claro que não se deve construir uma peça de arquitetura que se divorcie do contexto envolvente. Portanto, uma construção, até por questões de ordem energética e de privacidade, deve ter em atenção não só os aspetos físicos da sua integração, mas também a forma como se encaixa no ambiente que a rodeia (e interage com ele), em termos acústicos (não só a acústica que o rodeia, mas também o ruído que emite), deve “abrir-se” ao sol bem como proteger-se dele convenientemente, deve aproveitar o vento bem como a possibilidade de se fechar sobre si própria, por uma questão de privacidade em relação aos vizinhos (não só tem a ver com a acústica, como também com o direito que as pessoas têm de viver em paz).

Tudo isto tem a ver com a noção de território, porque se projetássemos uma casa cem metros à frente, todas as condicionantes iriam ser diferentes, os vizinhos são outros, a envolvente é outra e tudo, como sabemos, condiciona a arquitetura.

Assim, a opção de integrar uma obra no território não deve ser tão rígida, ao ponto de se virar a análise apenas para o terreno e focar somente o sítio onde se quer inserir a obra. Deve-se sim, possuir uma visão a 360° num sentido mais lato, por exemplo, em como a obra deve evoluir no seu aspeto formal, no seu aspeto volumétrico, no seu aspeto de fenestração, na sua cor, nos materiais que a encerra, na forma como se expõe e como se fecha. Isto só é conseguido quando se retiram do local todas as premissas necessárias para que assim se possa responder de uma forma acertada e bem conseguida integrando, por sua vez, a obra no próprio local.

Não existem por isso fórmulas que possam reger a integração de uma obra arquitectónica no território, apenas algumas noções, dependendo sempre muito da zona do planeta onde se irá construir. Importa, referir, também que a opção do arquiteto, a par com a do cliente, também se poderá impor, fazendo com que essas noções e fórmulas não sejam tão lineares funcionando, assim, como regras diretas, ao ponto de se seguirem sempre sem se questionarem. Mas claro, os fatores climáticos e os agentes atmosféricos, em termos gerais, são dados fundamentais para a concepção de um edifício e devem-se ter em conta, não sendo só útil em termos energéticos, como também em termos de conforto da casa.

Mais do que fatores meteorológicos, deve-se pensar também não só onde se localiza a casa geograficamente, mas também o que compõe o próprio terreno onde se insere, a sua morfologia.

A interpretação do arquiteto dos próprios agentes atmosféricos e a forma como lida com eles é diferente de uns para os outros (depende do arquiteto e do cliente). O próprio terreno e a sua morfologia proporcionam, de várias formas, a organização funcional da própria casa.

Assim, não existem fórmulas para inserir corretamente uma obra no terreno, a não ser os tais parâmetros que se devem atender para um determinado local. Assim, se fosse testado convidarem diversos arquitetos para elaborar um projeto para um determinado local, por exemplo, nunca existiriam duas obras iguais. Embora os *layers* que todos iriam estudar fossem, por sinal, os mesmos e o cliente comum, nunca iriam existir duas obras idênticas ou, com ideias base semelhantes. Aqui denota-se, não só a capacidade que cada arquiteto tem para absorver o que compõe o próprio pedaço do território, como a sua imaginação para trabalhar esses aspetos de uma forma distinta, revelando, assim, o seu lado criativo.

A imaginação é tão fértil e infinita, que mais do que a forma, o que interessa é o contexto onde ela se insere e a maneira de como o arquiteto interpreta o que o rodeia e usa tudo isso para materializar algo.

No caso da paisagem, já é mais complexo definir a sua integração. Como depende sempre de uma análise visual do território e posterior imagem mental (o tal fator psicológico), não existe nenhuma fórmula pré-estabelecida do que se deve ou não fazer ou como atuar.

Sabe-se porém e, isso parte da sensibilidade de cada um, o que se consegue ver e retirar de importante e essencial do próprio território. Deve-se tentar reinterpretar e valorizar ao máximo as potencialidades da paisagem, só assim se conseguirá dotar a obra de arquitetura de trunfos e fazer com que ela seja também uma mais-valia para a paisagem, complementando-se e integrando-se.

É sabido que a paisagem é reativa, emite informação acerca dela própria, bem como também sente tudo o que lhe fazemos, ou seja, existe uma influência permanente e nunca é estanque. Assim, deve existir uma relação simultânea entre ela própria e o arquiteto, em que se deve retirar dela os pontos que se acham mais fortes e de interesse. Não esquecendo que ao propor algo nela, também a estamos a modificar, alterando as percepções por parte de observadores futuros.

O sentido da paisagem em arquitetura vai muito para além do edifício em si colocado no terreno, mas sim, a identidade do próprio local e, para isso, é necessário, sempre, observá-lo a diversas escalas e saber o que se pretende.

“Afinal, no limite, tudo se reduz a isso: a uma oscilação mais ou menos acentuada entre o ser e o parecer. E tratar-se-á, pois, de uma espécie de jogo de reconhecimento.”

(Jorge, 2007, p.108)

Neste caso, pode-se tratar um pouco da questão da temática dos opostos, do “ser ou parecer” do “ver ou ser visto”, onde as contrariedades se afinam e não há meios-termos. Diz-se isto, pois os meios-termos em arquitetura podem ser um caso falhado, na medida em que, seguindo o raciocínio anterior, se para melhor se integrar a obra na paisagem se analisa as suas potencialidades, a atitude de intervenção, deve estar assente numa teoria plausível e justificável. Para se fazer algo, tão importante como erguer algo num espaço, devem-se ter boas premissas que sustentem fortemente toda a nossa estratégia de intervenção e devem ser sólidas.

Esta teoria dos opostos vem um pouco da forma como os arquitetos tentam interagir e projetar na própria paisagem. Existem arquitetos que não se ficam só pela análise do território, pensado também na identidade do local, nas memórias passadas/presentes/futuras que possui, entre outras coisas, ou seja num sentido mais amplo, pensam no global, na paisagem.

Quando isto acontece, é normal surgirem duas atitudes opostas de integração na paisagem. Uma de integração, onde o objecto arquitectónico se dilui no meio que a rodeia denotando-se uma quase camuflagem na paisagem, existindo sempre um diálogo de cedências e permanente equilíbrio². A outra forma é a de contraste, onde a peça arquitectónica quebra completamente o que a rodeia e onde se destaca naturalmente pela sua força na paisagem que a circunda. Importa referir que, embora sejam abordagens e posturas diferentes de lidar com a paisagem, não quer dizer que não tenham em atenção da mesma forma o território.

Exemplo disso é o primeiro caso de estudo, onde se contrapõem arquitetos com maneiras diferentes de abordar a paisagem, mas onde a abordagem ao território é quase sempre feita com grande mestria, desde a exposição solar, à topografia do terreno, entre

² Dois exemplos que demonstram isto mesmo são as casas *Ty-cwrdd Bach* (1971) e *Huarte* (1966) de respetivamente *Christopher Day* e *Corrales & Molezúm*.

outros aspetos. Em suma, não passa de uma atitude, mas sempre com o intuito de realçar ou esconder na paisagem a sua obra.

A noção de integração na paisagem é um tema extremamente complexo, é ambíguo e possui sempre um certo grau de subjetividade. Tudo depende do sentido valorativo da paisagem e da própria palavra integrar.

Há locais onde é fundamental preservar tal e qual como são e, outros em que já que se intervém, a alteração da paisagem e conseqüentemente, da sua identidade, pode ser um conveniente económico.

Esse equilíbrio entre o carácter de integração ou de contraste, envolvendo a construção na paisagem enriquecendo-a, é um equilíbrio que, por vezes, é difícil acontecer. Ambos são válidos, dependendo muitas vezes, mais do que do próprio arquiteto, do contexto socioeconómico.

O ato socioeconómico, muitas vezes, rege o tipo de abordagem que se faz à paisagem. O cliente pode à partida, para um determinado fim, necessitar que a obra de arquitetura seja chamativa, que se destaque de tudo o que a envolve, sobressaindo, assim, da paisagem, cativando possíveis clientes. Ou então, que se integre, camuflando-se na envolvência, por exemplo, para ser mais recôndita, apelando à privacidade dos clientes que lá estarão. Em suma, a integração é relativa, deve ser o reflexo do negócio que lhe está subjacente, sendo o seu grau de exuberância, muitas vezes, um fato relevante.

A paisagem está em constante modificação, é preciso por isso intervir nela cuidadosamente, tudo isso, de certa forma, depende do arquiteto e das suas capacidades. Ele não só intervém na paisagem existente, modelando-a, como cria a partir dela, por vezes, novas paisagens.

Quando uma obra é bem pensada, geralmente, tem sempre sentido de existir, não há regras que a quatem, valendo por si própria. Não só é fantástica como também enriquece e serve o sítio/lugar que a envolve. Há obras de desintegração exuberantes e de grande escala que enriquecem o meio, estas por sua vez, são ricas e trazem algo de novo para a paisagem, podendo-se transformar no símbolo do próprio meio, da própria paisagem, dando-lhe uma nova identidade.

2.3_ Casos de Estudo

2.3.1_ Siza Vieira e Souto Moura vs Alvar Aalto e Peter Zumthor

É importante aqui referir uma experiência que se poderá fazer para que melhor se possa entender a ambiguidade da própria integração na paisagem, e o que isso significa, entendendo por sua vez as diferentes atitudes dos diferentes arquitetos em estudo.

Se tivermos por exemplo, uma tela parcialmente com pinceladas verdes, significando esta tela ao ser percebida por nós a paisagem que nos rodeia (uma abstração, portanto) e se ordenarem um arquiteto pintar lá algo, outro traço por exemplo, qual será a cor por ele escolhida? Nesta fase, se for para integrar, claro que qualquer um escolheria a cor verde semelhante à já existente, pois assim, a nova pincelada estaria bem camuflada e diluída entre as outras, encontrar-se-ia integrada. Mas se assim fosse, não seria apenas mais um risco como os outros que lá estariam? Este não iria acrescentar nem trazer nada de novo à paisagem (neste caso, à tela), mas de qualquer das formas estava bem e totalmente integrado.

E se em vez de um traço verde, alguém fizesse um laranja? Estava completamente desintegrado? Não se pode analisar isto de uma forma tão simples e superficial. Até pode ter uma cor diferente, mas tem que se analisar tudo o resto, como por exemplo, a sua tonalidade, o seu grau de saturação, a sua espessura, orientação, localização, entre outros aspetos. Só assim se poderá ver se esta se integra ou não, porque até o pode fazer desintegrando-se completamente da própria envolvência. Mas mais que isso, este traço laranja, faz com a tela tenha outra identidade e seja diferente de todas as outras, se este traço laranja for bem pensado e, conseqüentemente, bem feito, tem todo o sentido de existir e faz com que se dê algo de novo à tela (paisagem), embora, seja diferente daquilo que o envolve.

Transpondo isto para o ato de projetar, mas mais do que isso, no próprio ato de analisar e avaliar a arquitetura, aquando inserida na paisagem, deve-se, previamente ter uma noção global e ser-se receptivos para que se possa criticar justamente.

Isto só acontece, quando analisamos todos os aspetos inerentes à obra de arquitetura, podendo esta até ser totalmente diferente e contrastante à partida com o que existe, mas deve-se sempre ver ponto por ponto os aspetos que possui, e não abandoná-la ou até pô-la de lado só porque foge aos nossos padrões habituais da cor, da volumetria, dos tipos de materiais que possui, entre outros. Não nos devemos mostrar aprensivos ao que

nos é diferente, ou foge aos padrões, assim como a nossa conduta enquanto pessoas nos leva a aceitar de uma forma racional tudo o que nos é diferente, também nisto nos devemos mostrar receptivos a novas formas.

Como se analisou anteriormente, dado que a paisagem é algo ambíguo e bastante complexo, não se deve analisar de uma forma superficial. Muitas vezes, o que sucede é que, apenas devido ao contraste que uma obra provoca, se diz logo se está ou não integrada. Arquitetura na paisagem é muito mais do que isso, não basta observá-la, tem de se entendê-la. Quem percebe a paisagem, deve ir muito mais longe, e conseguir decifrar e analisar todos os *layers* que se observa do território. Transpondo posteriormente isso para uma análise coesa, não se deixando enganar apenas pelo aspeto ou impacto visual que possui ao estar inserida na paisagem, pois até isso pode ser uma provocação do próprio arquiteto.

“Inúmeras vezes deambulamos pela natureza livre e avistamos, com os mais variados graus de atenção, árvores, cursos de água, prados e searas, colinas e casas e outras mil alterações da luz e das nuvens - mas, lá por atendermos a um pormenor ou contemplarmos isto ou aquilo, ainda não estamos conscientes de ver uma “paisagem”.”

(Simmel, 2009, p.5)

Pode-se observar com esta frase que, para existir paisagem é preciso analisá-la conscientemente, não basta apenas olhar e ver um elemento ou outro, é preciso ter consciência disso, é preciso senti-la, interpretá-la. Se assim é e transpondo para a arquitetura, é sempre preciso entendê-la e não vê-la apenas como mais uma ou, apenas, mais um objecto nela presente.

Quer-se dizer com isto, que uma obra arquitectónica é muito mais que um simples objecto, e à semelhança das pessoas, embora seja importante o seu aspeto e aparência, não se pode *a priori* dizer se se aprova ou não, mas isso é muito vago, embora o impacto visual seja muito importante. O mesmo se passa na arquitetura: não se pode ficar apenas pela superficialidade, dizendo logo se esta se integra ou não apenas pela imagem que nos apresenta. Tem de fazer um esforço para a tentar perceber, entendendo, assim, mais do que apenas o seu impacto visual, o contacto que tem com a sua envolvência, com o próprio território, com os tais *layers*, que não só o compõem como também formam a paisagem, a imagem que se tem dela.



- A** Figura 01 - Álvaro Siza Vieira, Fundação Iberê Camargo, Brasil (2008) / Fonte - Martha Becker
- B** Figura 02 - Álvaro Siza Vieira, Casa em Mallorca, Espanha (2007) / Fonte - Tiago Costa Miranda
- C** Figura 03 - Eduardo Souto de Moura, Casa das Histórias Paula Rego, Portugal (2009) / Fonte - Bruno Santos Ribeiro
- D** Figura 04 - Eduardo Souto de Moura, Casa na Serra da Arrábida, Portugal (2007) / Fonte - Lucas
- E** Figura 05 - Peter Zumthor, Benedict Chapel, Suíça (1988) / Fonte - Jonathan Vlarocca
- F** Figura 06 - Peter Zumthor, House Luzi, Suíça (2003) / Fonte - Ralph Feiner
- G** Figura 07 - Alvar Aalto, Muuratsalo Experimental House, Finlândia (1952) / Fonte - Hassan Bagheri
- H** Figura 08 - Alvar Aalto, Maison Louis Carré, França (1959) / Fonte - Jari Jetsonen

Observando assim as imagens apresentadas, é possível distinguir dois grupos distintos de tipos de intervenção na paisagem. Um primeiro grupo, onde as obras se destacam e se afirmam na paisagem e outro, onde a arquitetura se integra, camuflando-se na própria paisagem.

O intuito neste estudo, não é salientar a obra de cada arquiteto em particular, mas demonstrar de uma forma geral, os tipos de intervenções existentes na paisagem.

Nas primeiras quatro imagens, que se inserem num mesmo estilo de abordagem à paisagem, inserem-se os arquitetos Siza Vieira e Souto de Moura. Por fim, nas últimas quatro imagens, denota-se um estilo comum de abordar a paisagem, camuflando e integrando os edifícios na própria paisagem, são eles o arquiteto Alvar Aalto e o arquiteto Peter Zumthor.

Como se pode entender, até por serem arquitetos de renome e com obra reconhecida, existe uma elevada perícia destes quatro arquitetos ao integrarem as suas obras no território e isso não está aqui em causa. Todos eles são arquitetos muito minuciosos em tudo o que toca a analisar e conceber a própria obra arquitectónica tendo em conta os tais *layers* que o território possui, claro que uns melhor que outros, mas isso também muitas vezes depende da própria morfologia do local onde se projetou.

Tem-se aqui quatro bons exemplos de como uma obra bem integrada no território, pode ter duas realidades e ambas distintas na paisagem. É contudo necessário ter em atenção as falsas percepções. Isto sucede porque se está a avaliar uma inserção na paisagem apenas pelo seu aspeto visual, e como se referiu anteriormente, embora isso se faça, não é o mais correto. Pode ser correto na medida em que, se entendermos a paisagem apenas como uma percepção espacial estrita, apenas visual, isso acontece e é verdade, mas mesmo assim pode depender de pessoa para pessoa (o tal exemplo da tela e as formas de a avaliar).

A inserção na paisagem vai muito mais longe, não basta apenas a observar. Além de a observar e sentir, tem sempre de existir uma análise exaustiva, como refere Simmel (2009, p.5), não basta ver, é preciso entendê-la, é preciso dar-lhe atenção.

Tem-se então aqui uma ambiguidade: se por um lado, visualmente se consegue distinguir pelos exemplos um contraste e uma camuflagem da obra arquitectónica, quererá isso dizer e estará diretamente relacionado com uma integração ou não na própria paisagem?

Em suma, e também em resposta à interrogação, tudo depende da forma como vemos e interpretamos a paisagem e qual é para nós a sua importância. A um nível mais

superficial, é claro que à vista desarmada, sem muitos critérios, é esperado denotar-se que as obras do arquiteto Peter Zumthor e do arquiteto Alvar Aalto integram-se mais na paisagem. Se mantivermos o mesmo critério e atitude, por sua vez, as obras do arquiteto Siza Vieira e do arquiteto Eduardo Souto de Moura são completamente contrastantes, desintegrando-se completamente da envolvência.

Mas a paisagem, como se viu, tem muitos componentes e distingue-se do território, até porque consoante a escala, a sua percepção muda também e aqui, a sua análise não é certa, depende sempre da forma como a interpretamos, do que sentimos. Assim, claro que se observarmos melhor as obras poderá dar-se o fato de a nossa ideia inicial mudar completamente, pois até as que contrastavam com a paisagem inicialmente, se integrem bem melhor no espaço, no lugar e isso, também, é paisagem.

É natural que nos deixemos guiar pelo que o nosso sentido da visão nos demonstra, mas mesmo assim, devemos também fazer o apelo aos outros sentidos e só assim se conseguirá vivenciar e sentir plenamente uma obra arquitectónica. Se fizermos isso, todas as obras dadas como exemplo, se integram completamente na paisagem, mesmo que à partida, visualmente se desintegram, sejam diferentes e chamem à atenção pelo seu contraste. Mesmo assim, o respeito ao lugar e ao território está sempre presente e isso é notável, sendo também o que distingue estes arquitetos.

Não basta apenas olhar a paisagem, é necessário e imperativo interpretá-la e compreendê-la. Só aprofundando essa visão, tentando ir mais longe, percebendo todas as razões, se consegue ter uma opinião bem formada, tendo por sua vez uma sensação verdadeira, coesa, real (corresponde ao que verdadeiramente existe e, não apenas a algo superficial).

Estes arquitetos fazem um apelo através das suas obras, à emoção e ao raciocínio, embora, por vezes, o sentimento e a compreensão de quem as observe não consiga atingir o pretendido, pois poderão estar ainda enraizadas no passado.

Peter Zumthor (2005, p.17) afirma que a presença de certas obras suas lhe provoca algo misterioso, pois sabe que lá estão, só que ninguém lhes dá atenção (estão camufladas), mas se as retirassem de lá, o lugar deixaria de ser o mesmo. Isto sucede, pois mesmo as obras sem se imporem, sem chamarem a atenção estão bem enraizadas e tornam-se parte integrante da memória do local.

“Uma Pessoa não lhes dá atenção especial. E, no entanto, é quase impossível imaginar o lugar onde estão sem elas. Estas obras parecem estar firmemente ancoradas ao chão”.

(Zumphor, 2005, p.17)

Alvar Aalto tem a mesma ideia. Aborda constantemente o sentido do lugar bem como a cultura e a natureza, sempre aliado ao ato de projetar. Denota-se, assim, um respeito e uma preocupação constante entre adequar o objecto arquitectónico ao ser humano e a tudo o que o envolve (a própria natureza),

“After all, nature is a symbol of freedom, Sometimes nature actually gives rise to and maintains the idea of freedom. If we base our technical plans primarily on nature, we have a chance to ensure that the course of development is once again in a direction in which our every days work and all its forms will increase freedom rather than decrease it.”

(Weston, 1995, p.98)

Finalizando, o que distingue estes quatro arquitetos é a visão da memória dos próprios locais. Embora todos a respeitem, denota-se uma certa atitude nas suas obras em manter ou adulterar essa dita memória.

Quando se integra uma obra, esta passa mais despercebida, logo respeita por ventura mais o local, por outro lado ao se contrastar a obra com o local, esta chamará mais a atenção. Isto não quer dizer que ambas não estejam integradas, apenas o seu impacto varia.

2.3.2_ *Farnsworth House de Mies Van der Rohe*

À semelhança do caso anterior, convém também aqui referir o intuito do estudo. Não se pretende uma análise exaustiva contrapondo ponto por ponto cada especificidade da obra arquitectónica em causa, mas sim aproveitá-la para se expor o ponto de vista sobre o tema. Concluem-se assim alguns raciocínios já começados e expõem-se algumas situações que se devem de todo analisar. Assim, começar-se-á com uma análise breve da casa em estudo, e rematar-se-á com algumas conclusões provenientes não só deste caso, como também de tudo o que foi desenvolvido até aqui.

Nos finais do ano de 1945, Mies Van der Rohe, com 59 anos, e sendo ainda relativamente desconhecido na América, conheceu Edith Farnsworth, uma médica solteira, que pretendia uma casa de fim-de-semana no campo, que fosse uma espécie de retiro e um lugar de descanso. Para isso, adquiriu um terreno arborizado de aproximadamente quatro hectares na margem Norte do rio Fox, perto de Plano, uma pequena cidade do condado de Kendall.

Para o arquiteto estavam reunidas as condições ideais para pôr em prática as premissas da sua arquitetura nesta fase da sua vida, pois a casa destinava-se a uma pessoa solteira e as restrições funcionais do programa eram mínimas, ou seja tudo era reduzido ao essencial. Para além disso, o terreno era extremamente recatado, longe de qualquer estrada, cidade, ou povoação, dando-lhe liberdade quase total para por em prática a sua criatividade.

Relativamente ao terreno de intervenção, este situava-se numa planície de inundação, em que a sul se encontrava a margem do rio e um conjunto de árvores pouco denso que permitia a visibilidade para o mesmo. A norte, o terreno possui uma pequena pendente, sendo esta relvada e rematada por um conjunto de árvores que conferia pouca visibilidade a partir da estrada que se encontra na mesma direção. A nascente verificava-se também a existência de uma massa arbórea, e a poente a estrada principal de ligação à cidade é “escondida” também por um conjunto de árvores. Ou seja, as árvores ladeavam toda a casa, proporcionando uma barreira ao “exterior”, deixando somente visibilidade para o rio.

Mies Van der Rohe não pensou em qualquer acesso, pedonal ou automóvel, com intuito de não criar qualquer ruído ou perturbar o local. Assim, como a casa estava implantada numa zona central do terreno, depois de se estacionar o carro, tinha que se

percorrer um caminho não estabelecido até se chegar à casa, o que possibilitava uma liberdade do percurso, contemplando a casa e a natureza da maneira que se pretendesse. É importante também referir que a entrada na casa era feita pelo lado do rio, ou seja, o lado oposto de onde se vem desde a estrada. Desta forma, obrigava as pessoas de certa forma a circundar o próprio edifício, contemplando e vivenciando todo o espaço.

A casa está elevada em relação ao terreno, não o “perturbando”, proporcionando melhores vistas de contemplação da natureza. A razão funcional deriva do fato da casa se encontrar numa planície de inundação, como já foi referido, deixando assim uma margem de segurança caso as águas do rio subissem de nível. Para vencer esta diferença de cota em relação ao chão, existe uma plataforma, funcionando como agente mediador entre o terreno e o pátio coberto da casa, onde se chega e se contempla mais uma vez toda a natureza e só depois se entra na casa perpendicularmente.

Era necessário um marco que o pudesse guiar na implantação da casa e para isso, Mies Van der Rohe recorreu a uma zona que possuía um carvalho de grande porte, ao qual fixou o edifício nas suas imediações. É nesta árvore que culmina grande parte da relação com a natureza, onde se denota os ramos a inclinarem-se sobre a casa proporcionando um gesto de proteção, bem como ao as folhas tocarem nos panos de vidro remetem para o contacto direto entre a natureza e o edifício, proporcionando também sombreamento, no verão, dos raios solares vindos de sul.

Apresenta uma planta rectangular livre, sem paredes a diferenciar os espaços. A única peça maciça no interior deste volume paralelepípedo de vidro, orienta-se longitudinalmente e ligeiramente deslocada para norte, permitindo maior amplitude da sala de estar. Contém os serviços da habitação: cozinha, casa de banho completa, casa de banho para convidados, e um pequeno compartimento que possui um equipamento de drenagem de águas da cobertura. Esta peça, juntamente com um armário que define a zona de dormir, são os elementos responsáveis pela “construção” e organização dos diferentes espaços. Assim sendo o espaço torna-se subtilmente fluido, contíguo e contemplativo, não sendo rígido nem enclausurado.

Cumprindo com o que já dizia Vitruvius (2006), o quarto vira-se a nascente; as restantes zonas nobres da casa (espaço de estar e de refeições) abrem-se a sul e poente, em direção ao rio para aproveitar a melhor exposição solar e as vistas mais interessantes.

Tendo em conta os materiais constituintes da fachada, pode-se dizer que eles assumem um papel fundamental na arquitetura desta casa, pois toda ela é revestida por panos de vidro refletante, o que aliado ao fato de estar elevada em relação ao solo, permite

o máximo de transparência. Esta desmaterialização permite tirar partido da natureza, sendo esta uma espécie de quadro animado com vida, não estático. No verão tem-se uma leitura completamente diferente daquela que se tem no inverno, ou em qualquer outra estação. Cada uma delas dota a natureza de características únicas e distintas, produzindo sensações sempre diferentes e havendo uma fluidez entre o interior e o exterior.

Já que a natureza tem vida própria, deve-se ter em atenção para não a perturbar com as cores da casa, assim como com o mobiliário interior, e sim tentar estabelecer uma maior harmonia entre a natureza, a casa e o ser humano. Desta forma escolheram-se tons de modo a conseguir uma neutralidade, valorizando a natureza. Por isso a paleta de cores utilizada é muito limitada: as colunas metálicas são pintadas a branco, as cortinas são brancas, o tecto de gesso é branco, o pavimento é em travertino italiano, o revestimento do núcleo de serviços é de contraplacado de pinho e por fim, o armário que separa a cama é de teca.

Tendo em conta toda a análise efectuada, é sem duvida uma boa obra arquitectónica e isso é quase indiscutível. Diz-se isto não só pelo arquiteto que é, como também dada a importância que esta casa possui, funcionando como um marco da própria arquitetura.

Dado o tema, existem aqui muitos aspetos a serem abordados, não só em termos do próprio território, como também tendo em conta a paisagem.

Quanto à sua inserção no território, pela análise, é possível dizer à partida, que embora existindo algumas ambiguidades, ela atente e responde aos tais *layers* que possui. Os mais abordados foram, claro, os biofísicos e, sem dúvida que não só os respeita, como também os usa em proveito de um projeto mais consistente. É exemplo disso a forma como usa a vegetação para abrigar a casa e como opta por um ponto fulcral para a inserir (perto de uma árvore), abrigando-a. Também é notório o jogo sábio entre o sentido dos ventos, bem como a exposição solar. Embora não tivesse cortinas, como a vegetação é caduca, isso ajuda a proteger a casa do sol no verão e a expô-la no inverno (captando os raios solares), este cuidado também é visível a orientação dos seus compartimentos.

Aqui, a questão reside no fato de ainda atendendo a estes fatores biofísicos, será que foram mesmo premeditados e pensados ou, meramente coincidência, querendo apenas colocar em prática o seu modelo de casa? Aponta-se isto porque como se referiu anteriormente, este terreno está numa planície de inundação, e em resposta a isso, o arquiteto elevou a casa do pavimento, como foi também referido. Refere-se aqui o fato de tentar perceber se essa elevação foi mesmo devido a esse fator (prevenir possíveis cheias),

ou meramente uma questão formal. Diz-se isto, pois como se sabe, a casa já foi inundada mais que uma vez, ficando esta quase submersa. Não deveria o arquiteto ponderar melhor o coeficiente que atribuiu?

Tendo em conta agora os fatores sócio económicos, é nestas variáveis onde se insere o ser humano que vai habitar a obra de arquitetura. A nosso ver, pensamos que neste caso a casa não foi adequada ao seu utilizador, até pelo simples fato de quase nunca a ter conseguido habitar. A sua organização interior nunca foi aceite, nem pela dona da casa, nem a quem a vendeu posteriormente, tendo sofrido diversas modificações e reorganizações dos espaços ao longo dos anos.

Acrescentando a isto, a sua elevada transparência, embora formalmente tenha a ver com outros aspetos (assim como a nível da paisagem), tendo em conta o utilizador do espaço, não se adequa, não lhe dá privacidade e gera desconforto.

Exteriormente, sendo isto um ponto fulcral nesta análise, embora possa ter uma justificação de contemplação plena, a chegada à casa, embora não tenha nenhum percurso estabelecido, assim como garagem que não existe (tendo sido feita posteriormente), e a própria entrada na casa, são completamente desadequadas ao seu utilizador. Mesmo sendo apenas uma casa de fim-de-semana, não se denotará aqui um egoísmo do arquiteto? Um dos aspetos fundamentais na arquitetura, é adequar o que se faz ao ser humano, a quem vai habitar esse espaço e, aqui, parece que o arquiteto não soube gerir isso (ou foi intencional e premeditado).

Tendo em conta a paisagem, esta obra destaca-se vincadamente de tudo o que a rodeia, do seu meio. Embora se tenha dito que a casa proporciona uma elevada transparência e, seja toda ela um gesto de minimalismo, é notório que existe aqui um contraste óbvio entre o edifício e a sua envolvência. Não se refere aqui só à cor, mas também derivado à sua forma e aos seus materiais, o que lhe confere um destaque imenso. Tendo em conta, claro, todo o manto verde onde assenta e a arborização que a rodeia, que no fundo são as características que visualmente se destacam mais do próprio local.

Isto não está diretamente relacionado com que a obra se integre ou não, é preciso observar sempre mais fatores e muitos deles estão diretamente relacionados com a questão da sua inserção no território.

Assim, a uma escala mais aproximada, é possível observar, que o carácter da casa se altera completamente, deixando se ser quase que uma peça branca assente e no meio daquele local, mas algo que mantém um contacto puro e um diálogo constante com aquilo

que a circunda. A esta escala a tonalidade branca do edifício dilui-se na paisagem que o encerra e o mesmo acontece com a sua volumetria. Os tais painéis de vidro, aqui dão-lhe uma transparência elevada, fazendo com que se integre completamente, onde até a sua estrutura se confunde com os movimentos verticais dos caules das árvores ali existentes.

Mais uma vez, aqui se pode observar, que o integrar na paisagem é muito ambíguo, como depende sempre do observador, de uma posterior análise, da elaboração de opinião, muitas vezes a escala e a forma em como se aborda, pode gerar distintas observações e sensações.

Deve-se, por isso, analisar a paisagem, não só como um mero aspeto visual, como se fosse quase um *flash* momentâneo do que existe, mas sim penetrar um pouco pelo ramo do território (os seus *layers*).

Se a paisagem advém do território, deverá estar sempre intrinsecamente ligada a ele, pois os elementos que se observam são sempre elementos do território. Assim, deve-se elaborar justa opinião tendo em conta não a superficialidade de uma simples observação (por exemplo, da sua volumetria ou cor), mas ir muito mais longe que isso. Só assim se conseguirá interpretar tudo o que uma obra tem para nos dizer.

Assim, se ao se projetar se atender devidamente ao território, interpretando-o corretamente, retirando dele potencialidades e tendo em conta as suas fragilidades e se ao se construir se denotar tudo isso (se essas premissas estiverem presentes) só assim se conseguirá integrar bem uma obra na própria paisagem, pois as justificações estarão lá presentes.

Mais do que aquilo que a obra arquitectónica realmente é, por vezes mais importante será a forma como a vemos e a interpretamos. É o observador que a analisa, que sentirá e dirá por sua vez se está ou não bem integrada (mesmo que por ventura até esteja, ou não). Por isso, o único elemento do qual não se pode prescindir na paisagem, é o próprio observador, pois é ele que através do seu olhar fará como que ela exista e lhe dará sentido.

2.4_ Ponto de Situação

Como foi possível observar com o desenvolver do trabalho até este ponto, a importância do tema da paisagem é bem atual, e por isso imperativo que se estude e se debata, para que assim melhor se entenda o que nos rodeia. Só desta forma se terá uma maior consciência daquilo que nos envolve e se lhe dará a devida atenção e um outro significado.

Num sentido amplo, tudo o que nos rodeia é paisagem e tudo isso faz parte de um território. É portanto útil perceber que paisagem não é só natureza, mas sim também o edificado, as construções que o arquiteto produz. É importante, por isso, ter a consciência que mais do que uma simples obra, um simples edifício projetado para um determinado local, está-se constantemente a modificar e a construir paisagem.

Só desta forma, sabendo o que ela realmente é e o que a compõe, mas mais do que isso, só o simples fato de saber que ela existe, nos dará uma outra forma de perceber todo o espaço que nos rodeia

Isto leva a que não só se valorize o que a paisagem é, como também se valorize o que ela passará a ser e o sentido que terá depois de se intervir nela, o que fará com que haja um respeito contínuo na sua análise e aquando da sua modificação.

É imperativo e útil analisar este tema por essa mesma razão, pois muitas vezes é preciso ter a noção de escala e pensar mais do que o próprio sítio e mais do que o próprio edifício enclausurado num limite imposto por nós.

O arquiteto tem que possuir uma visão mais ampla e não pensar apenas no cliente ou apenas em quem irá observar o edifício de um determinado ponto, mas sim no seu enquadramento geral no próprio território. A obra, quer queiramos quer não, irá fazer sempre parte de uma paisagem. Deve-se por isso, dotá-la de instrumentos para que esta consiga dialogar não só a uma pequena escala com quem a vivencia interiormente, os seus utentes, mas também para quem a vê, vivencia e experiencia por fora.

3_ Capítulo II: Ser Integrado na Arquitetura
(Integrar o ser Humano na Arquitetura)

3.1_ Aspetos Introdutórios

Como já se abordou anteriormente, a arquitetura deve ser produzida em função do homem. Desta forma, quando se projeta, deve-se fazê-lo tendo-o sempre em conta. Isso faz-se adequando-o ao espaço, à obra, bem como integrando a obra à pessoa, ao sítio. A tal dualidade.

Aqui, mais do que realçar as exigências estéticas, ligadas à sua integração e conotadas com o seu aspeto (abordadas no capítulo anterior), ou até as exigências técnicas, construtivas ou a nível de segurança, pretende-se demonstrar uma face mais humana de integração.

Esta face mais humana, tem a ver com exigências do próprio uso e da sua habitabilidade, exigências que por seu turno conferem bem-estar aos seus utentes.

Assim, e como o próprio título indica, será aqui relevante e alvo de análise a integração do ser humano na arquitetura. Isto, de modo a perceber as suas necessidades e a forma de como se pode da melhor maneira, integrar na arquitetura todos os seus anseios.

Isto só se faz conhecendo da melhor forma quem irá utilizar e vivenciar a obra por projetada, sendo por isso imperativo estudar as necessidades e carências de quem a utiliza.

Para isso, analisar-se-á a importância e as exigências de qualidade arquitectónica directamente relacionadas com o ser humano que visam assegurar a satisfação das necessidades dos utentes. Isto para que se enquadre e se seja pragmático, sabendo-se assim á partida quais os parâmetros a que supostamente a arquitetura deve responder, balizando o esforço e direccionando melhor as soluções necessárias em resposta a cada ponto. Estará feita assim a ponte para a temática das acessibilidade e a necessidade da sua inclusão aquando do ato de projeto.

Para sustentar e enquadrar esta temática na parte prática, tendo em conta o projeto realizado, é importante abordar também a uma maior escala, não ficando apenas pela do edifício, a cidade e os seus modos de vida, para que se entenda a importância do ser humano e a sua sempre presença.

Por fim, e em resposta a essas exigências e necessidades, abordar-se-á o surgimento da arquitetura e ambientes inclusivos, bem como tudo o que lhes está inerente, as suas premissas e a sua relevância.

3.2_ Desenvolvimento

3.2.1_ Exigências de Qualidade Arquitetónica

Tratando este capítulo da integração do ser humano na arquitetura, é deveras importante saber à partida quais os diferentes níveis de exigências que pautam a qualidade de um espaço, para que assim melhor se projete.

Segundo o autor João Branco Pedro (2000, p.29) existem exigências de qualidade arquitectónica que servem para definir o nível de desempenho dos espaços, “com vista a assegurar a satisfação das necessidades dos utentes.” Estas exigências devem por isso ser catalogadas para que assim se consiga não só avaliar a qualidade efetiva da habitação, do espaço, como também auxiliar no ato de projeto, dando assim a conhecer as exigências a que se deve responder.

Estas exigências organizam-se segundo diferentes parâmetros, pois a arquitetura é muito abrangente, e nem todos os parâmetros são relacionados diretamente com o ser humano enquanto elemento essencial a integrar na arquitetura. Ficam assim de fora deste estudo as exigências estéticas, relacionadas com o seu aspeto, que já foram abordadas no capítulo anterior, onde se aborda principalmente a sua capacidade de integração no meio, assim como as exigências de segurança e económicas.

Desta forma, pretende-se apontar apenas as exigências de habitabilidade que englobam os diferentes tipos de conforto (acústico, visual, tátil e térmico), a qualidade do ar e a salubridade do espaço. Bem como as exigências de uso, onde surge a sua adequação espaciofun-cional (capacidade, funcionalidade e espaciosidade), os diferentes tipos de articulações (privacidade, convivialidade, comunicabilidade e a acessibilidade) e por fim a personalização (onde surge a apropriação e a adaptabilidade).

Começando pelas exigências de habitabilidade, estas “visam assegurar que os espaços habitacionais oferecem condições que garantem a higiene, a saúde, o conforto ambiental e o bem-estar dos utentes (Pedro, 2000, p.30).” Assim, é deveras importante ter em conta o conforto acústico, que está relacionado com o nível sonoro do ruído existente e provocado no espaço; o conforto visual, diretamente relacionado com o tipo de contrastes que se criam, onde a iluminação natural e artificial são elementos fundamentais; o conforto tátil que remete para os tipos de superfícies criados, pois cada material empregue possui sempre características muito próprias, neste caso e entre outros parâmetros, se é liso, áspero, ou até frio ou quente; o conforto térmico que se relaciona com a temperatura a que

esse espaço se encontra e a capacidade que possui de se regular e adaptar tendo em conta as necessidades do momento; a qualidade do ar que está intrinsecamente conectado com o tipo de ar e a qualidade do mesmo, que se encontra num determinado espaço para uma determinada utilização e a possibilidade que este tem de se renovar caso seja necessário; e por fim a salubridade, como o próprio nome nos indica está relacionado com as condições de higiene onde todos os outros fatos contribuem, mas basicamente é a capacidade que o espaço possui de gerar condições favoráveis à saúde (uma boa limpeza, desinfecção, e um bom escoamento de águas residuais e de lixo, entre outros).

Como atrás se abordou, e tendo em conta agora as exigências de uso, estas possuem três parâmetros (adequação espacio-funcional, a personalização e a articulação).

A adequação espacio-funcional “assegura que os espaços habitacionais proporcionam adequadas condições de uso, pelo seu número, forma, dimensão, equipamento e pormenorização” (Pedro, p.32, 2000). Dentro deste parâmetro, pode-se abordar a sua capacidade, relacionando-se isto com o uso que o espaço proporciona, onde as características que possui, bem como o seu programa são determinantes; a sua espaciosidade, que remete para o desafogo do espaço, seja ele físico ou psicológico, contribuindo para isto os elementos que possui, a sua própria forma e dimensões que apresenta; e por fim, a sua funcionalidade que tem a ver com a eficiência de desempenho das atividades pretendidas num determinado espaço, bem como a facilidade e a fiabilidade com que se executam.

As exigências a nível de personalização “devem assegurar que os espaços habitacionais permitem a participação e promovem a identificação” (Pedro, p.33, 2000) das pessoas que o usam e usufruem. Deste modo, estas exigências ficam colmatadas se houver uma apropriação correta por parte de quem usa o espaço, e isto só acontece se estas áreas motivarem o uso, promovendo uma identificação dos sujeitos que o vivenciam, satisfazendo-os de uma forma a que os seus hábitos de uso e não só, são correspondidos. Além da apropriação, surge a adaptabilidade, sendo este aspeto deveras útil na medida em que todos os espaços que se projeta devem ser adaptados e pensados de uma forma a que permitam a alteração das suas características de modo a se adaptarem aos diversos modos de uso das diferentes pessoas.

Concluindo, a articulação é uma exigência que visa sobretudo “assegurar que os espaços habitacionais, pela forma como estão relacionados entre si, proporcionam a ligação entre espaços, a interação social e a expressão individual” (Pedro, p.33, 2000). Dentro disto, encontra-se a privacidade, que visa proteger o individuo, ou o utente

relativamente à vista não desejada e à intrusão não controlada, promovendo desta forma o recolhimento, e assegurando o resguardo se assim se desejar; a convivialidade, que promove o convívio através do uso em conjunto de diferentes espaços por diferentes pessoas (sejam eles espaços privados ou públicos), promovendo assim relações sociais; a comunicabilidade, que assegura a comunicação e a passagem de uns locais para os outros, estabelecendo assim relações entre espaços quer seja fisicamente, visualmente ou acusticamente; e por fim a acessibilidade que visa a possibilidade e facilidade de deslocação do indivíduo entre e para os espaços que pretenda.

3.2.2_ A Importância da Acessibilidade

“A promoção da acessibilidade constitui uma condição essencial para o pleno exercício de direitos de cidadania (...) como o direito à qualidade de vida, à liberdade de expressão e associação à informação, (...) à saúde, à habitação, ao Lazer (...)”

(SNRIPD, 2007, p.5)

Quando se projeta, ou seja, na fase de concepção, devem-se colocar de lado os preconceitos existentes, e pensar em formas de incluir ao máximo o maior número de pessoas com os mais diversos tipos de mobilidade. Isto só é possível promovendo uma boa acessibilidade, quer a nível do edificado ou até do espaço público, tendo sempre presente uma visão ampla e colocar o mínimo de rendilhados e descontinuidades ou até barreiras possíveis (que de certa forma constituem uma forma de exclusão). Se assim for feito, haverá um desenvolvimento materialmente mais justo, integrador e sustentado, o que diretamente irá melhorar a qualidade de vida e coesão social, pois como se sabe o território para além da sua componente física, também possui uma componente social.

“As pessoas com mobilidade condicionada esperam de todos nós que utilizemos todos os mecanismos e instrumentos ao serviço da construção de uma sociedade sem barreiras, os quais carecem de enquadramento normativo, mas muito, também de sensibilização e envolvimento das populações e de todos os agentes neste projecto comum.”

(SNRIPD, 2007, p.5)

Cabe assim ao arquiteto imaginar e por em prática, na própria cidade, formas em que, mais do que colmatar pequenas falhas, as resolvam por completo. Desta forma, devem-se idealizar novos conceitos bem sustentados, que devolvam aos espaços da cidade condições de segurança e de conforto, que irão diretamente influenciar e dar a todos os cidadãos uma vida mais autónoma e independente.

3.2.3_ A Arquitetura e a Cidade

Como a teoria comprova, a cidade é um espaço heterogéneo, constituído por pessoas diferentes com distintos percursos de vida, como referem Jean Rémy e Liliane Voyé (1994, p.13). Como são espaços heterogéneos, dentro de uma cidade existem várias “cidades”, devido não só aos aspetos formais decorrentes da arquitetura e urbanismo, mas também devido à sua própria vivência.

“Compartilhar o espaço com estrangeiros (...) é uma circunstância que se torna, para os habitantes das cidades, muito difícil de evitar (...) por isso, é preciso ensaiar, por à prova e descobrir um *modos vivendi* que permita tornar a convivência mais agradável e a vida mais suportável.”

(Bauman, 2006, p.34)

É neste aspeto que a arquitetura assume uma importância fundamental, pois pode favorecer a descoberta do referido *modos vivendi*. Como ela é o palco dos acontecimentos, quanto mais adequada for à realidade para a qual é projetada, melhores vivências vai proporcionar aos seus “atores”. Claro está que é inviável que a arquitetura consiga responder a todas as exigências de todos os indivíduos, pois cada um possui trajetórias de vida diferentes, necessidades, preferências e opções distintas.

A arquitetura e o urbanismo influenciam as vivências e os modos de vida de uma cidade. Porém, não são os únicos que interferem nas ações que lá acontecem. Os habitantes, as pessoas que passam, e até a sociedade em geral, transformam e reorganizam material e simbolicamente todo o espaço, pois são eles quem o utiliza. As pessoas dão vida, e a arquitetura e o urbanismo dão a forma, materializando o espaço. Ambos

delineiam e concebem os espaços, espaços estes que não só delimitam como ajudam a formar a própria cidade.

Estes espaços são concebidos para serem vividos pela sociedade, cabendo assim ao arquiteto ou urbanista, livrar-se de preconceitos e projetar de acordo com os utilizadores finais. São eles que vão viver os espaços à sua maneira, e possivelmente de forma muito diferente daquilo que se idealizou e que se esperava. Daí a necessidade de se conhecer para quem se projeta e atender às suas carências.

3.2.4_ Arquitetura Inclusiva

A vida nas cidades, independentemente da sua dimensão, é naturalmente influenciada pela forma como esta se organiza, distribui e implanta no território.

A cidade é composta por pessoas, que por sua vez formam a dita sociedade que nos rodeia, e é essa sociedade que vivencia, compõe e complementa todos os espaços da cidade.

Sem sociedade e sem pessoas, os espaços não têm qualquer tipo de significado, pois na arquitetura, quando se projeta, projeta-se para alguém, e por isso, todos os espaços na cidade devem ser pensados e concretizados para pessoas, para serem vividos e úteis, pois essa é a pura razão da sua existência.

Desta forma é essencial conhecer para quem se projeta, quem vai usufruir do espaço, e ter consciência que as necessidades evoluem e transformam-se ao longo tempo. É por isso imperativa uma procura minuciosa das necessidades humanas para que os espaços se adequem às pessoas, como refere o arquiteto Nuno Portas (2004), espaços estes que podem ser públicos ou privados.

“(…) é absolutamente inevitável construir não apenas *mais* cidade, mas também melhor cidade (…).”

(Fortuna, 2002, p. 123)

Não se pode olhar para toda a sociedade e julgá-la como um único indivíduo com as mesmas características. Como os indivíduos tem as suas próprias vivências e

experiências, vão ter características e modos de pensamento distintos que não devem ser desconsiderados, bem como as suas necessidades específicas.

“The quality of buildings and spaces has a strong influence on the quality of people’s lives”

(CABE, 2008b, p.3)

A qualidade dos edifícios (espaços), que advém da forma de como são pensados e elaborados, influencia a qualidade de vida das pessoas que os usufruem. Desta forma, as decisões de quem projeta devem ser pautadas pelo esforço em contribuir para uma cidade mais inclusiva, gerando assim uma sociedade mais coesa, respeitadora e que integre em si a diversidade de pessoas que a usam.

A arquitetura inclusiva surge, assim, como um processo, que visa estudar e pensar naqueles que têm algum problema de mobilidade, destreza, comunicação ou até mental. Assim, já que a forma como os espaços são projetados afeta a habilidade de quem os vivencia, um projeto inclusivo elabora espaços que todos possam usar, cria ambientes inclusivos. Nestes ambientes, pretende-se que todos vivam de forma igual na sua diferença, e independente, desempenhando as suas atividades do dia-a-dia de uma forma eficiente.

“Good design should reflect the diversity of people who use it and not impose barriers of any kind”

(CABE, 2006, p.5)

Um bom projeto inclusivo deve, para isso, refletir a diversidade de pessoas que o usam, e um dos maiores problemas são as sempre presentes barreiras arquitectónicas, que afetam a capacidade de movimento, de visibilidade, comunicação e audição. Estas devem assim ser removidas, de modo a obter-se um ambiente funcional e acessível para todos.

Deve-se encarar esta necessária inclusão também de pessoas com as demais deficiências, pessoas idosas ou até crianças, como uma mais-valia para o projeto, pois decerto que o irá tornar mais seguro, prático e agradável, pensando e incluindo assim todos de uma forma igual. E isto só é conseguido pensando na forma como os espaços vão ser usados e por quem.

“Quando falamos de design inclusivo estamos a falar da adequação e possibilidade de uso por pessoas diferentes (...).”

(Simões, et al. , p.8)

Objetivamente, a arquitetura inclusiva visa essencialmente gerar um sentido de pertença a quem usa os espaços, por mais diferentes que sejam, sendo estes o máximo possível adaptados e adequados. Isto só é conseguido quando se tratam com respeito e de uma forma igual todos os que usam esses espaços. Assim, devem ser criados acessos com dignidade, e fazer com que quem use esses mesmos espaços se sinta bem, se sinta confiante e integrado. Devem por isso criar-se não só acessos físicos, como também serviços relevantes, atendendo sempre às necessidades diretas e particulares de cada um.

Este tipo de inclusão gera decerto uma outra maneira de pensar arquitetura, e claro, de projetar os espaços. Devem-se entender as suas premissas como um complemento necessário ao projeto, pois este não deve ser desligado da realidade, integrando em si da forma mais correta quem o irá usar.

“An inclusive approach to design offers new insights into the way we interact with the built environment. It creates new opportunities to deploy creative and problema solving skills.”

(CABE, 2006b, p.3)

Esta é uma oportunidade para se apontarem novos caminhos, descobrir e criar novas soluções que sejam criativas e respondam direta e totalmente a todas as necessidades apontadas.

3.2.5_ Ambientes Inclusivos

Tudo o que se cria tem por base decisões. Decisões estas que, neste caso, de conceber um certo ambiente, um certo espaço na cidade, não dependem apenas e exclusivamente da arquitetura e do urbanismo. Criar um ambiente inclusivo, depende claro

do seu planeamento e do seu desenho, mas estará sempre intrinsecamente também ligado à forma como é gerido e mantido.

Desta forma, o ideal de todos os espaços serem inclusivos, aceitando e permitindo que qualquer um os possa usar de uma forma plena, tem como base o impacto de muitas decisões das quais o arquiteto nem sempre tem controlo.

Um ambiente inclusivo deve, acima de tudo, responder às necessidades das pessoas, pensando em quem usufrui desse mesmo ambiente, sendo ele acolhedor a todos sem exceção daqueles que têm necessidades especiais. Assim, todos o podem usar de uma forma segura, fácil e com dignidade.

Isto só é conseguido quando se é realista e se pensa de uma forma global, integrando e oferecendo mais do que uma simples solução para resolver as necessidades de todos. Para isto deve-se ter em conta aquilo que as pessoas realmente dizem e necessitam.

“Inclusive environments will be responsive (...) be flexible in use, offer choice when a single design solution cannot meet all users needs, be convenient (...) be welcoming (...) accommodate without fuss or exception those who have specific requirements.”

(CABE, 2008b, p.12)

Acima de tudo, um ambiente inclusivo deve ser cómodo e conveniente, para que independentemente da idade, circunstância de mobilidade, visibilidade, audição ou comunicação, qualquer um lá se sinta bem e integrado, não distinguindo e separando, assim, fisicamente quem necessita ou não de soluções mais específicas para melhor se incluir e desfrutar dos espaços.

Estes espaços devem também albergar possibilidades de escolha, oferecendo mais do que uma solução a quem os pretende usar, para que assim diferentes pessoas o possam usar de diferentes maneiras.

Já também que o tema primordial é a acessibilidade, estes ambientes devem gerar uma fácil mobilidade não só a quem lá está (mobilidade) , mas também a quem lá quer chegar (acessibilidade).

Não obstante, estes ambientes devem ser também mutáveis e flexíveis, adaptando-se por sua vez da forma mais correta ao seu uso e às necessidades do momento, bem como

possuir amplas áreas exteriores, livres de barreiras, gerando uma leitura e compreensão fácil e clara.

Convém também referir que espaços e ambientes não são a mesma coisa, embora sejam desassociáveis. Qualquer espaço tem um ambiente muito próprio. São, por isso, coisas diferentes.

No ato da criação de um espaço, cria-se sempre também um ambiente, cabendo assim ao arquiteto não fazer arquitetura só através de medidas, respondendo apenas às normativas legais (legislação), mas conseguindo também através de um ato intelectual conceber um ambiente.

Daqui se retira que espaço é algo mais físico, é palpável e mensurável. Já um ambiente é algo que remete para a percepção desse mesmo espaço. Desta forma, um ambiente engloba não só o espaço e forma como ele é pensado e elaborado, ou seja, as características físicas, como também lhe acrescenta uma componente mais psicológica, onde se encontra a forma de como quem o experiencia, o interpreta.

Para que melhor se entenda, pode ser dado um exemplo concreto da necessidade de se elaborar uma sala estudo numa biblioteca. À partida, o que se pensa é responder tecnicamente às exigências diretas, colocando nesse espaço elementos que melhor respondam às necessidades dessa sala. Neste caso, seriam, não só elementos diretamente relacionados com o uso, como se responderiam a normativas legais, ou seja, toda a legislação em vigor para este determinado espaço. Mas como se referiu anteriormente, o ato de projeto não deve ficar apenas por uma concepção técnica, mas sim, pensar em ambientes, e neste caso não só a forma como ele se organiza, como também a forma como vai ser percebido e vivenciado, no ambiente que quer proporcionar e que realmente pretende. Só assim se conseguirá criar um ambiente de estudo, e não somente um espaço, pois embora esteja tecnicamente bem elaborado, deixou de lado a componente psicológica, não tendo em conta assim totalmente a sua função social e de adequação plena ao ser humano.

3.3_ Ponto de Situação

Tudo o que é construído é inserido e é norteado em função da sociedade, e isso é visível por toda a legislação que regula a arquitetura, pois é sempre feita em função do ser social, do meio onde existem e vivem as pessoas. Desta forma, tudo o que é orientado e pautado por leis sociais é também um ato social, e a arquitetura é a uma maior ou menor escala, em função da escala da sua própria intervenção (seja um grande espaço urbano ou até um pequeno edifício), um ato social.

A arquitetura deve assim cumprir a sua função que é ser também uma ciência social, pois é feita para a sociedade, sendo normalizada em função de leis sociais e é para a sociedade a habitar. Para isso, deve servir a comunidade, as pessoas para quem se está a projetar e que habitam os espaços, sejam eles interiores ou exteriores, de pequena ou grande escala.

“ (...) acessibilidade espacial (...) refere-se à possibilidade plena de integração entre as pessoas e os ambiente, sem segrega-las e permitindo que as atividades sejam realizadas com êxito, por todos os diferentes usuários.”

(Dorneles, 2006c, p.2)

Como espaço habitável que é, tem que traduzir-se numa mais-valia para quem a vai experienciar. Para isso, todos os espaços projetados devem ser fáceis e simples de usar, transmitindo uma independência e acima de tudo gerando confiança naqueles que o usam. Só assim se conseguirá integrar verdadeiramente as pessoas na própria arquitetura. Assim, e no ato de projeto, deve-se acima de tudo pensar em como é que esse espaço previamente idealizado, vai ser realmente usado e por quem.

“Disabled people are not homogenous, of course, but considering their needs within the design process will secure benefits for everyone.”

(CABE, 2006b, p. 10)

Desta forma, é útil que as pessoas com necessidades especiais se tenham também em conta, pois se forem consideradas as suas carências, decerto que estarão assegurados a uma maior escala os problemas e necessidades de todos.

4_ Metodologia

O objeto empírico – *Schindler Award 2012* em Berna- surge neste trabalho como um bom exemplo real que ilustra os modos de aplicação das questões teóricas analisadas antes. Assim, demonstrar-se-á concretamente, num espaço real, através de um projeto realizado, alguns dos princípios teóricos até aqui expostos. Pretende-se aferir, a diferentes escalas, a questão essencial, discutida antes, sobre as dualidades da arquitetura.

Assim, e através de uma proposta urbana, e de um edifício nela presente, que foi também alvo de minucioso desenvolvimento, pretende-se demonstrar a diferentes escalas, o que significa afinal, na prática, integrar num espaço, numa paisagem, uma obra de arquitetura. Pretende-se ainda mostrar como essas mesmas obras, que englobam um vasto leque de premissas, integram as pessoas e as necessidades de quem as usa.

“Projetar, significa inventar. (...) Procurávamos para cada problema uma solução.”

(Zumpthor, 2006, p.20)

Também aqui se pretende encontrar novos caminhos e estudar novas soluções para o problema apresentado, de modo que, mais do que o resolver, se tente ir mais longe, e quem sabe, inovar em termos de resultados práticos.

O concurso serve para isso mesmo: para obter de cada participante uma ou mais ideias, de modo a que se repense a forma de fazer arquitetura encontrando novos conceitos e soluções para um problema já conhecido, o da acessibilidade. Para isto, será considerada a cidade de Berna, na Suíça, e um projeto para este local realizado no âmbito do prémio *Schindler Award 2012*.

Embora, ao longo do desenvolvimento deste trabalho se tenham dado exemplos, por vezes abstratos, que sustentavam as linhas teóricas expostas, será aqui possível aplicar todos eles a um projeto efetivo para um local real.

“Não sou um arquitecto que parte de uma teoria, que projecta a partir de uma posição teoricamente definida, (...). (...) estou entregue à arquitectura do fazer (...) ao objecto perfeitamente criado.”

(Zumpthor, 2006, p.30)

Mesmo que se tenha uma teoria bem delineada, e objectivos bem parametrizados, como se teve a oportunidade de explicitar na parte teórica anterior, não há aqui uma imposição total da mesma sobre o ato de projeto. Ou seja, tudo tem uma justificação, mas ela pode ter surgido *à priori*, condicionando completamente o ato de projetar. Optou-se por não partir para o ato de projeto com tudo já estabelecido, pré-formatado: mas sim, que o ato do desenho e a teoria que o sustenta fossem sendo relacionados e combinados ao longo de todo o processo. Assim, nem o desenho, nem a teoria estão à partida totalmente definidos, moldando-se, formando-se e influenciando-se reciprocamente com a própria evolução da proposta.

Até aqui, abordou-se, em termos teóricos a importância, de integrar uma obra na paisagem, bem como, inerentemente, a adequação também ao ser humano, que a vivencia. Esta articulação não só ajudará na elaboração da proposta, como também lhe irá conferir uma sustentação mais coesa, o que, neste caso, será uma mais-valia na medida em que irá transformar o espaço num lugar esteticamente bem resolvido e integrado e que, ao mesmo tempo, integra em si as dimensões relacionadas com o indivíduo, aliando assim, ao máximo, a sua forma, à sua função.

A metodologia de investigação usada, considerando que serve de auxílio e apoio na obtenção do resultado final, que neste caso é um projeto, começou pela pesquisa bibliográfica na internet e nas bibliotecas a que se teve acesso, de modo a adquirir o máximo de artigos, livros e documentos que sustentassem e auxiliassem a elaboração da proposta. A par disso, a pesquisa experimental esteve sempre em constante evolução (esquissos, desenhos técnicos, modelações em três dimensões), de modo a desenvolver soluções que acompanhassem e colocassem na prática, de certa forma, a bibliografia consultada, sobre a qual se ia refletindo.

As técnicas para tratar esta informação consistiram num vasto processo de projeto, que se prolongou por aproximadamente um ano, durante o qual não só se foram experimentando soluções de mobilidade e acessibilidade já existentes, como se teve também a oportunidade de testar novas soluções. A par disto, procedeu-se a uma vasta análise de todo o local, para uma maior familiarização com a zona de intervenção, já que não houve disponibilidade, nem de tempo, nem económica, para conhecer *in situ* o local.

A parte do trabalho que se inicia de seguida começará um pouco como se projetou ao longo de todo este ano, começando desde uma escala ampla de localizações e de objetivos, até ao minucioso desenvolvimento construtivo. É importante por isso, demonstrar o caminho que se teve oportunidade de seguir, desde a apresentação do local e

respetivo concurso, até ao desenvolvimento concreto de todas as fases do projeto, cada uma com características singulares.

Desta forma começar-se-á por situar o local de intervenção, desde uma escala onde aborda em primeiro lugar o país, passando pela cidade, até ao local onde incide a intervenção.

Após isto, passar-se-á para uma análise que incide sobretudo na área de intervenção, para que assim se saiba da melhor forma o que caracteriza e compões este local. Esta fase será rematada com algumas conclusões, bem como considerações e já alguns objectivos pretendidos e tidos em conta para a proposta a concurso.

Posteriormente começa-se por contextualizar todo o concurso, onde se incluirá entre outros aspetos, uma breve caracterização da empresa promotora, os objectivos que tem ao promover este concurso, bem como a sua abordagem e as restrições impostas em regulamento.

Por fim, demonstrar-se-á então a proposta urbana desenvolvida, bem como o edifício proposto a concurso, através de premissas que advém de ambas as partes teóricas realizadas nos capítulos anteriores. Isto, para que em ambos os casos, se justifique e se exponha da melhor maneira o projeto desenvolvido. Assim, cada proposta apresentará não só um conjunto de desenhos técnicos, esquemas e imagens virtuais, como também uma explicação geral onde se denotará o esclarecimento de todo o projeto. Posteriormente a isso, serão abordadas as tais dualidades da arquitetura, onde se dará como exemplo o quão cada proposta atendendo à sua escala é integrada na paisagem e integra em si o ser humano.

5_ Capítulo III: Integrar em Berna
(os Níveis de integração do Projeto Proposto para Berna)

5.2_ Contexto Atual³

5.2.1_ Suíça

A Suíça, possui um território de aproximadamente 39.770 quilómetros quadrados e uma população de aproximadamente 7 900 000 habitantes, dos quais, 23% são residentes estrangeiros.

Estando situada na Europa Central, faz fronteira com Alemanha a Norte, a França a Oeste, a Itália a Sul, e a Leste pelo Liechtenstein e pela Áustria. As suas línguas oficiais são o Alemão, o Francês, o Italiano e o Romanche.

É composta por 26 cantões que integram a confederação Helvética e a sua geografia é dominada por 60% de cadeias montanhosas, nomeadamente, a norte do Jura e a Sul dos Alpes.

A neutralidade da Suíça durante as duas guerras mundiais, contribuiu para que esta se tornasse sede da cruz vermelha internacional. Sendo o seu poder executivo exercido por um concelho federal, composto por sua vez por um concelho nacional e outro dos estados. Cada cantão tem além disso o seu governo particular, para os assuntos que não são de interesse federal.

Acontecimentos marcantes, em 1986 os suíços vetaram a entrada do país na União europeia, em 1992 foi aprovada a entrada da Suíça no Fundo Monetário Internacional e no Banco Mundial. Recentemente, recusou-se a aderir à união europeia

5.2.2_ Berna

Berna é a capital da Suíça e a sua quarta maior cidade, foi fundada no final do século XII pelo duque *Zähringen* e fazia parte do sacro império Romano, tendo sido feita uma cidade imperial livre por Frederico II em 1218. Ocupada por tropas francesas em 1718

³ Dados apresentados em conformidade com Debe, N., Maure, F.V., 1978. *Grande Atlas Mundial*. Lisboa: Seleções Reader's Digest, e Verbo, 1995. *Atlas Geográfico*. Lisboa: Editorial Verbo

durante as guerras revolucionárias francesas tendo-lhe sido por esta ocasião retirada grande parte do seu território. Só em 1848 a cidade se tornou capital federal da Suíça.

A expansão da malha urbana da cidade, poderá estar conotada com a preexistência do próprio rio (onde se denota mais um desenvolvimento agrícola), portanto uma expansão mais rural, e outra derivada e acompanhando a própria linha férrea existente uma expansão mais urbana. Assim está sempre presente na imagem aérea uma dicotomia, um contraste entre os campos agrícolas e a cidade propriamente dita (mancha urbana).

Geograficamente situa-se no centro Oeste da Suíça e é ladeada por áreas de campos agrícolas e de vegetação, que como se observa, circundam a cidade e seguem a linha de água do rio *Aare*. Fisicamente, poder-se-á dizer que a área urbana da cidade está dividida em algumas partes, pois é cortada pelo rio atrás referido e pela linha férrea do comboio.

Como curiosidade, seu nome parece derivar de *Bear*, que significa urso, tendo a sua origem remontado, segundo reza a história, ao regresso de uma caçada do duque *Zähringen*. Este terá trazido um urso consigo, tendo desta forma inspirado, acredita-se, ao atual nome de Berna, desde então, o urso, tornou-se o símbolo da cidade.

O seu centro Histórico, denominado por cidade antiga é considerado património mundial da humanidade pela Unesco. E desde 1983 é famoso pela sua arquitetura medieval, sendo considerado um dos melhores testemunhos do urbanismo medieval do continente europeu.

Os edifícios da cidade velha datam de uma diversidade de períodos: incluindo arcadas do século XV e fontes do século XVI. A maior parte da cidade medieval foi restaurada no século XVIII e até hoje mantém o seu carácter original. O arenito sendo a pedra da região é também a sua marca, registada.

5.2.3_ Área de Intervenção

Está-se presente uma zona urbana consolidada, central, edificada e perfeitamente estruturada que, face aos avanços tecnológicos (tendo em conta aqui o estacionamento das locomotivas visível), se produziu um espaço sobrance com alguma escala. Não é que todos os problemas se centrem aqui, mas decerto que é uma zona que face à construção massiva

da sua envolvimento, daria um bom espaço de permanência, um espaço usado e apropriado pelas pessoas.

Na obstante disso, é visível a presença de um rio com uma escala considerável que de certa forma moldou todo o território e lhe confere este carácter sinuoso e pouco regular. Este rio, não só divide o espaço em termos altimétricos, pois denota-se que está a uma cota menos elevada que todo o resto da área de intervenção, como também a corta em termos planimétricos.

É possível ainda observar um conjunto de quarteirões e edifícios singulares, que antevem um escala populacional elevada. Bem como a uma escala mais aproximada, um edifício de grande imponência localizado mesmo no centro da área de intervenção (*Reitschule*).

É visível também, o fato de toda esta zona ser um espaço com alguma centralidade onde conflui pode ferroviária (com estação próxima), uma ponte viária, e vias automóveis generosas. Isto reforça a ideia, que todo este espaço, sem uso aparente delimitado pela área de intervenção necessita mais do que ser apenas só um espaço de chegada, se tornar uma zona com características de permanência. Não se revela ainda um espaço onde as pessoas se deslocam propositadamente para puderem estar, isto por ventura por não possuir características que favoreçam isso mesmo.

Este capítulo surge como uma abordagem prévia (um primeiro contacto) do o local de intervenção. Para se ter uma maior percepção desta zona, procedeu-se também, a uma análise SWOT do local, acompanhada de algumas fotografias, o que de certo confere ao leitor um melhor entendimento de toda a zona. Foi realizada ainda uma análise mais detalhada, que visa sobretudo conhecer com mais minúcia e de uma forma mais aprofundada o local de intervenção (ver capítulo 5.3_ Análise do Local).

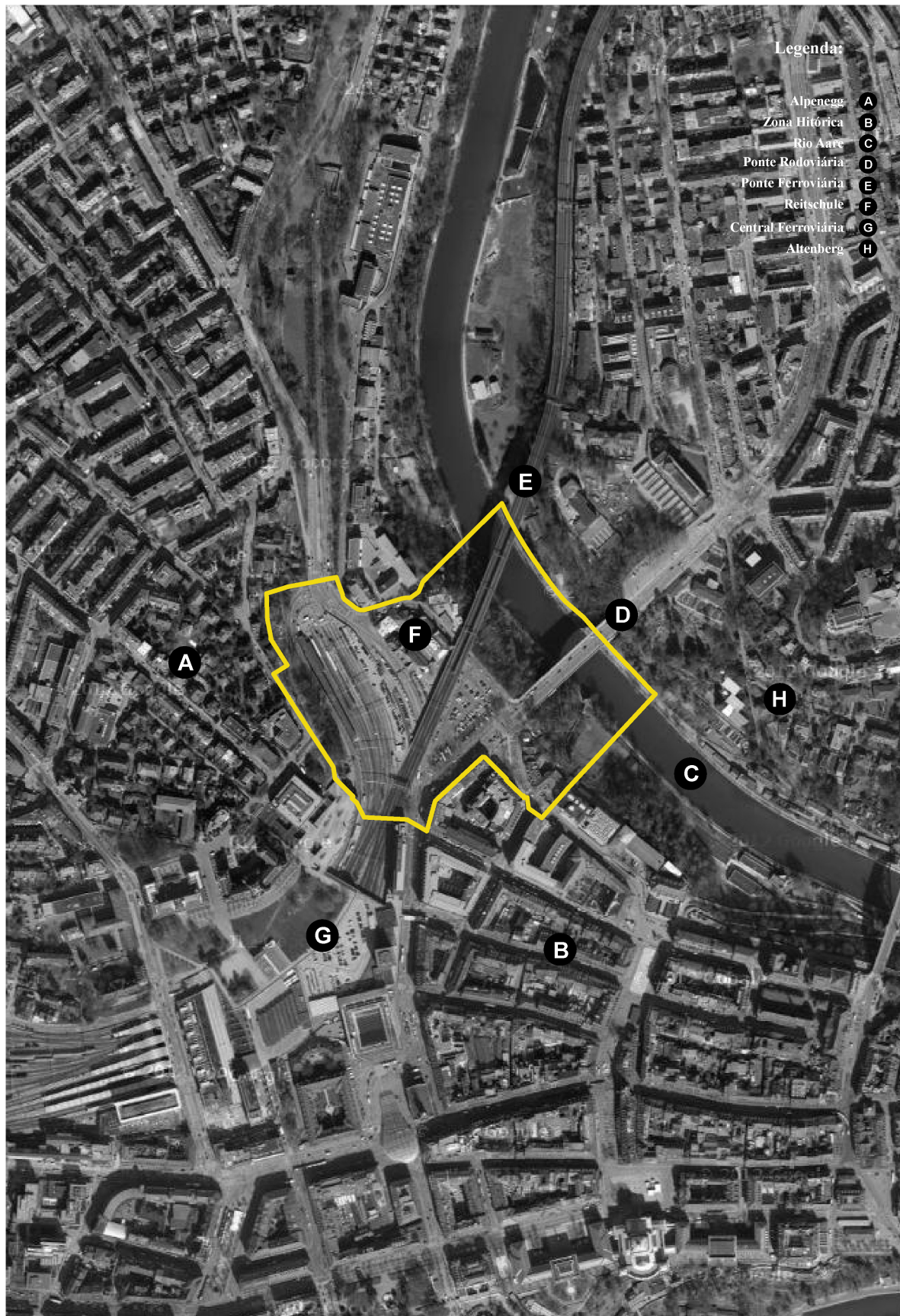


Figura 09 - Planta de Localização

Fonte - Google Maps

0 50 100 150 200 (m)



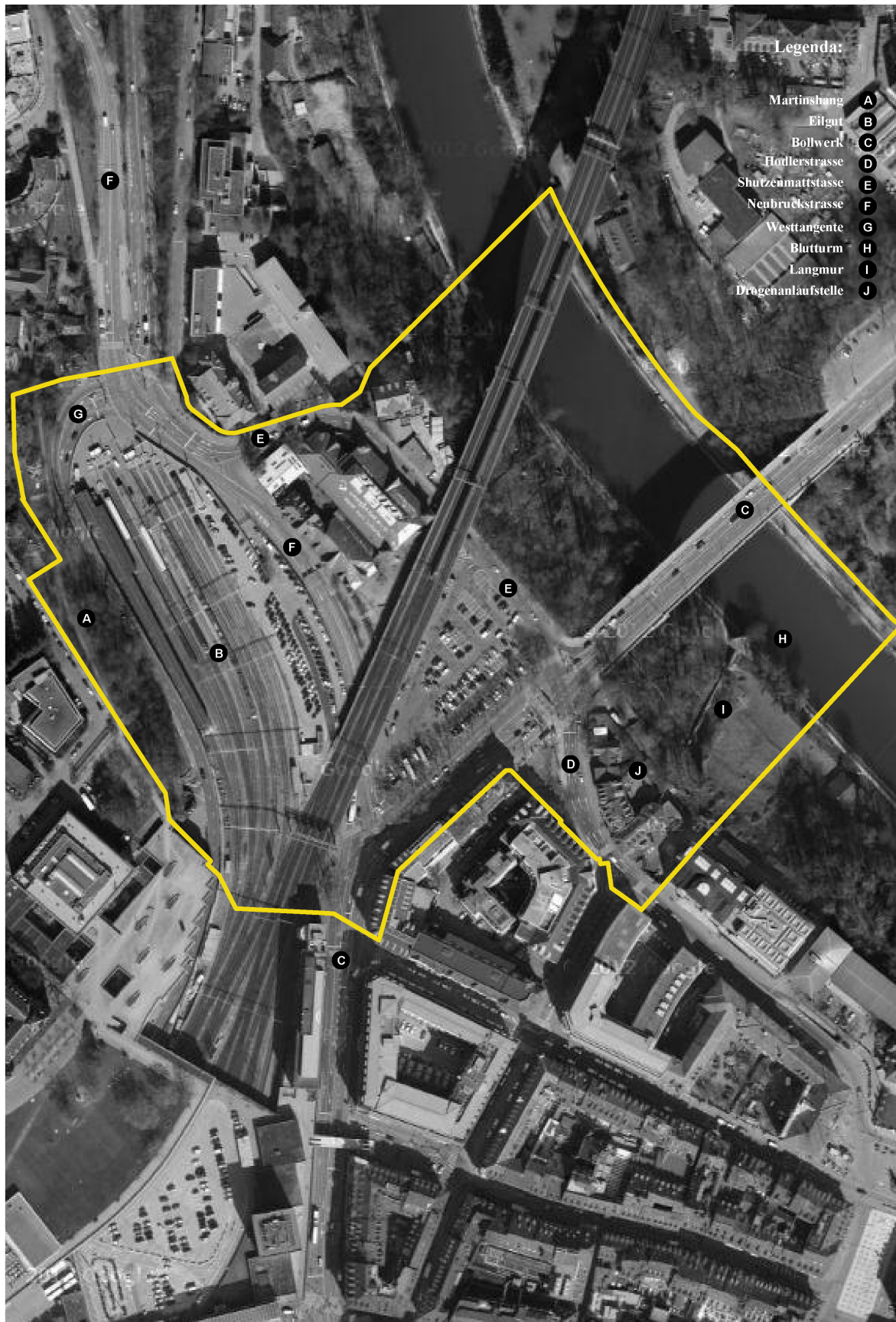


Figura 10 - Planta de Localização

Fonte - Google Maps

0 20 40 60 80 100 (m)





- PROXIMIDADE DO ESPAÇO CULTURAL
- VIADUTO FERROVIÁRIO COMO OBSTÁCULO PARA O RECONHECIMENTO DO ESPAÇO CULTURAL
- CRUZAMENTOS DE VIAS AUTOMÓVEIS
- ATRAVSSAMENTO PEDONAL NUMA VIA DE ELEVADO TRÁFEGO
- ESPAÇO INFERIOR AO VIADUTO DEGRADADO



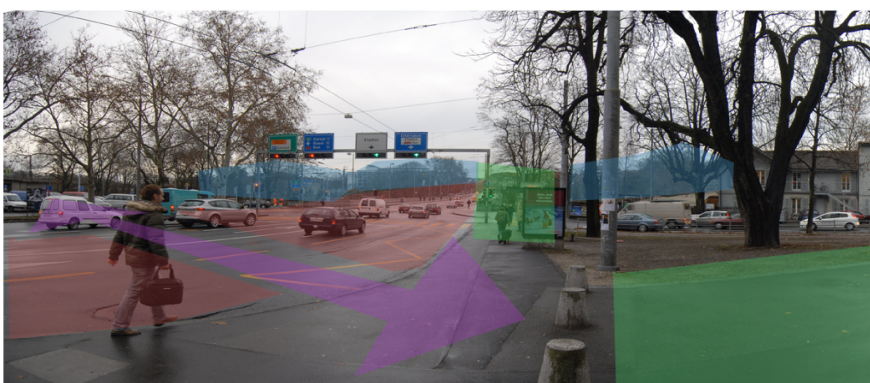
- ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM MOBILIDADE CONDICIONADA
- INFRA-ESTRUTURA FERROVIÁRIA COMO BARREIRA VISUAL E GERADORA DE RÚIDO
- ESPAÇO SEM QUALIDADE ARQUITECTÓNICA É MESMO ASSIM APROPRIADO PELAS PESSOAS
- AUSÊNCIA DE ILUMINAÇÃO DE BAIXO DO VIADUTO FERROVIÁRIO



- BOA PRESERVAÇÃO DA PONTE, ÁREAS VERDES E RIO
- PERCURSO IMPROVISADO
- AUSÊNCIA DE ILUMINAÇÃO DO ESPAÇO



- PROXIMIDADE COM O CENTRO HISTÓRICO
- INFRA-ESTRUTURAS INDEPENDENTES PARACICLISTAS
- PROXIMIDADE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES PÚBLICOS
- CRUZAMENTO DE VÁRIAS VIAS AUTOMÓVEIS, CICLOVIAS E PASSEIOS
- FAIXA DE RODAGEM, PELO SEU TRÁFEGO, DIFICULTA A LIGAÇÃO ENTRE ZONAS OPOSTAS
- VIAS PARA TRANSPORTES PÚBLICOS EM CONJUNTO COM AS BICICLETAS
- DIFICULDADE DE ATRAVSSAMENTO DA FAIXA DE RODAGEM PELOS PEÕES



- INFRA-ESTRUTURAS PARA TRANSPORTES PÚBLICOS
- ZONA PARA PEDESTRES EM DIRECÇÃO À ZONA HISTÓRICA
- VIA PRINCIPAL CORTAA LIGAÇÃO ENTRE DUAS ZONAS PEDESTRES
- INEXISTÊNCIA DE CONTACTO VISUAL COM O RIO
- PROXIMIDADE DAS MARGENS DO RIO E DE ZONAS VERDES
- DIMINUIÇÃO DOS FLUXOS PEDONAIS



- ESPAÇO CULTURAL
- RÚIDO CAUSADO PELOS COMBOIOS E AUTOMÓVEIS
- DIFICULDADE DE CIRCULAÇÃO PELOS PEÕES
- BICICLETAS COMO MEIO DE TRANSPORTE ALTERNATIVO
- PARQUE DE ESTACIONAMENTO DIMINUEM QUALIDADE VISUAL DO ESPAÇO

Figura 11 - Análise SWOT (Strengths Weakness Opportunities Threats)

Fonte - Autoria Própria em Colaboração com Daniela Meneses, Lucas Diz, Margeana Gordin e Raul Lopes

5.3_ Análise do Local de Intervenção

5.3.1_ Mancha Urbana

Existem três níveis gerais a cotas diferentes, são eles: uma zona alta maioritariamente habitacional (*Alpenegg*); uma zona intermédia (a de intervenção); e uma zona baixa onde se localiza o rio *Aare*. Devido à sua morfologia, existem dificuldades de ligação e relação destes três distintos espaços.

Relativamente ao edificado, este apresenta-se mais compacto na zona do centro histórico e disperso nas restantes zonas. Consta-se assim que os maiores vazios existentes, correspondem à zona do rio, à zona de intervenção, bem como às zonas de infraestruturas inerentes ao acesso viário, denotando-se aqui que este último é o principal causador da descontinuidade urbana.

5.3.2_ Utilizadores do Espaço

Existem, como é óbvio, variados utilizadores do espaço, sendo os mais significativos, trabalhadores, turistas, estudantes e grupos de risco (toxicodependentes, alcoólicos e sem abrigo).

A classe trabalhadora é em geral residente de Berna, e distribui-se essencialmente pelas zonas de serviços e comércio no centro histórico. Já os turistas, vagueiam pelo centro histórico por questões lúdicas, mas também noutras zonas de interesse junto ao rio. Por seu turno, os estudantes, concentram-se naturalmente junto aos estabelecimentos de ensino.

Tendo em conta os grupos de risco, estes centram-se mais nas proximidades das três instituições que lhes dão apoio, pertencendo duas delas à zona de intervenção. Desta forma dispõem-se centralmente em relação aos outros grupos, o que leva a concluir que a zona de intervenção tem um carácter muito relacionado com estes utilizadores.

É possível ainda retirar desta análise que as relações de interação são reduzida ao mínimo, pois os trabalhadores apenas utilizam a zona de intervenção esporadicamente, os estudantes raramente saem das redondezas do estabelecimento de ensino e os grupos de risco, pouco se afastam da zona de intervenção.

5.3.3_ Vias Automóveis e Ciclovias

As vias automóveis principais do exterior para o interior do local de intervenção, caracterizam-se por um perfil de rua mais largo, com mais do que uma faixa de rodagem em cada sentido, sinónimo de grande afluência de trânsito automóvel. É notório, deste modo uma hierarquia evidente de distribuição de vias. As mais importantes garantem a conexão entre a zona Norte, Nordeste e Oeste. Estas mantêm-se à margens do centro histórico não penetrando no mesmo, o que já não acontece na zona de intervenção, onde penetram no mesmo e fragmentam-no. É possível ainda observar que nesta zona, ao ser de confluência de vias, estas originam também pontos de conflito (cruzamentos), quer pelo número de vias, quer pela sua movimentação (afluência) causada pela central rodoviária existente.

Em termos gerais a mobilidade automóvel é feita por vias de perfil mais reduzido com duas faixas de rodagem em cada sentido nas zonas mais recentes e com apenas uma faixa de rodagem de sentido único na zona do centro histórico, o que gera alguns pontos de conflito (interseções). Constata-se que existe também nesta zona uma maior facilidade de deslocação paralelamente ao rio, o que favorece e melhor relaciona esta zona com a de intervenção, já que perpendicularmente a ele (rio), a deslocação é feita de uma forma menos clara.

Tendo em conta as ciclo vias, estas a Oeste e a Nordeste são privilegiadas pela estrutura viária existente, mesmo assim nessas zonas, bem como no resto de toda a zona de intervenção, existem algumas deficiências nas ligações de percursos, resultando isto em pontos de conflito.

5.3.4_ Estacionamento

É possível constatar que existem três núcleos principais de estacionamento automóvel com diferentes capacidades, e o mesmo sucede para as bicicletas, sendo um deles inerente à própria central ferroviária. Ainda existem outros dois, localizados dentro da própria zona de intervenção.

No centro histórico, pode-se ainda observar algumas zonas de estacionamento, mas são escassos e dispersos, não havendo nenhuma zona funcionando como uma bolsa automóvel. Assim, não havendo uma zona controlada e específica para este efeito, é usada a área central do local de intervenção como parque automóvel.

5.4.5_ Ferrovias

É possível observar uma estrutura significativa de infraestruturas ferroviárias, que de certo modo caracterizam a zona de intervenção. Algumas delas não podem ser alteradas por questões de logística, como é o exemplo da ponte que alberga a ferrovia e atravessa a zona de intervenção dividindo-a em duas partes (mesmo que fisicamente exista passagem por de baixo desta via). Já outras, como é o exemplo de uma antiga zona de viragem das carruagens, atualmente utilizada como armazém e zona de lavagem das carruagens, podem ser completamente repensadas e adaptadas, pois em nada influenciam o bom desempenho de toda a estrutura ferroviária.

Tendo em conta a presença das linhas férreas, a ponte existe um acesso que assume uma maior importância devido ao maior número de linhas, contrariamente ao acesso existente a Norte (provavelmente devido a uma menor afluência).

Convém ainda referir também a existência nesta zona da cidade, de um acesso subterrâneo, que conflui, à semelhança de todos os outros acessos ferroviários para um núcleo de distribuição (Estação Ferroviária + Estação Rodoviária).

5.4.6_ Passeios

Pela análise que se realizou, observou-se que os passeios estão geralmente bem distribuídos mas aparentam ter deficiências a nível da ligação entre eles. Não obstante disso, apresentam também uma completa inadaptação a pessoas com mobilidade condicionada (quer a nível de pavimentação, dimensões e desníveis necessários). O mesmo passa-se na zona de intervenção, onde a rede de passeios não se apresenta bem organizada, não favorecendo a deslocação e a acessibilidade.

Os acessos principais, geralmente não privilegiam o peão, mas sim, o automóvel. Onde se denota um maior uso por parte do peão de passeios, é naqueles que permitem o acesso ao centro histórico e aqueles que estão associados às zonas de serviços e núcleos de transportes públicos. Por seu turno, os menos usados, são aqueles que estão relacionados com as zonas mais degradadas de desinteressantes.

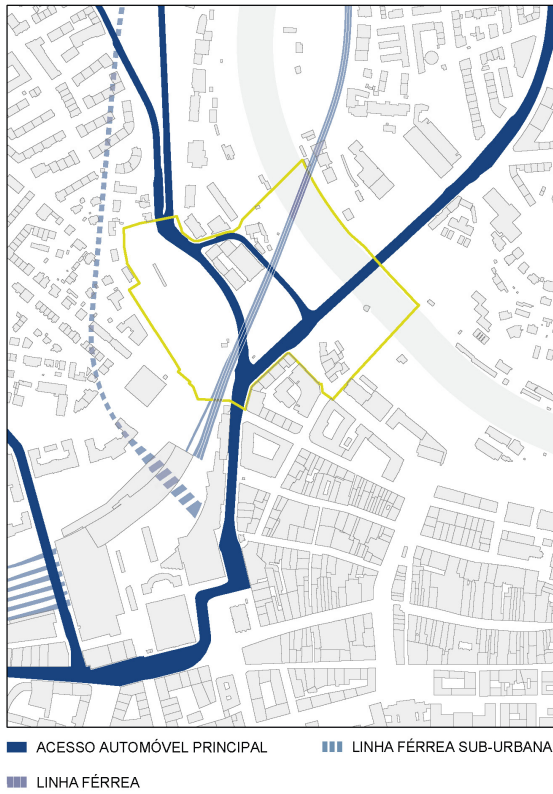


Figura 12 - Análise dos Eixos Principais

Fonte - Autoria Própria em Colaboração com Daniela Meneses, Lucas Diz, Margeana Gordin e Raul Lopes

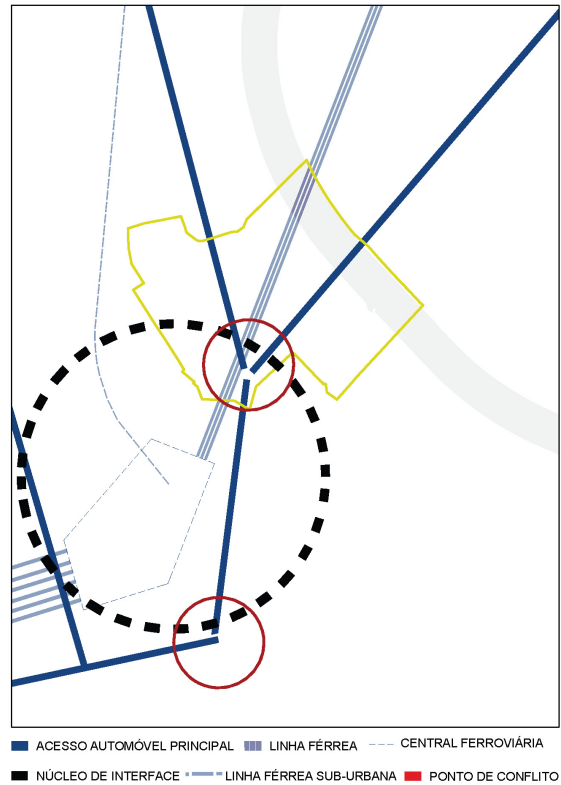


Figura 13 - Análise dos Eixos Principais Esquemático

Fonte - Autoria Própria em Colaboração com Daniela Meneses, Lucas Diz, Margeana Gordin e Raul Lopes

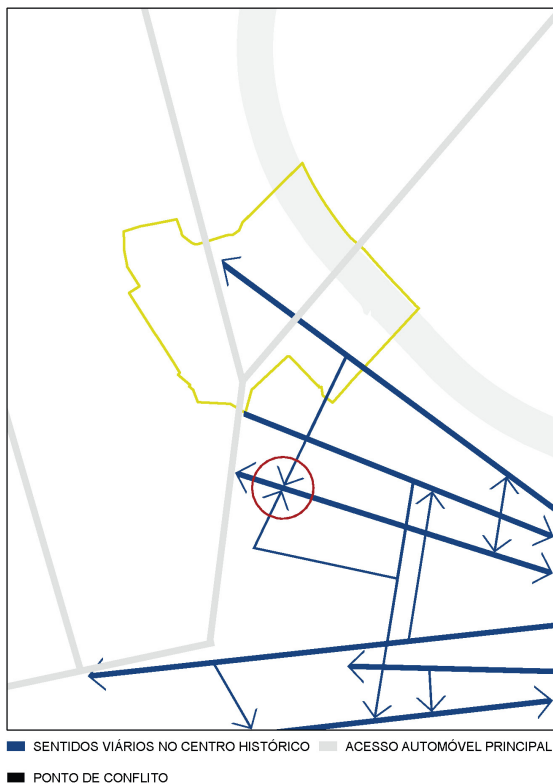


Figura 14 - Análise da Mobilidade Interior

Fonte - Autoria Própria em Colaboração com Daniela Meneses, Lucas Diz, Margeana Gordin e Raul Lopes

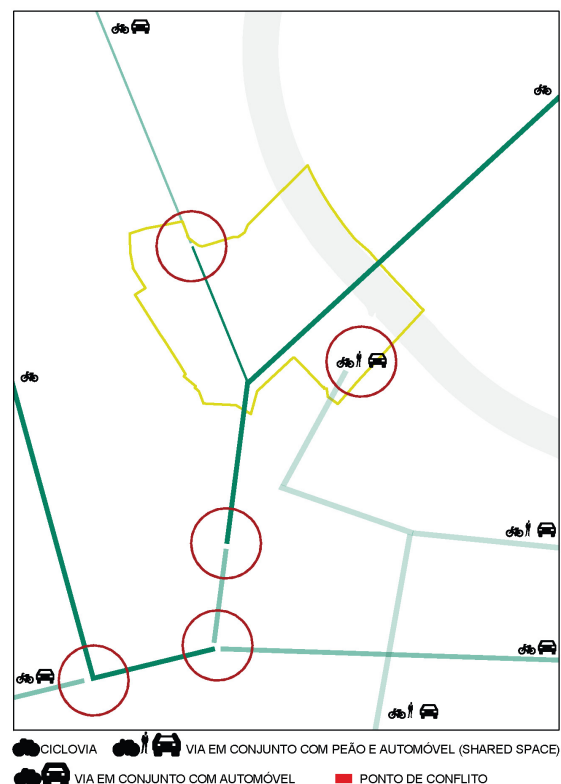


Figura 15 - Análise das Ciclovias

Fonte - Autoria Própria em Colaboração com Daniela Meneses, Lucas Diz, Margeana Gordin e Raul Lopes



Figura 16 - Análise dos Passeios

Fonte - Autoria Própria em Colaboração com Daniela Meneses, Lucas Diz, Margeana Gordin e Raul Lopes

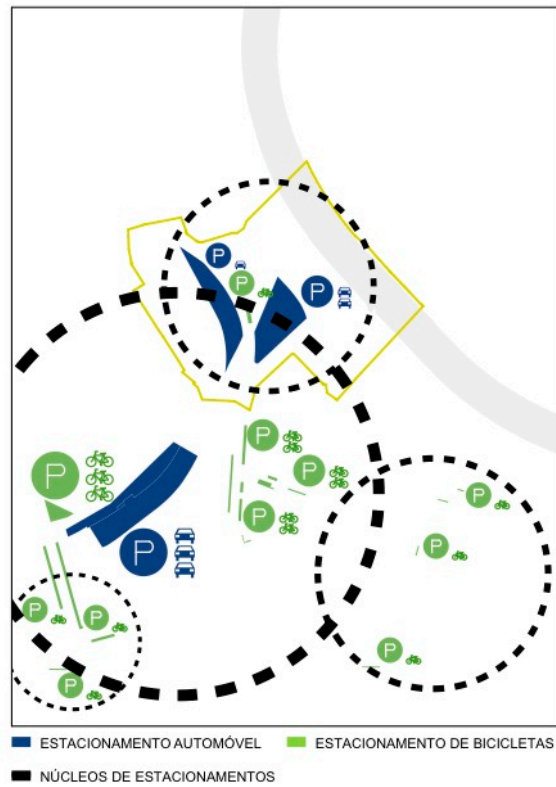


Figura 17 - Análise dos Estacionamentos

Fonte - Autoria Própria em Colaboração com Daniela Meneses, Lucas Diz, Margeana Gordin e Raul Lopes

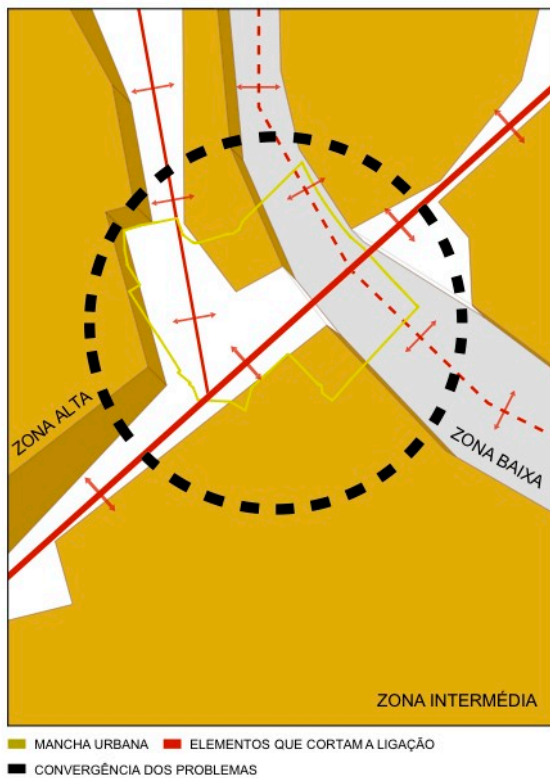


Figura 18 - Análise da Mancha Urbana Esquemática

Fonte - Autoria Própria em Colaboração com Daniela Meneses, Lucas Diz, Margeana Gordin e Raul Lopes



Figura 19 - Análise da Mancha Urbana

Fonte - Autoria Própria em Colaboração com Daniela Meneses, Lucas Diz, Margeana Gordin e Raul Lopes

5.4_ O Concurso

5.4.1_ A Empresa Promotora

A *Schindler* é uma empresa especializada e líder do mercado global, de soluções de mobilidade, possuindo sede na Suíça (local escolhido para intervenção do concurso). Concebe, instala e moderniza garantindo a manutenção de sistemas de transporte em todo o tipo de edifícios. É ainda, o maior fornecedor de escadas rolantes e o segundo maior fabricante de elevadores em todo o mundo (Schindler, 2012c).

O concurso, denominado *Schindler Award 2012*, como o próprio nome indica, é mais uma edição, que se renova de dois em dois anos (Schindler, 2012a). Direcionado para os estudantes de arquitetura e onde a mobilidade e a acessibilidade são o tema central.

5.4.2_ A Abordagem da Schindler

Um dos principais desafios que enfrentam as cidades de hoje em dia, é a promoção de uma mobilidade segura e confiável (Schindler, 2012b).

Nos países industrializados ter uma sociedade envelhecida, significa que existe cada vez mais um número crescente de pessoas, fruto de uma ausência de planeamento adequado, que estão a descobrir o quão difícil é de se deslocarem pela sua cidade devido a barreiras físicas e respetiva sinalização.

Estes obstáculos, estão cada vez mais a ser experimentados por todos nós em algum momento das nossas vidas – o que nos leva a uma maior consciencialização sobretudo por parte dos profissionais do sector, relativamente ao atual aumento de longevidade humana e consequente aumento de necessidade de qualidade de vida... A mobilidade é problema da sociedade, de todos nós, e não só, das pessoas com mobilidade condicionada ou reduzida, por doença e/ou acidente.

Surge assim o tema do concurso, “*Access do All*”, onde está subjacente uma filosofia de projeto que tenha em conta a evolução das necessidades de todos os cidadãos, independentemente de idade e/ou condição física (Schindler, 2012d).

Deve-se ir muito mais longe do que colocar rampas, reservar pequenas zonas de estacionamento e/ou até prever percursos especiais. Assim é conveniente antes, ter uma visão de total integração. Fazendo da acessibilidade um denominador comum a toda a cidade e sobretudo, para todos os que dela disfrutem.

Pretende-se pensar num ambiente, dinâmico, fazendo com que todos os indivíduos com mobilidade reduzida (idosos, crianças e pessoas com ou sem deficiência), sintam uma outra face da própria cidade, uma face acolhedora, protetora, que a todos integra. Concluindo, devem ser pensados, ambientes agradáveis, estimulantes, apoiados em serviços capazes de responder à necessidade de uma dualidade de integração, na comodidade e integração de todos os cidadãos.

Sabe-se que aproximadamente dois terços das pessoas, em algum momento das suas vidas será um dia, dependente deste tipo de ambientes, concebidos para pessoas com necessidades especiais (com algum tipo de deficiência). E, mesmo que não esteja diretamente relacionado com elas, poderá estar sempre relacionado com alguém conhecido, cuja vida se torna ainda mais complicada devido às barreiras existentes nas diversas estruturas da cidade.

Relativamente à deficiência, na relação com a arquitetura, há que considerar os seguintes tipos: a deficiência de mobilidade condicionada, a deficiência visual e a deficiência auditiva. Não esquecendo as pessoas que socialmente não estão integradas na sociedade (Schindler, 2012b).

A palavra deficiência é relativa e pode ter vários significados, como também possuir diversas escalas, uma vez que todos nós algum dia iremos sofrer de algum tipo de incapacidade que surge naturalmente com a progressão da idade (Schindler, 2012f). Muitas vezes, enquanto se é totalmente “saudável” gozando da totalidade da mobilidade, com boa visão e audição, muitas vezes não nos apercebemos da maior parte dos problemas futuros. Por outro lado, já hoje se pode observar que a maior parte das pessoas com maior número de deficiências, são idosas, que geralmente combinam incapacidades ao nível da mobilidade, visão, audição, ou outras, com limitações cognitivas, o que leva obrigatoriamente a uma mobilização da sociedade civil em geral.

Neste contexto, a arquitetura, juntamente com o urbanismo, deve apostar atualmente numa filosofia abrangente de integração de todos os cidadãos.

Convém contudo, ter em conta que as necessidades especiais como por exemplo de mobilidade, não estando estas apenas diretamente relacionadas com as pessoas de

mobilidade reduzida, devem ser usadas como um padrão base, fundamental, de modo a planear a acessibilidade dos espaços por forma a que todas as pessoas (com ou sem limitações) supostamente aumentem a sua mobilidade e conseqüentemente a sua qualidade de vida.

O resultado é de que um maior numero de pessoas seja capaz de viver o mesmo espaço, na sua melhor plenitude.

Em termos da deficiência ao nível visual esta pode ser contornada por medidas preventivas em termos acústicos, tácteis e até visuais. Desta forma, os espaços da cidade, podem sempre recorrer vários tipos de estratégias: iluminação; sinalética (com cores contrastantes); colocação de corrimãos em escadas; guias tácteis e/ou até mudança completa de pavimentação, ... todas elas facilitadoras das pessoas com este tipo de *handicap*.

Assim aqui, tem-se a oportunidade real para explorar a forma em como é que os espaços podem ser uma experiência para todos e para todos os sentidos (Schindler, 2012f).

5.4.3_ Critérios de Avaliação do Concurso

Como critérios de avaliação, estes são subdivididos em seis capítulos onde não só é dada importância à qualidade urbana e arquitectónica dos edifícios propostos, mas também à inter-relação destes com os já existentes e respectivas funções.

Assim à partida, a proposta deve ser apelativa esteticamente, respeitando sempre toda a envolvente onde se insere, integrando conceitos inovadores.

Como o tema essencial é a mobilidade (“*Access for All*”), convém sublinhar ainda a acessibilidade, a circulação dentro da proposta, direccionando-a e adequando-a às pessoas limitadas por algum tipo de deficiência ou dificuldade natural (Schindler, 2012f).

5.4.4_ Objectivos do Concurso

Visto a intervenção ser numa área vasta, é natural que surjam objectivos a diversas escalas e com diferentes hierarquias. Isto não leva a que não se respeitem, tem é que se

conseguir interliga-los e relaciona-los de modo a que na proposta se denote uma resposta acertada a todos eles.

De uma forma global, o objetivo é o de transformar zonas existentes em zonas atrativas, mais capacitadas em responder às necessidades de um maior numero de pessoas (com maior ou menor numero de deficiências) em todo o espaço público (Schindler, 2012g).

Tendo como problema base o tema do concurso reforça como essencial resolver o desnível existente entre a zona mais alta (habitacional), com a zona pretendida para intervenção. Bem como desta última zona com a cota do rio, pela escassez de acessos e a sua não adequabilidade às necessidades de toda a população.

Também as entradas na cidade (ponte e estrada localizada a Norte), devem ser reformuladas, de modo a colmatar problemas idênticos aos acima mencionados, optando por um conceito de tráfego mais adequado a uma nova realidade mais ajustada, a todo os tipos de pessoas. Sem descorar o ponto de vista com que todos se identificam que existe atualmente entre os museus e o centro de cultura alternativo (que é cortado pela presença da ponte) (Schindler, 2012g).

Para além desta proposta a um nível mais urbano, é exigido também que se pense e projete um edificio de apoio e de reabilitação de toxicodependentes e alcoólicos. Este edificio, por sua vez, não deve descorar todas as premissas, restrições e objectivos do concurso. Tendo-se aqui a possibilidade de a uma menor escala se aferirem e se responderem a carências mais diretamente relacionadas com o ser humano que o usufruirá.

5.4.5_ Restrições

Tendo em conta as pontes preexistentes, não são permitidas quaisquer tipo de alterações, quer a nível estrutural, quer funcional e/ou volumétrico. Caso se opte por projetar um edificio por cima das linhas férreas, a sua estrutura, não poderá coincidir com as dos carris dos comboios.

Ainda tendo em consideração este contexto, a sua zona de estacionamento (*Eilgut*) pode ser desativada, podendo servir como área de desenvolvimento da própria proposta.

As margens do rio devem ser protegidas ao máximo, preservando assim a sua beleza natural e a sua biodiversidade. Sempre que se retirarem árvores, estas têm que ser repostas em mesmo número, mesmo que numa outra área.

As ruas existentes da cidade não podem ser alteradas, excepto as que estão dentro da área de intervenção e neste caso podem ser adaptadas ao projeto, mantendo o número de faixas de rodagem. Existe ainda uma rua, nomeadamente a rua *Shutzenmattstasse* que pode ser eliminada, ou passar a ter tráfego controlado, mas caso seja fechada, as faixas de rodagem têm que ser garantidas na rua que lhe é paralela, de modo a que haja um escoamento de tráfego (semelhante ao já existente). Permite-se ainda, a utilização de rotundas nas intersecções de vias ou túneis.

Finalmente, a transição da cota alta para a zona da proposta, possui um jardim (*Martinshang*), considerado uma parte vital da paisagem urbana da cidade, devido às suas áreas verdes e especificidade da sua topografia, devendo-se abordar este local, preservando ao máximo o seu aspeto visual.

5.5_ Proposta Urbana

5.5.1_ Considerações

“Um bom projecto arquitectónico é sensual. Um bom projecto arquitectónico é inteligente.”

(Zumpthor, 2006, p.53)

Visto tratar-se de um projeto para concurso, a ideia base era seguir exatamente a ideia contida na sentido da frase acima transcrita. Assim, tudo o que fosse proposto tinha que ser deveras pragmático e responder de uma forma assertiva e inteligente aos problemas apontados, de modo a que estes ficassem colmatados. Não obstante, teria que ser também esteticamente bem cuidado, ou seja, um pouco sensual, como Peter Zumpthor refere, pois só assim seria chamativo e se destacaria entre todos os outros concorrentes. Mas mais que isso, aquando da sua avaliação, este não só seria tecnicamente correto e estaria bem resolvido, respondendo às necessidades impostas, como também teria aliado a si uma estética apurada e sempre tida em conta.

“ (...) as coisas deverão ser realizadas de modo a que tenham presentes os princípios da solidez, da funcionalidade e da beleza.”

(Vitruvius, 2006, p.41)

Assim, a solidez (*Firmitas*) de uma obra de arquitetura tem a ver com a sua firmeza, robustez e consistência, a sua funcionalidade (*Utilitas*), com a sua utilidade e o seu uso, e por fim a Beleza (*Venustas*), com a sua estética, a sua elegância.

Desta forma, existem aqui dois pontos orientadores que estruturaram a concepção de toda a proposta: o primeiro, o de responder acertada e minuciosamente a todas as problemáticas apontadas, bem como ter em conta o problema essencial da acessibilidade que dá o mote ao concurso (*Utilitas*); e o segundo, pensar mais do que a funcionalidade, integrando a proposta urbana, assim como o edifício, na sua envolvência, de modo a que se destacasse e fosse chamativo (*Venustas*).

Com estes dois pontos, estaria a funcionalidade a par com a estética, e se ambas tivessem o mesmo peso, sendo pensadas e elaboradas em função uma da outra, o projeto teria decerto bem resolvido.

Para além disto é intenção também integrar em toda a proposta um carácter técnico (*Firmitas*), para que tudo o proposto possa realmente ser feito e seja bem justificável, recorrendo na medida do possível a legislação existente e à construção em si. Assim, além da estética e função, estaria tudo legalmente e construtivamente bem pensado.

Concluindo, e no decorrer do analisado na parte teórica, pretende-se que este projeto reflita em si a importância e a forma de como se insere na paisagem, bem como integra em si quem o vai usar e usufruir.

Fazer uma boa proposta urbana hoje em dia, não é só adequar as pessoas à proposta em causa, mas sim adequar essa mesma proposta urbana à própria cidade, pois não pode viver isolado nem por si próprio, uma vez que por melhor que a arquitetura seja haverá sempre um fraco relacionamento entre ela e o resto da cidade.

Pretende-se por isso, responder claramente às problemáticas apontadas pelo regulamento do concurso (Schindler, 2012e), que incidem essencialmente na questão da acessibilidade, bem como também pensar a um nível global, adequando a proposta também à cidade.

Isto só é conseguido se, não só se integrarem as necessidades de quem irá utilizar e vivenciar, bem como os adequar à própria cidade. Para isso, não se pode fazer uma proposta que seja desligada do sítio onde se irá localizar. Ela deve funcionar e estar bem resolvida por si só, mas também se adequar ao território onde se insere. Assim, como premissa, pretende-se que este projeto integre nele as pessoas que o usam, mas também que se integre na própria cidade.

Como já foi abordado, uma obra, deve sempre adequar-se ao território, adaptando-se ao local para onde é projetada, mas nunca se deve esquecer que é feita sempre em função das pessoas e para as pessoas, sendo elas também um componente desse território. Desta forma deve-as integrar em si, e só o faz se as tiver em conta e albergar um conjunto de premissas que respondam às suas necessidades e anseios.

O intuito do projeto é ser adaptado às pessoas que o vão usufruir, para que assim seja ao máximo inclusivo, bem como integrado na cidade, e acima de tudo na paisagem, demonstrando assim que é possível fazer arquitetura que pense e pese de igual forma a sua funcionalidade e a sua adaptabilidade ao ser humano, como de uma igual forma pense no

seu sentido estético a diversas escalas, adequando-o e integrando-o também desta forma no que o rodeia.

Não deve haver, por isso, uma imposição da funcionalidade, ou da estética. Deve sim haver uma conciliação entre estes dois elementos, e acima de tudo uma consciência de que ambos existem, para que coesamente se tenha algo que se integre e ao mesmo tempo integre em si.

No ato de projetar, é natural que alguém se deixe apaixonar pelas formas e até em certos casos colocar o seu próprio ego em detrimento de quem realmente irá usar e estar nesse espaço. Isso não é correto, como também não é correto se a obra for totalmente projetada e pensada em função do ser humano e tudo o resto for esquecido. O ideal é combinar ambas as coisas.

Aqui, visto ser um projeto para concurso, existem duas ideias base. Uma primeira, como já foi abordada, que é adaptar o projeto a quem o irá usar, não descorando assim o tema “*Access for All*”, bem como responder atentamente ao programa estipulado, para que nada falhe. Mas também dota-lo de um cariz estético onde se denote investimento e atenção, para que assim se goste e mais se lhe dê valor.

Desta forma, a estética a par da técnica e do estudo realizado que se teve para elaborar toda a proposta, juntamente com a funcionalidade, estejam reunidos os três parâmetros essenciais na arquitetura.

5.5.2_ Premissas Base

Observando a área de intervenção já apresentada, e após a análise do local bem como das restrições e objectivos apresentados pelo regulamento do concurso (Schindler, 2012e), surgiram algumas situações que previamente teriam de ser colmatadas e tidas em conta no ato do projeto.

Deste modo, e tendo em conta o que atrás se referiu, mais do que os objectivos que se têm com esta proposta, existem aqui elementos, que sempre estiveram na base do projeto e desde logo transformaram a ideia que se tinha do local, mesmo até antes de se projetar/materializar algo. Para isto também ajudou a maquete detalhada realizada a uma escala considerável aquando o momento da análise.

Assim, à partida optou-se por desativar a zona de estacionamento das locomotivas (*Eilgut*), que já não possui um uso considerável e por seu turno é um local deveras vincado e útil, sendo este central à zona de intervenção, funcionando quase como uma rótula.

Inerente a este espaço, encontra-se um jardim denominado *Martinshang*, que se pretende prolongar (diminuindo desta forma o seu acentuado declive) até à cota intermédia de intervenção, fazendo uma espécie de enchimento. Para isto, será utilizada a zona desativada de estacionamento das locomotivas. Deste modo, ficar-se-á com uma transição suave entre ambas as cotas bem como um continuo natural significativo. Ao se optar por isto, ter-se-á que se soterrar uma rua existente, a *Westtangente*, ficando deste modo a funcionar por um túnel.

Seguindo o regulamento, é dada também a possibilidade de se encerrar uma rua, a *Shutzenmattstasse*, e aqui é o que é feito. Desta forma não existe um corte tão acentuado entre a cota intermédia e a cota do rio, podendo-se assim, prolongar a vegetação e melhor se pensar e elaborar a tal questão da acessibilidade até ao rio pela encosta.

Tendo em conta ainda as vias, dado que se optou por encerrar a *Shutzenmattstasse*, o seu numero de vias bem como o seu tráfego tem que ser à mesma garantido. Desta forma, a via *Bollwerk* e a *Neubruckstrasse* passam a garantir um aumento de volume de circulação automóvel. Devido a esta maior afluência, o encontro entre estas duas vias será repensado e criada uma rotunda que melhor regula e escoia o tráfego (algo que foi sugerido também pelo regulamento).

Por fim, optou-se também por regularizar uma rua existente, que possuía um desenho não muito ordenado (*Hodlerstrasse*), e visto ser o local onde se iria propor e pormenorizar posteriormente o edifício de apoio aos toxicodependentes e alcoólicos, seria útil aquando a proposta urbana pensar também neste espaço. Assim é eliminada parte da rua *Hodlerstrasse* e reformulado o seu encontro com a rua *Bollerck*.

5.5.3_ Os *Layers* do Desenho Urbano

Este projeto teve como princípio um respeito e uma atenção especial pelo território onde é proposto. Desta forma, não só responde às características morfológicas do próprio terreno tendo em atenção a paisagem onde se insere, como também, responde às necessidades diretas das pessoas que o querem vivenciar.

O desenvolvimento do mesmo, assenta essencialmente sobre quatro aspetos fundamentais, ou *layers*, se assim os quisermos chamar, que desde sempre pautaram todo o desenho urbano (ver figura 20).

Convém aqui já realçar, que embora estes *layers* estejam a ser abordados separadamente, nunca foram nem devem ser dissociados uns dos outros, fazendo assim com que todos eles estejam interligados e se influenciem mutuamente. Sendo apenas esta uma forma mais facilitada de entender a sua estruturação e respetiva apresentação.

Assim observando a imagem que a seguir se apresenta, existe aqui uma primeira componente que visa primordialmente ter em conta e resolver os problemas da acessibilidade entre cotas já existentes, bem como o da mobilidade e espacialidade exterior de toda a zona delimitada. Visível é também uma segunda componente que de certa forma ajuda a delinear e a complementar estes espaços, a componente edificatória, que neste caso são os edifícios, não esquecendo as respetivas funções que albergam.

Na obstante destes dois aspetos, surge ainda a componente da mobilidade dos automóveis e das bicicletas, pois não basta dar atenção só a quem lá está e circula, é necessário também pensar em quem por lá passa e usa este espaço de forma regular ou esporádica como forma de alcançar o seu destino.

Por fim, mas não menos importante, surge a importância de pensar e criar também espaços verdes (ver figura 24), por uma razão essencialmente de salubridade não só do local que se propõem, mas também como componente enriquecedora de toda a cidade.

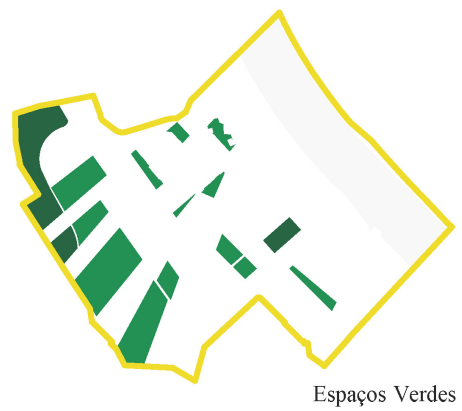
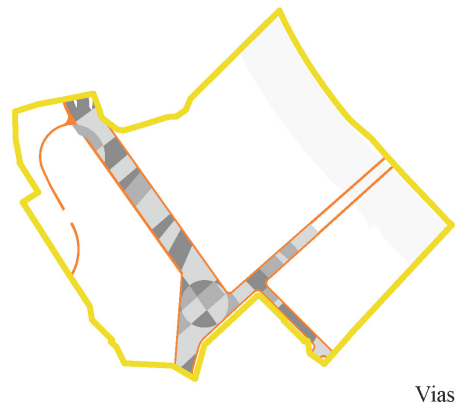
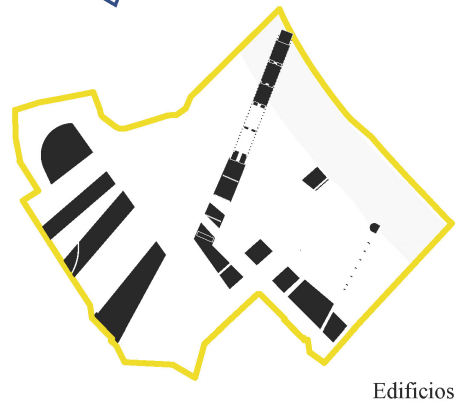
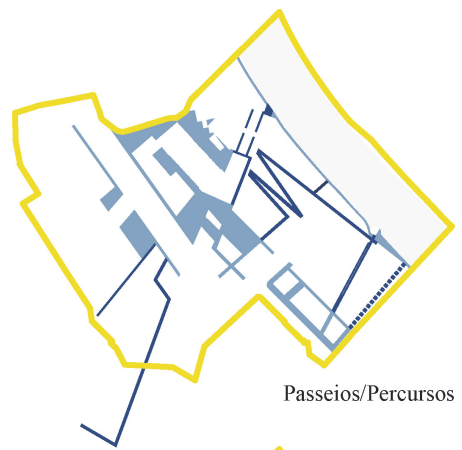


Figura 20 - Layers da Proposta Urbana

Fonte - Autoria Própria



5.5.4_ Descrição do Projeto Urbano

Como se abordou na análise, existem três diferentes cotas altimétricas onde por sua vez se localizam três distintos espaços. Estes espaços, têm que ser interligados entre si, para que toda a área seja coesa e funcione como única.

Com esse objetivo, foram consideradas dentro da zona de intervenção três cotas principais: a do rio (zona baixa da área de intervenção); uma zona intermédia onde se encontra o *Reitschule*; e uma zona com uma cota mais alta onde se denota uma área mais habitacional (*Alpenegg*). O propósito aqui, é o de se colmatar estas diferenças acentuadas (desníveis) projetando percursos que não só complementam os já existentes, como também tragam uma nova dinâmica, respondendo, sempre, às novas necessidades.

Assim, e em primeiro lugar, para interligar estas três zonas que estão por assim dizer, separadas, existem dois momentos fundamentais: Um primeiro momento (de transição da cota alta para a cota intermédia) - onde são propostos três edifícios miradouro, onde a sua cobertura é um prolongamento de percursos (e espaços verdes) já existentes a esta cota, e simultaneamente funcionam como acesso, à cota inferior, já que o edifício central possui uma comunicação em elevador e através de escadas no seu topo; e um segundo momento (de transição para a cota do rio) - podendo esta ser feita através do interior da própria ponte ferroviária existente (escadas mecânicas) ou através de uma pequena torre colocada sob o edifício histórico (*Bluturm*).

Com isto, pretende-se que o problema da topografia e morfologia do terreno seja resolvido de uma forma, a que mais do que simplesmente se respondesse a esta carência, significasse um pouco mais, não só em termos de impacto e afirmação para o local, mas fazendo com que esta transição fosse um momento contínuo de usufruto para o utilizador. Desta forma, alia-se a utilidade à agradabilidade, onde a transição de cotas, não seja, apenas um momento repentino resolvido de uma forma simples, mas antes um momento dinâmico.

Existem sempre acessos que complementam estes três espaços de transição, mas estes são os principais marcos. Para além disto, há sempre a possibilidade de vencer a topografia do terreno de forma alternativa, tendo para esse fim sido elaborados percursos opcionais que interligam da mesma forma as zonas em questão (que se encontram a diferentes cotas). Estes foram concebidos com a premissa de se obter com o mínimo de esforço, uma transição idêntica entre espaço a cotas diferentes.

Deste modo, foi tido em conta a possibilidade de haver um percurso que interligasse todas as cotas, não se necessitando assim de ajudas mecânicas (energia) para a deslocação nos espaços. Assim é possível, através de um agradável percurso acessível a todos (onde as rampas que o compõem possuem sempre no máximo 7% de inclinação) desfrutar de uma forma facilitada, de toda a cidade (ou pelo menos parte dela, tendo em conta o limite da intervenção).

Destes acessos alternativos, destacam-se principalmente dois: o primeiro acesso que acompanha a topografia da encosta das margens do rio, proporcionando assim uma ligação e um maior contacto entre este e a zona central de intervenção; e o segundo, que parte desta zona de chegada e acompanha o ligeiro declive lateralmente, ao edifício pórtico (que alberga a universidade) até à zona habitacional (*Alpenegg*). Ambos os acessos foram concebidos através de rampas e patamares de descanso sempre inerentes.

Tendo em conta ainda estes percursos, a coloração apresentada é a pretendida realmente para o projeto ver figura 21). Assim os percursos são a azul, e quanto maior for a sua tonalidade, maior é a sua importância (o que acontece também com a sua constituição/atrito). Assim será não só mais fácil para as pessoas com mobilidade reduzida saberem para onde se deslocam e quais as hierarquias principais, como também para as pessoas invisuais, que pelo atrito do pavimento saberão por onde e para onde se deslocar.

Pretende-se assim, criar uma permeabilidade constante em termos de mobilidade (fluxos), sendo este, o principal objectivo. Resultado no desenho urbano proposto que interliga assim os espaços com diferentes cotas, promovendo percursos contínuos acessíveis.

Mais do que colocar acessos avulso, todos eles formam percursos, que são complementados e suportados por edifícios e espaços verdes que sempre os ladeiam.

Em segundo lugar, e para além desta problemática a uma grande escala de acessibilidade (derivado à topografia do próprio local), existia uma dificuldade de mobilidade na zona intermédia (zona esta situada no centro da intervenção). Assim impunha-se resolver o problema da circulação automóvel, e a própria organização e disposição desta zona, que apresenta diversas carências. Carências já abordadas anteriormente na análise efectuada.

Ainda nesta zona intermédia, central da intervenção, optou-se por transformar as ruas, e os passeios, em melhores lugares. Lugares estes mais seguros, práticos e acima de

tudo, sítios mais agradáveis. Esta premissa adapta-se a toda a proposta, e aliás foi o mote de toda a intervenção, criar um ambiente funcional e acessível a todos.

Para isto têm que se ponderar as prioridades, e tendo em conta a temática do projeto, aqui a prioridade é pensar em primeiro lugar nas pessoas, nas suas necessidades. Deste modo, um bom exemplo de um espaço urbano que opta por colocar em segundo plano a circulação automóvel onde se encontra o tráfego motorizado privilegiando os pedestres. Isto, não se pode fazer de uma forma drástica sem pensar nas consequências. Não basta apenas optar por projetar um espaço partilhado (*Shared Space*⁴) onde não existe nada fisicamente que distinga os carros das pessoas, retirando simplesmente a importância ao automóvel. Deve-se, antes, ponderar e elaborar um espaço partilhado que favoreça ambas as situações, ou seja, quem está e quem passa.

Deste modo, projetou-se, toda a zona de cota intermédia como sendo um espaço partilhado, que é uma solução prática para problemas complexos existentes no local (como se estudou aquando a análise). Deste modo, é possível oferecer a quem usufrui dos espaços uma melhor qualidade de vida, podendo-se disfrutar de uma maior liberdade de atravessamento, onde a importância ao carro é retirada.

Mesmo que o automóvel não seja um elemento principal a considerar, ele é sempre um elemento constituinte desse mesmo espaço, pois tem que circular. Aqui apenas se pensou numa imagem e numa ambiência para o local onde o carro fica em segundo plano. Na obstante, embora o pavimento esteja nivelado, para evitar uma barreira óbvia entre estrada e passeio, existem colorações e relevos diferentes que ajudam tanto os automobilistas, como os peões a perceber os limites.

Surge então um conceito novo de *Shared Space* que não cria apenas uma pavimentação (um enchimento) e onde simplesmente todos podem circular livremente ao mesmo nível, como também, define espaços através de tonalidades/contrastos e atritos/fricções/relevos, espaços estes adaptados a todos os que dele desfrutem. Não deixa de ser um *Shared Space*, mas é controlado. Só assim se tem em conta o número total de pessoas que usam esse espaço, estando por isso adaptado a todo o tipo de utilizadores, sendo do mesmo modo um espaço coeso com uma ambiência agradável.

Assim, no projeto encontram-se quatro elementos fundamentais que formam este espaço partilhado, são eles: as ciclovias, que colmatam as já existentes, dando-lhes

⁴ O termo *Shared Space* foi inventado e utilizado pela primeira vez por *Ben Hamilton-Baillie* em 2003. Sendo posteriormente lançado e promovida por *Hans Monderman*.

continuidade (o que era uma carência apresentada); as zonas de circulação automóvel, que foram repensadas, tendo inclusivamente sido proposta uma rotunda (a nível de pavimentação) que resolve o problema apontado da interseção mal concebida previamente; os passeios e zonas de estar, demarcados a azul, que não só são mais generosos como também oferecem uma maior cobertura a toda a zona proposta; finalmente os espaços verdes, surgindo como complemento ao desenho e constituição do próprio pavimento, albergando zonas de desafogo e de estar.

A ideia base tendo em conta a vegetação, é danificar o menos possível a já existente, bem como o respetivo sistema ecológico. A premissa tida em conta, é a possibilidade de trazer as áreas verdes para dentro da cidade, ou neste caso, para o centro da área de intervenção. Para isso projetou-se de forma a que a vegetação pré-existente (margens do rio/zona habitacional) penetrasse em direção ao núcleo de intervenção.

Em terceiro lugar, e realçando aqui mais o edificado, procurou-se sempre mais do que colmatar e “cozer” a malha existente, fazer com que estes albergassem funções úteis e dinamizadoras de todo o espaço onde se inserem. Desta forma, não só se pensou na função dos edifícios em si, ou seja, no seu interior, mas também no seu exterior, delineando por sua vez também agradáveis zonas de estar.

Os edifícios aqui projetados surgem em zonas, que através do estudo, se denotam como sendo mais aptas, de modo a proporcionar uma continuidade urbana relacionada com a já existente quer na zona histórica, quer na zona habitacional. Segundo o regulamento (Schindler, 2012g), esta zona está mal resolvida, pois surge como uma espécie de vazio urbano, como uma descontinuidade. É necessário portanto, construir estrategicamente e ao mesmo tempo propor funções que dinamizem e tornem este espaço mais funcional e sustentável.

Optou-se em primeiro lugar por estudar a malha da cidade e entender suas as descontinuidades, para que assim, a pedido do regulamento, se pudesse incluir esta zona de intervenção no resto da cidade, passando a ser um lugar integrado e bem resolvido. Claro que para isto não basta o desenho dos edifícios, sendo imperativo pensar no tipo de ocupação e serviços que albergam (não obstante de todos os problemas referidos até aqui).

Tendo em conta a zona central de intervenção houve um momento fundamental no projeto, a apropriação da ponte ferroviária. Barreira ao próprio espaço, inverteu-se o seu sentido, preenchendo-se assim todo o seu interior. Ou seja, usaram-se os pilares, que outrora eram obstáculos visuais e barreiras à mobilidade, e incorporando-se como parte do

novo edifício que surge precisamente por debaixo da ponte. Desta forma deu-se uma função ao que anteriormente era apenas uma zona de interstício. Este edifício terá a uma função cultural (museu do comboio de Berna), isto não só tem a ver com a própria identidade do edifício, como também possibilitará resolver o problema referido nos objectivos do concurso, de ligação cultural, deixando de funcionar como uma barreira e passando a funcionar positivamente, integrando e reforçando essa ligação. Este espaço deixa assim de ser uma barreira sem função, passando a ser mais um ponto no fio condutor que liga as três instituições culturais pré-existentes (como era pedido no regulamento). A restante apropriação da ponte, em direção ao rio, será então a já referida transição entre a cota intermédia e a cota do rio, possibilitando às pessoas através de escadas mecânicas se deslocarem sem esforço entre os espaços. Possui também no seu extremo, uma bar e um restaurante, com um carácter lúdico em zona de estar, localizada sob o rio. Este edifício possui também uma função de controlo, pois ao estar a ser apropriado por pessoas, melhor se controla e vigia, (mesmo que inconscientemente) toda a zona das margens e encostas do rio (durante o dia e noite), o que fará como que a segurança de toda esta área melhore significativamente.

Inerente a este edifício, que de certa forma ajuda a delinear uma praça que se centra no rio, existem mais três edificações que limitam simultaneamente este espaço. Todas elas, no seu piso em contacto com a área exterior (piso zero) se destinam ao comércio, dinamizando este espaço. Uma delas apenas possui um piso (acompanhando a altura da ponte), as outras duas, possuem quatro pisos, destinando-se três deles a escritórios, visando o aumento da densidade e permanência neste local, deixando de ser apenas um espaço de passagem (conforme o estipulado em regulamento).

Tendo em conta a zona do antigo edifício *droggenanlaufstelle*, procedeu-se à alteração da via, à demolição do edifício de apoio aos toxicodependentes e à respetiva reorganização do espaço. Desta forma, e inerente à própria rua, são concebidos três edifícios que passam a desempenhar novas funções de forma mais pática e racional (alvo de desenvolvimento e pormenorização no capítulo posterior). Estes edifícios são então uma galeria de arte (que acrescenta mais um ponto de referência corredor cultural existente), um o novo edifício de apoio aos toxicodependentes e aos alcoólicos, e um hotel.

Pertencente a este espaço, também se encontra o acesso concebido sob um antigo edifício histórico (*Blutturm*), desempenhando um triplo papel: de acesso direto á cota do rio, de miradouro, e espaço cultural. O acesso até esta nova torre proposta será realizado através de uma estreita ponte paralelamente ao muro histórico presente na encosta do rio

(*Langmur*), de modo a funcionar, como um local cultural, desafogado e agradável ao turismo. Inerente a esta ponte que dá acesso a um elevador, são projetados dois tipos de escadas que dão acesso ao rio: um primeiro conjunto de escadas que complementam as já existentes do *Langmur*; e um segundo conjunto de escadas (mais a oeste), com um carácter mais livre que acompanha o declive da encosta do rio. Confirmando-se mais uma vez a importância de conectar o rio e o seu percurso com a cidade de uma forma visível e permanente.

Tendo em conta este contacto com o rio, e além do percurso projetado na sua margem e respetivos acessos à cota intermédia da cidade, é proposto um edifício de apoio ao desporto náutico (comum nesta zona) com dois pisos. Como complemento, no piso superior é proposto um bar/café, integrante ao percurso principal pedonal de acesso à cota superior, que irá dar à praça central já referida. Assim, servirá eventualmente de zona de paragem, repouso e ao mesmo tempo miradouro privilegiado.

De volta à ponte ferroviária, do seu lado direito, existe um edifício cultural, que por sua vez não pode ser alterado fisicamente, o *Reitschule*. Na obstante disso, este está enquadrado no *Shared Space* proposto. A ideia, mais do que alterar a sua volumetria, cor ou função (não é permitido), é apenas melhorar a integração urbana. Os espaços verdes, percursos e pavimentos projetados, dialogam constantemente com ele, não deixando este espaço abandonado, tratando-o e fazendo com que ele seja parte integrante de todo o desenho. Desta forma, passa a funcionar aqui como um eixo central ao espaço projetado, culminando percursos, formas dos pavimentos e alinhamentos de edifícios a ele inerentes.

Por último, na zona mais a Este de intervenção, são projetados três edifícios pósticos. Estes desenvolvem-se a partir da cota da zona mais alta (*Alpenegg*) e prolongam-se até ao centro da área de intervenção (onde outrora se localizava o estacionamento das locomotivas). Como se referiu nas premissas base, este terreno foi moldado de modo a que o seu anterior declive se prolongasse até ao limite do estacionamento das locomotivas. Sendo então possível, transitar da cota central de intervenção para a zona habitacional sem barreiras e de uma forma facilitada.

Duas destas edificações foram projetadas para habitação (conferindo uma maior densidade ao espaço), mais uma vez, salientando não só a continuidade da função da zona já existe a partir de onde se formam (*Alpenegg*, uma zona habitacional). A outra edificação funcionará como instituição de educação, neste caso, uma Universidade, complementando este os dois edifícios de funcionalidade idêntica já existentes em ambas as cotas. Aqui, além do já referido conjunto de rampas projetado que liga a cota intermédia à cota alta, é

também elaborada um conjunto de escadas laterais ao edifício da universidade para um acesso mais rápido e direto.

Toda a área que sofre um enchimento, terá também como função, além da acessibilidade e da permeabilidade de mobilidade (que se passa a ter entre cotas), a canalização da estrada preexistente, bem como albergar zonas comerciais diretamente relacionadas com o exterior.

Os edifícios póstico ao serem suspensos no final (sustentados por pequenos pilares), vão permitir a criação de uma praça ampla delimitada por estabelecimentos comerciais, e pelo edifício cultural. O que irá estimular dia e noite a afluência e permanência por parte dos estudantes, transeuntes e turistas.

Derivado a isto, será necessário a criação de um silo automóvel de cerca de trinta metros de altura, por desativação das bolsas de estacionamento desorganizado atualmente existentes.

Todos os edifícios foram pensados e delineados em planta, de forma a que o seu desenho surgisse a partir de arruamentos e alinhamentos de edifícios pré-existentes, para que melhor se integrassem e relacionassem. O mesmo acontece nos seus alçados pois estes acompanham sempre as altimetrias dos já existentes.

Em termos de composição cromática, serão brancos, e a nível de composição, serão simples, de modo a não chocar e interferir com a cultura local e com o centro histórico .

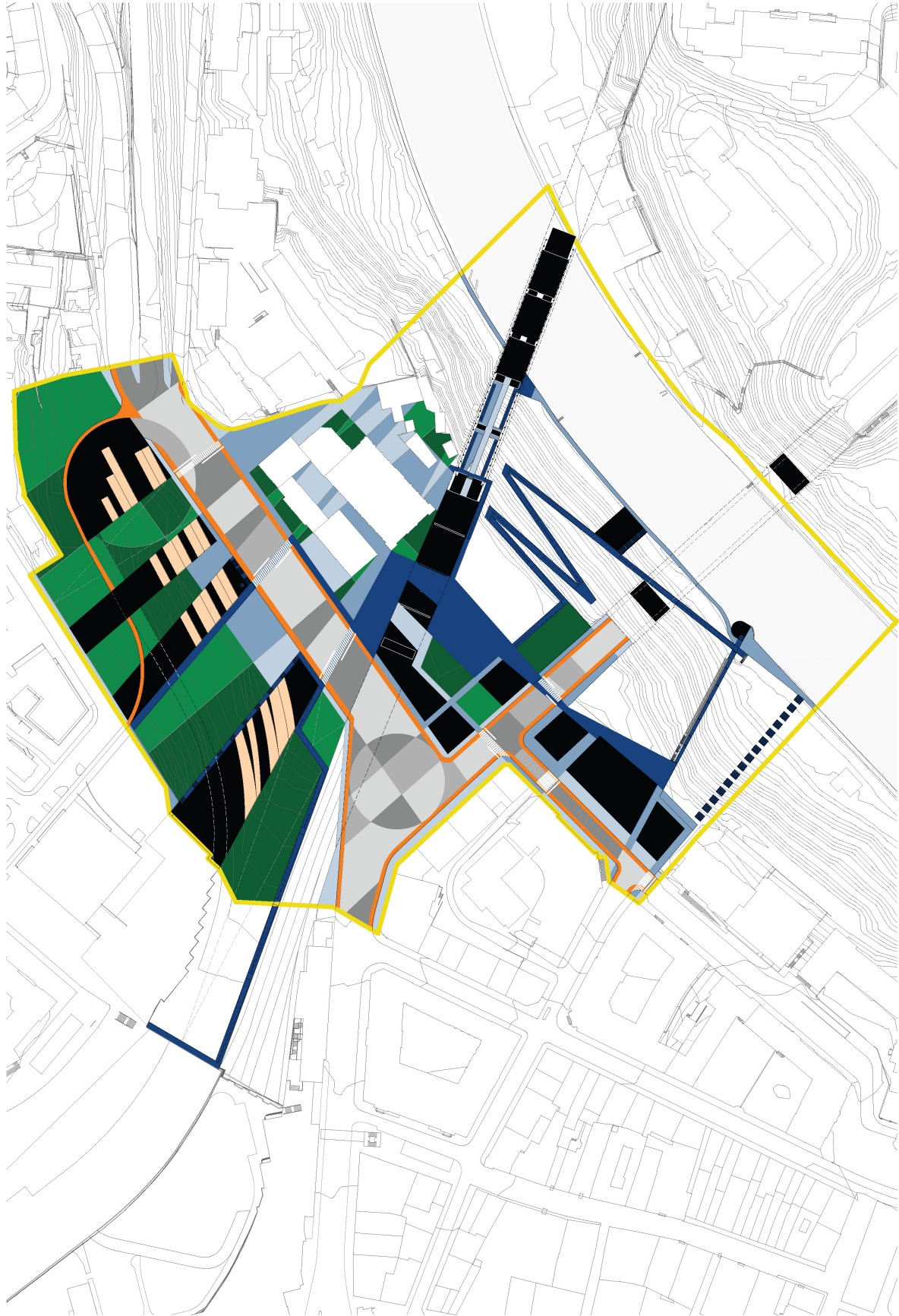


Figura 21 - Planta de Localização

Fonte - Aatoria Própria

0 20 40 60 80 100 (m)



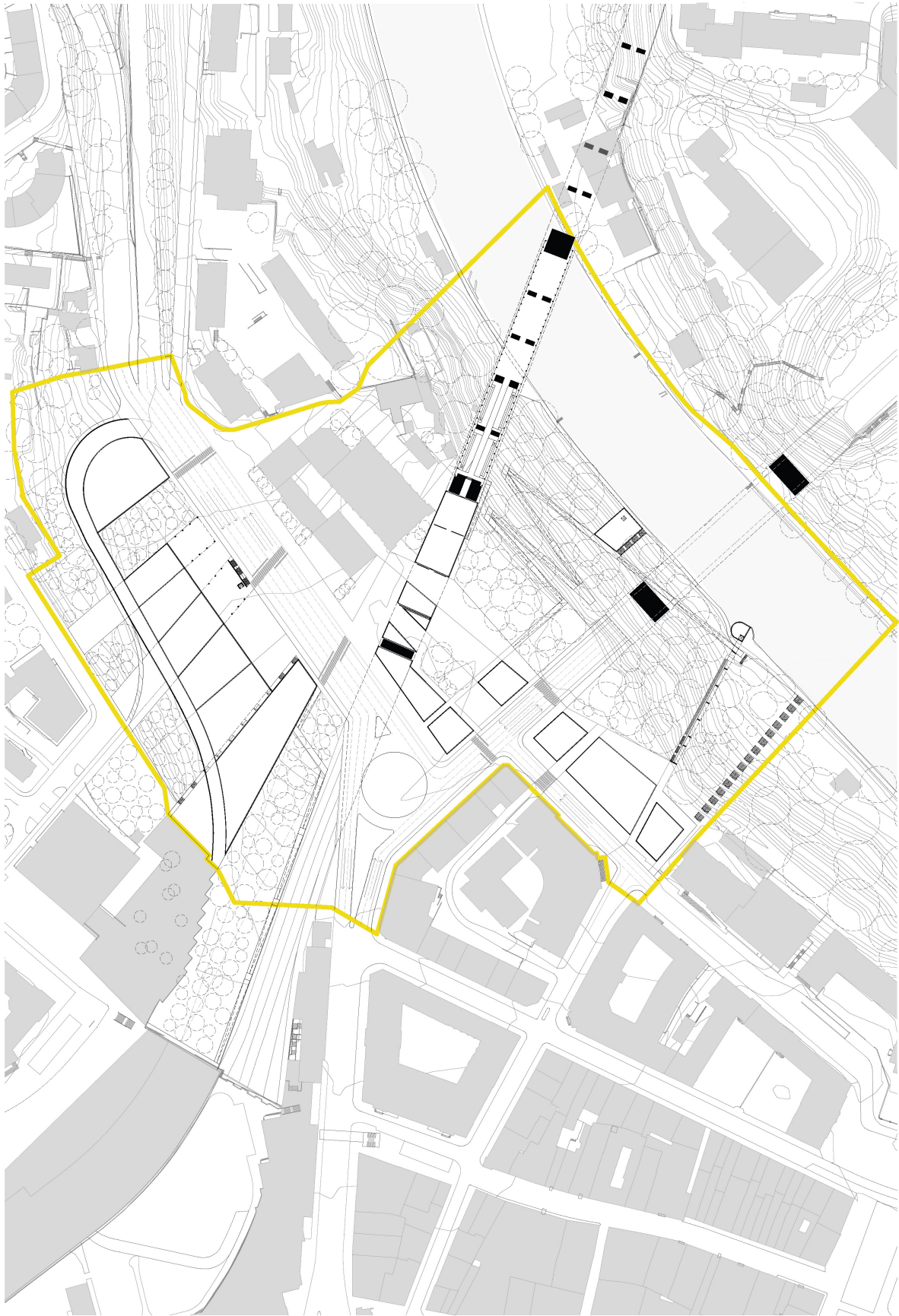
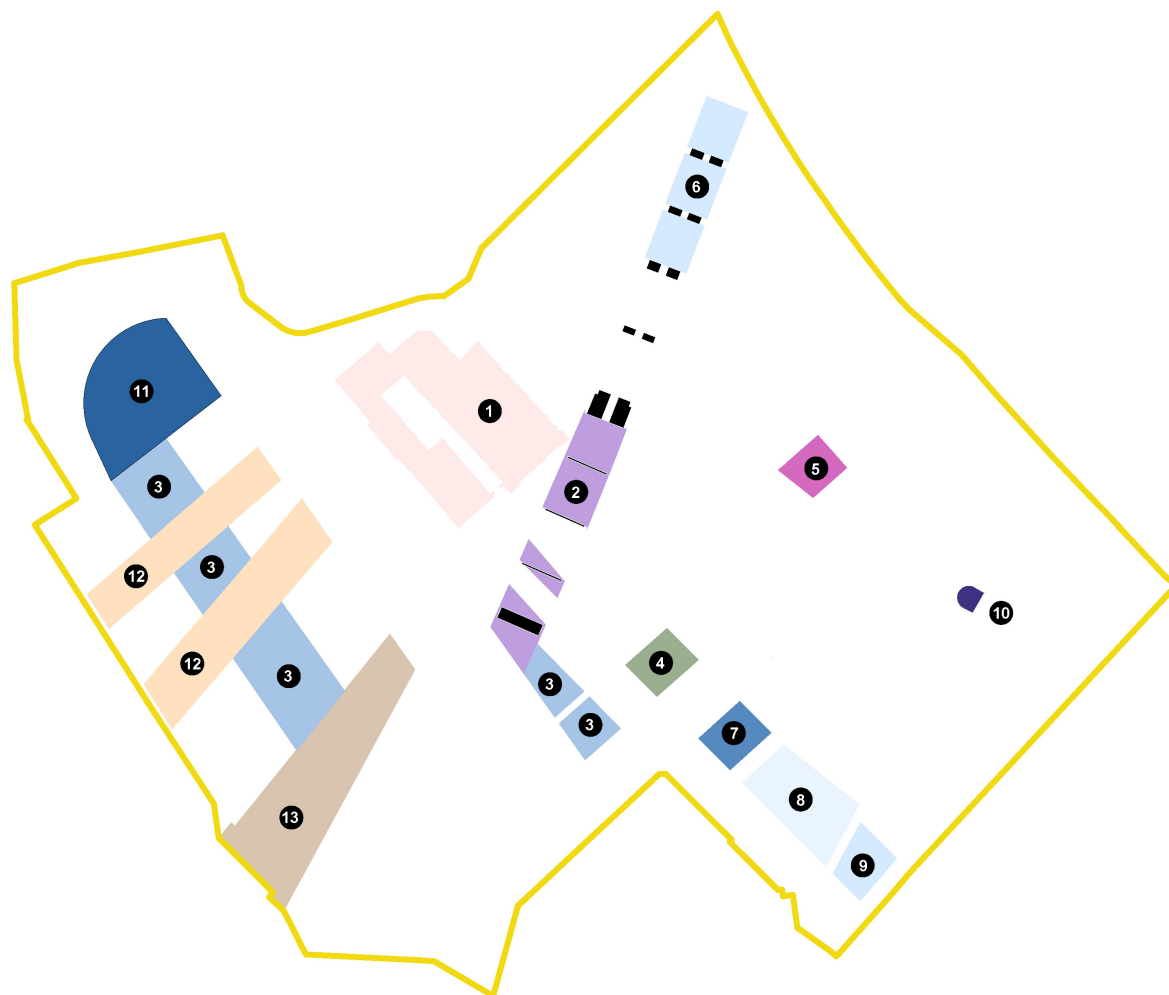


Figura 22 - Planta de Implantação

Fonte - Autoria Própria

0 20 40 60 80 100 (m)





Legenda:

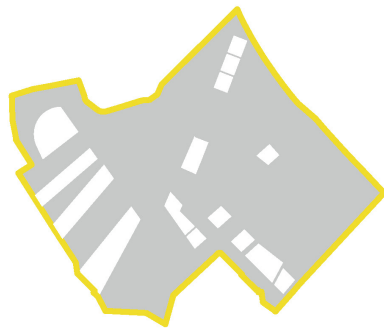
- Edifício Cultural (*Reitschule*) 1
- Edifício Cultural (Museu do Comboio) 2
- Zona Comercial 3
- Edifício de Escritórios 4
- Edifício de Apoio ao Desporto Náutico 5
- Bar/Restaurante 6
- Galeria de Arte 7
- Edifício de Reabilitação (Drogenanlaufstelle e Alkistubli) 8
- Hotel 9
- Edifício Cultural 10
- Silo Automóvel 11
- Edifícios de Habitação 12
- Universidade 13

Figura 23 - Funções dos Edifícios

Fonte - Autoria Própria

0 20 40 60 80 100 (m)





Zona de Intervenção



Vegetação Proposta



Vegetação Existente

Figura 24 - Vegetação Existente e Proposta

Fonte - Autoria Própria



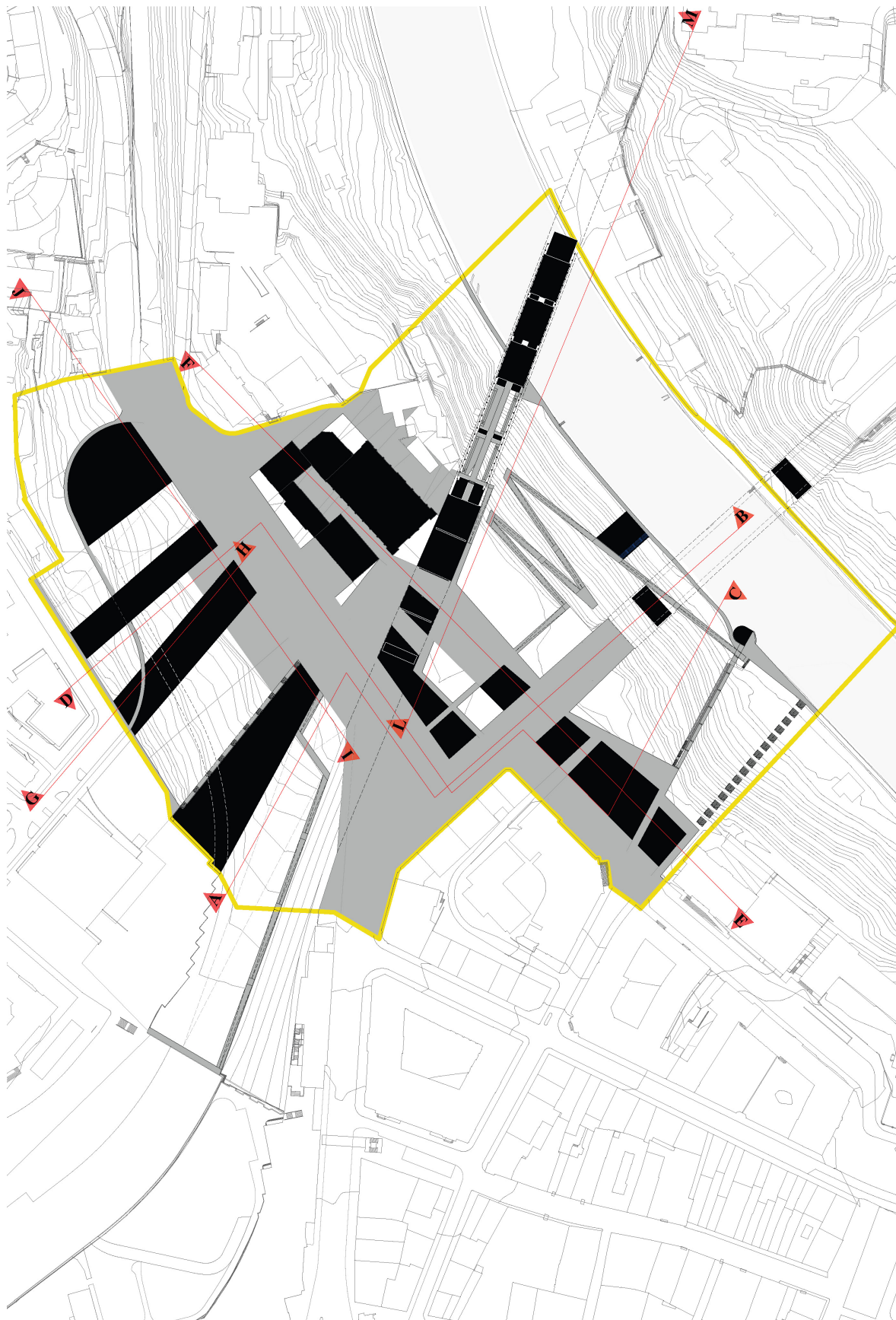
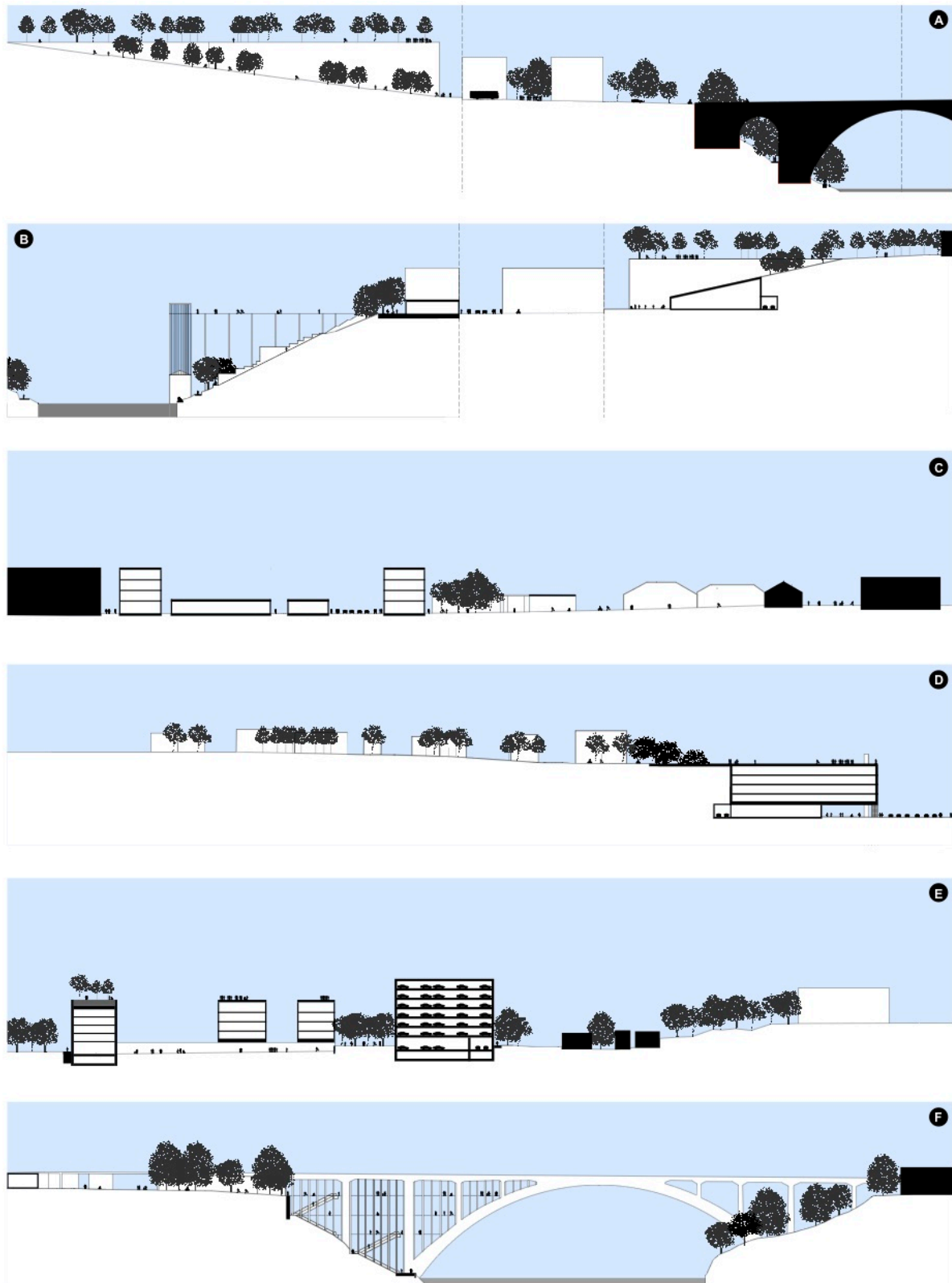


Figura 25 - Planta de Localização para Indicação dos Perfis

Fonte - Autoria Própria

0 20 40 60 80 100 (m)





- A** Figura 26 - Perfil AB da Proposta Urbana / Fonte - Autoria Própria
- B** Figura 27 - Perfil CD da Proposta Urbana / Fonte - Autoria Própria
- C** Figura 28 - Perfil EF da Proposta Urbana / Fonte - Autoria Própria
- D** Figura 29 - Perfil GH da Proposta Urbana / Fonte - Autoria Própria
- E** Figura 30 - Perfil IJ da Proposta Urbana / Fonte - Autoria Própria
- F** Figura 31 - Perfil LM da Proposta Urbana / Fonte - Autoria Própria

0 20 40 60 80 (m)

Figura 32 - Imagem da Praça Central e da Apropriação da Ponte Ferroviária

Fonte - Autoria Própria

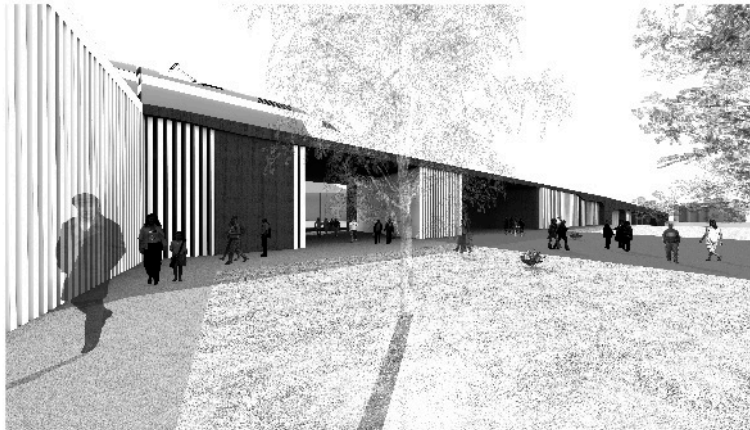


Figura 33 - Imagem da Praça Central e do Edifício Pórtico

Fonte - Autoria Própria



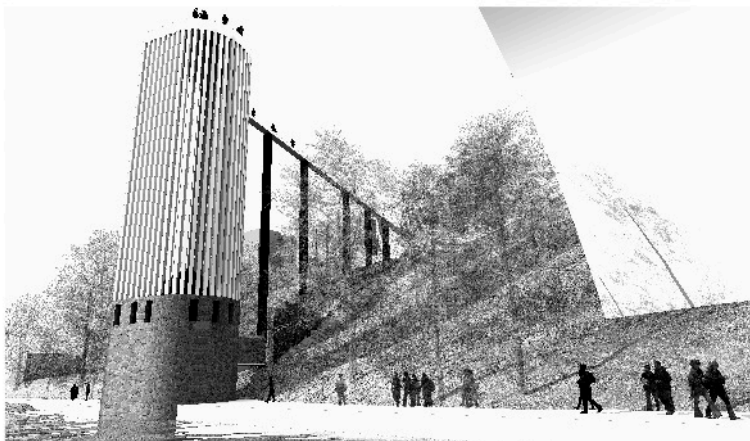
Figura 34 - Imagem do Edifício Integrado na Ponte Ferroviária

Fonte - Autoria Própria



Figura 35 - Imagem da Torre sob o Edifício Histórico (*Blutturm*)

Fonte - Autoria Própria



5.5.5_ Integração das Pessoas na Proposta Urbana⁵

“ Muitas pesquisas em arquitetura e ergonomia têm sido desenvolvidas com a intenção de estudar a acessibilidade espacial e a adequação de ambientes de trabalho domésticos às necessidades dos idosos, mas pouco tem se observado em relação aos espaços livres urbanos em geral.”

(Ely, V. e Dorneles, V., 2006, p. 1)

O principal objetivo desta proposta urbana, a par de resolver todo o programa exigido pelo regulamento, é criar um ambiente urbano que proporcione uma integração total do ser humano. Deste modo é necessário conhecer aprofundadamente o destinatário para quem se projeta.

“ A cidade não está construída apenas para um indivíduo, mas para grandes quantidades de pessoas, com antecedentes altamente variados, com temperamentos diversos, (...)”

(Lynch, 1990, p.123)

A cidade, é usada por diferentes pessoas com distintos percursos de vida, diferentes culturas, bem como por pessoas com diferenciadas capacidades fisiológicas, o que acarreta restrições e limitações por parte de quem usa e experiencia o espaço. Quanto maior for o conhecimento das habilidades bem como das restrições de quem usa o espaço, mais fácil será de o otimizar, adequando de uma forma mais correta o projeto.

Assim, toda a proposta urbana é pautada por um desenho de espaço que tem por base uma fácil compreensão por parte de quem o usa, não causando assim segregações ou estigmatizações. É também flexível, moldando-se e respondendo das mais variadas formas aos diversos tipos de solicitações, bem como simples e intuitivo de se usar. Deste modo, é em todos os seus aspetos, um ambiente inclusivo.

Para se possuir um ambiente com este carácter e com estas premissas de inclusividade, ponderou-se em primeiro lugar o aspeto cognitivo de quem usa este espaço. Deste modo, estão garantidas as normais alterações de memória, aprendizagem e tempo de

⁵ Para esta análise foi considerado todo o Capítulo II, Ser integrado na Arquitetura.

reação, influenciando naturalmente a capacidade de coordenação, a agilidade mental e todos os sentidos sensoriais.

“(…) o direito à cidade passa pela sua acessibilidade e a mobilidade das pessoas e dos bens constitui um elemento chave desse direito”.

(Ascher, 2010, p. 133)

Em segundo lugar, foram considerados também os fatores biológicos, incidindo naturalmente na locomoção e mobilidade de quem se desloca no espaço da cidade, nunca descurando os riscos de fadiga e queda, bem como todos os sistemas sensoriais que aqui estão inerentes.

Em suma, dotou-se a proposta urbana de três elementos chave: o primeiro relacionado com aspetos informativos, que respondem às necessidades cognitivas; o segundo que atende às necessidades físicas (fatores biológicos).

A isto acrescenta-se um um terceiro elemento que visa responder e colmatar necessidades sociais. Pois a proposta deve não só atender a necessidades individuais, mas sobretudo coletivas.

Na prática, tendo em conta os aspetos informativos (processo cognitivo) que têm sobretudo em conta a forma de como se percebe e se obtêm informações do espaço utilizado, toda a proposta urbana é marcada por diversos contrastes, texturas e padrões, provenientes maioritariamente dos esquemas e da composição do *shared space* proposto. Assim, é mais fácil compreender os ambientes e distingui-los, possibilitando ao indivíduo situar-se e deslocar-se de uma forma mais precisa. Derivado à tonalidade do pavimento, o idoso, ou alguém com algum problema afeto à capacidade cognitiva, poderá criar padrões e familiaridades com algumas zonas e percursos, evitando que as pessoas se percam ou até ajudando a encontrar um percurso mais útil e direto.

Para além destas ajudas visuais crómicas dos pavimentos que demarcam os percursos principais, as ciclovias e o local de circulação automóvel, foram elaboradas zonas verdes com diferentes espécimes vegetais autóctones que transmitem diferentes odores (demarcando espaços específicos) e zonas, que pela sua própria função e os elementos mecânicos que possuem, produzem efeitos sonoros que servem como pontos de referência. Por fim, e apelando especificamente ao aspeto tátil, que é útil às pessoas com deficiências visuais, foram conferidos aos pavimentos diferentes texturas. Embora o

material comum seja sempre o betão, que nivelado se prolonga por toda a zona proposta (shared space), este possui diferentes granulometrias, que produzem diferentes texturas. Além disto, estes pavimentos possuem desenhos em relevo que direcionam e simbolizam diferentes caminhos/percursos e espaços, bem como os torna antiderrapantes.

Colocando na prática as necessidades físicas, estas atendem sobretudo à problemática da deslocação, não só vertical, como horizontalmente. Tendo em conta a deslocação horizontal, é concebido o *shared space* já referido. Este visa suprir as necessidades físicas, colmatando ao máximo todos os obstáculos presentes do local. Com isto, ficam asseguradas as exigências das pessoas com problemas de mobilidade condicionada, podendo deslocarem-se livremente por toda a zona proposta, pois os desníveis (estrada/passeio) são inexistentes. Os problemas das pessoas com alguma tipo de deficiência a nível visual são também tidos em conta, podendo estas andar livremente sem o risco de queda, mas ao mesmo tempo, através da fricção obtida pelo contacto entre os diferentes pavimentos, saber onde se localiza e qual o caminho a seguir. Não obstante disso, se o problema de visão não for total, conseguirá ainda pelos altos contrastes do pavimento perceber e distinguir os diferentes percursos existentes. O mesmo se passa com as pessoas idosas, onde os riscos de acidente causados pela circulação na cidade são reduzidos ao mínimo, havendo uma maior e melhor mobilidade. Com isto possibilita-se uma circulação mais objectiva e direta para o local pretendido.

Já a deslocação vertical, referindo aqui a acessibilidade entre diferentes níveis, o projeto oferece acima de tudo uma liberdade de escolha onde não só existem situações mais diretas (elevadores e escadas mecânicas), e elementos mais simples, como é o exemplo das rampas e escadarias. Todos estes elementos estão à disposição de quem necessita transitar entre cotas, seja do centro da intervenção para a zona alta, ou para a zona baixa (do rio).

“Os espaços sociais de diversão e exibição, são hoje tão vitais para a cultura urbana como os espaços de residência e trabalho”

(Harvey, 1985, p.256)

Por fim, surge então a importância de criar aqui um espaço que pense também nas interações sociais, na atividade e dinâmica do espaço. Deste modo, pensou-se na atividade do local, para que assim todo este espaço seja apropriado e reduza o risco da insegurança.

Foram projetados dois polos atrativos (que podem funcionar dia e noite), são eles: a praça central, que possui o já referido museu do comboio, bem como um restaurante/bar que é ladeado por espaços comerciais orientados para a zona do rio; e a praça maioritariamente comercial delimitada pelo embasamento dos “edifícios póstico” e que faz frente com o centro de cultura alternativo preexistente (*Reitschule*).

Tendo em conta ainda o fator de segurança e este dinamismo espacial, todos os diferentes polos/locais onde se interviu, mas maioritariamente os edifício de acesso (os marcos) funcionam também como elementos de vigilância e controlo de toda a zona envolvente, pois têm um caráter de permanência constante.

5.5.6_ Integração da Proposta Urbana na Paisagem⁶

Sendo o ser humano o único elemento do qual não se pode prescindir na paisagem, pois é ele que através da sua percepção lhe dará sentido, este poderá ter diferentes posições face a este projeto: a primeira, não o conhecendo, e tendo um primeiro impacto, onde a sua emoção surtirá mais efeito; e a segunda, caso já o conheça e tenha percorrido todo o espaço qual a ideia com que ficou, e qual a nova imagem que leva na sua memória.

Tendo em conta tudo o que foi analisado, pretende-se além do respeito intrínseco pelo território, possuir uma imagem marcante e forte para este projeto. Deste modo, é quase inevitável que se faça algo que contraste com o existente e esteja munido de diversos momentos/situações que o façam sobressair como sendo algo diferente, inesperado, algo que gere emoção e que as pessoas mantenham na memória.

“Precisamos de um meio ambiente que não seja simplesmente bem organizado, mas também poético e simbólico.”

(Lynch, 1990, p.132)

Tendo em conta a inserção na paisagem, a proposta urbana tem como principal objetivo funcionar como um novo núcleo à própria cidade. Não obstante de ser bem

⁶ Para esta análise foi considerado o Capítulo I, A Arquitetura na Paisagem e no Território.

organizado e de se responder e resolver as problemáticas apontadas, pretende-se aqui criar todo um momento simbólico.

“A paisagem urbana é, para além de outras coisas, algo para ser apreciado, lembrado e contemplado.”

(Lynch, 1990, p.7)

A premissa, neste projeto é ir mais longe do que apenas resolver os problemas do território, mas também algo que fosse contemplado e apreciado por todos. Deste modo, mais do que um espaço que resolve direta e sucintamente as carências, pretende construir também paisagem, uma paisagem urbana muito própria para ser falada/questionada e lembrada por todos.

Visto o destino da proposta ser um concurso, é deveras importante além de se ser objetivo, criar também agrado, emotividade e distinção de outras propostas pela sua imagem, algo que sobressaia à vista e se guarde, mesmo que inconscientemente na memória.

Para isto, surgem então dois aspetos importantes que sobressaem de toda a envolvente e se afirmam como expoente máximo de integração nesta paisagem.

São eles a uma maior escala o próprio desenho consequente da proposta urbana, que resulta num *shared space* colorido, bem como os edifícios principais que fazem as transições entre cotas diferentes. Assim, existem duas sensações que funcionam a escalas distintas.

Começando pelos edifícios, já que o objectivo e o tema essencial do concurso são as acessibilidades, optou-se que todos os elementos relacionados com essa temática tivessem um impacto deveras vincado, para que assim se destacassem e fossem mais do que um simples e comum acesso. Deste modo, são elementos que funcionam como símbolos e marcos não só do próprio projeto, como também da zona de intervenção e até da cidade de Berna. Concluindo, todos eles são elementos singulares, neste caso construções pontuais que se destacam e se afirmam na paisagem com características muito próprias, colocando em causa os locais onde se inserem, desde um questionar da função (edifício ponte), ao questionar da história (edifício torre) e até da própria morfologia do local (edifício pórtico).

“A cidade pode ser redescoberta. Em cada caminhada, em cada passeio de bicicleta, podemos vislumbrar novos horizontes (...). A pé, de autocarro, de comboio ou até de elevador abre-se o campo de visão sobre o espaço que habitamos”.

(MAOTDR, 2007, p.28)

A uma maior escala, a ideia é realçar a proposta do contexto existente, gerando uma marca, destacando-se como um mosaico na paisagem. Deste modo, todos os seus elementos constitutivos (*layers*), desde o *shared space* aos edifícios, contribuem e são parte integrante para esse efeito. Esta marca, questiona também o regulamento do concurso, sendo o seu limite, a área de intervenção estabelecida em regulamento, mostrando um caminho uma solução possível para o futuro da zona periférica.

Um aspeto a realçar também são as coberturas dos “edifícios póstico”, que como se observa em planta, traduzem a um outro nível as antigas linhas férreas existentes no local que se desativou. A ideia é de novo referir a importância do comboio e deixar uma marca, uma memória, nos topos dos edifícios, do que outrora foi aquela zona. Esta marca será uma representação fidedigna, na mesma projeção (embora a cotas diferentes), com as linhas reais que existiam no local.

5.5.7_ Obras de Referência⁷

Para chegar ao resultado final desta proposta urbana, foram variadas as obras e situações pesquisadas e analisadas, de modo a entender um pouco este tipo de intervenções, pois derivado à sua escala, surge neste processo de aprendizagem como algo completamente novo, desafiante.

Assim, e para melhor se conhecer não só a forma, mas também os métodos e os elementos usados por outros arquitetos e urbanistas, procedeu-se a uma pesquisa variada de elementos que pudessem funcionar como rótulas à zona em causa. Esta pesquisa, visou essencialmente em investigar elementos (referências) que auxiliassem não só processo criativo (a forma) como também o teórico, procurando para isso novos conceitos e formas de abordar a temática em causa.

A temática que se refere aqui, além da questão das acessibilidades, visa sobretudo encontrar novas/diferentes maneiras de: apropriar o espaço existente; resolver problemas de mobilidade a nível do piso térreo devido a barreiras físicas sempre existentes; tornar o espaço público um símbolo do próprio local; e por fim uma forma muito específica de apropriação da cobertura dos edifícios. Foram estas as maiores necessidades que levaram a uma procura exaustiva das referências que se seguem.

Em primeiro lugar, e devido à ponte ferroviária existente no local, pesquisou-se formas de resolver este espaço sem uso e função (ao nível térreo), pois os pilares de suporte formavam uma grande barreira à mobilidade. Surge a ideia da *Ponte Vecchio* de *Taddeo Gaddi*, que foi completamente apropriada por construção, dotando-a assim de uma dupla funcionalidade (funcional e comercial). Contudo, sendo esta a ideia a seguir, apropriou-se o espaço por baixo da ponte, uma vez que a sua funcionalidade teria que ser mantida. É com o demarcar desta atitude que após uma pesquisa, surgem duas obras em Tokyo que se apropriam dos arcos da ponte (também ferroviária) e lhe dão um uso. Foi então assim que surgiu o caminho a seguir e o edifício projetado.

Referindo ainda o problema de mobilidade a nível do piso térreo da área onde se projetou, era útil existir uma zona de praça, ampla, como o mínimo de barreiras, contudo era necessário também construir. Desta forma, surgem duas obras de *Le Corbusier*, onde os edifícios propostos assentam sobre pilares, havendo assim da mesma forma uma permeabilidade de fluxos pedonais. Foi esta ideia que se transpôs para o piso em contato

⁷ Observar na página seguinte as obras em questão analisadas e tidas em conta como projetos de referência.

com o solo em dois dos “edifícios pórtico”. Assim foi possível que estes não formassem uma barreira ao espaço, denotando-se o delinear e a espacialidade da praça proposta.

Tendo ainda em conta estes “edifícios pórtico”, a ideia, já referida, é que as pessoas o pudessem percorrer e contemplar na sua cobertura. Esta ideia surge após conhecer fundamentalmente duas obras: a primeira, a casa *Malaparte de Adalberto Libera*, quem tem no seu expoente máximo a sua cobertura acessível deixando deste modo que se percorra totalmente e se observe a paisagem que o rodeia a um outro nível; e a segunda o *Highline de James Corner Field Operations* em Nova Iorque, que embora não seja um edifício, possui uma plataforma percorrível, com espaços verdes, percepcionando a cidade em seu redor de uma outra forma, com uma outra qualidade.

Ainda nesta zona da proposta, foi concebido um silo automóvel, este teve como referência o usado na cidade da *Volkswagen* na Alemanha. Segue os seus pressupostos, em termos altimétricos, funcionais, e pretendia-se caso se desenvolvesse mais, que fossem também estéticos, derivado à sua simplicidade e ao fato da sua forma, seguir completamente a sua função.

Por fim, tendo em conta a já abordada inserção na paisagem, pretendia-se um exemplo que demarcasse pela simplicidade de forma, recorrendo às colorações, um projeto urbano que dinamizasse e funcionasse como uma referência ao próprio local. Foi encontrado esse exemplo em *Benidorm*, Espanha, uma obra de reabilitação urbana (costeira), que se tornou uma marca registada do próprio local. Esta obra pertence a *Carlos Ferrater e Xavier Marti Gali*. Para além do seu aspeto estético, este projeto usado como referência, possui uma funcionalidade e uma adequação interessante ao ser humano, pois promove uma mobilidade dinâmica e inclusiva ao nível da cidade, bem como concede e facilita um acesso direto à praia em diversos pontos.



- A** Figura 36 - Apropriação de uma ponte em Tokyo, Japão / Fonte - Jacob Brooks
- B** Figura 37 - Ishimaru, Shybuia, Tokyo, Japão / Fonte: Jacob Brooks
- C** Figura 38 - Taddeo Gaddi, Ponte Vecchio, Florença, Itália (1345) / Fonte - Nicco Bastone
- D** Figura 39 - Silo Automóvel de Volkswagen City, Alemanha / Fonte - Kuyori
- E** Figura 40 - Adalberto Libera, Casa Malaparte, Capri, Itália (1938) / Fonte - Bebel Niemyer
- F** Figura 41 - James Corner Field Operations, Highline, Nova Iorque, E.U.A. / Fonte - thehighline.org
- G** Figura 42 - Le Corbusier, Tsentrosoyuz Building, Moscovo (1933) / Fonte - Titti Cimmino
- H** Figura 43 - Permeabilidade a nível do piso térreo de um edifício de Le Corbusier / Fonte - Afterthegoldrush
- I** Figura 44 - Carlos Ferrater e Xavier Marti Gali, Praia do Poente, Benidorm, Espanha / Fonte - Julia Fedmann Graeff
- J** Figura 45 - Carlos Ferrater e Xavier Marti Gali, Praia do Poente, Benidorm, Espanha / Fonte - Julia Fedmann Graeff
- L** Figura 46 - Carlos Ferrater e Xavier Marti Gali, Praia do Poente, Benidorm, Espanha / Fonte - Julia Fedmann Graeff

5.6_ Edifício Proposto

5.6.1_ Considerações

Apesar de ser uma escala diferente, continua-se a projetar para o concurso, havendo aqui a uma escala mais humana a possibilidade de demonstrar o quão o edifício proposto é adequado e todos que o usam. Assim como a proposta urbana foi delineada com o propósito do “*Access for All*”, também aqui o edifício terá que transparecer isso.

“A arquitectura não é feita simplesmente pela adição de planos e cortes a alçados. É algo diferente e algo mais. É impossível explicar com precisão o que é – os seus limites não são de forma alguma bem definidos. De uma forma geral, a arte não deve ser explicada; deve ser sentida.”

(Rasmussen, 2007, p.9)

Seguindo a ideia contida no excerto anterior, pretende-se também, aqui, com o demonstrar do edifício proposto, analisar e perceber este “algo mais” que está sempre inerente à arquitetura.

Desta forma, e como a teoria até aqui sustenta, mais do que o carácter técnico sempre útil, e que nunca se pode desassociar da arquitetura, tenciona-se aqui demonstrar um lado mais humano da mesma, pois a escala do projeto assim o proporciona. Assim, e a par do carácter de integração no território e na paisagem que se vão também abordar, pretende-se explicitar também aprofundadamente as premissas de integração do ser humano no próprio edifício.

Mais do que aquilo que ele realmente aparenta ser ao observarmos (o edifício), pretende-se aqui que este seja ao máximo inclusivo. Assim não só estará integrado como também integrará em si. Para isso, tem-se sempre como objectivo primordial o modo de como é percebido (qual o impacto visual e a mais-valia para o local), bem como a forma de como vai ser usado (atendendo às carências e as necessidades das diferentes pessoas que o vão experienciar).

Tudo isto leva a que o principal objectivo seja mais do que projetar um simples edifício, este seja sentido a diversas escalas por diferentes pessoas em diferentes situações, sendo assim inteligente ao máximo na forma em como se adapta e responde às necessidades de quem o procura e vivencia.

5.6.2_ Descrição do Projeto do Edifício

O edifício proposto é composto por três volumes, que embora possam funcionar autonomamente, formam todos eles um complexo que visa contemplar as funções de reabilitação de pessoas toxicodependentes e alcoólicas (ver figura 48).

Desta forma, além do edifício central que dá resposta às funções principais pretendidas pelo programa, denominado *Drogenanstelle e Alkistubli*, é proposto ainda uma galeria de arte (que serve como auxílio de reintegração destas pessoas, como necessidades especiais, na sociedade) e uma pequeno hotel (*Notschlafstelle Sleeper*) destinada ao público em geral bem como a utentes do centro de reabilitação.

O objectivo deste projeto, é criar toda uma zona racionalizada que não só responde diretamente às necessidades de quem recorre a este espaço, como também lhe dá algo mais. Oferecendo-lhe assim, não só a possibilidade de descanso, ou até de internamento para tratamentos mais prolongados, bem como lhes confere a hipótese através de aulas de pintura e escultura (acompanhadas ou não de apoio psicológico), por exemplo, exercer o seu lado criativo, concebendo obras que posteriormente serão expostas na galeria de arte. Deste modo, demonstrar-se-á a quem por lá passa (à sociedade) que são pessoas que embora possuam um “problema”, este está a ser resolvido e não devem ser esquecidos nem discriminados, pois são também parte integrante da sociedade.

Tendo em conta o desenho urbano (ver figura 47), estes três edifícios implantam-se na zona onde se localizava o antigo edifício *droggenanlaufstelle* que para o efeito deste projeto, foi demolido. Isto sucede, pois o regulamento (Schindler, 2012e) refere que o antigo edifício em termos estéticos (composição/materiais constituintes), gera diversos conflitos pela sua descontextualização. Também o seu espaço interior, tendo em conta a sua funcionalidade, não era nada prático nem adequado às novas exigências. Assim, optou-se por projetar, de raiz, um novo edifício que respondesse o melhor possível a essas exigências e carências apontadas, para que assim o programa ficasse bem resolvido e a sua funcionalidade total garantida.

Deste modo, ainda a numa escala urbana e tendo em conta o delinear destes edifícios, como se referiu no capítulo anterior, estes pautam-se sempre pela sua envolvência. Aqui, surgem como um remate à zona histórica, que não está bem resolvida, regularizando-se assim o respetivo desenho urbano. Em termos de alinhamentos planimétricos, todos eles se guiam pelos edifícios da zona histórica que lhes estão

associados, bem como pelas vias e caminhos presentes. Assim, poder-se-á dizer que é um edifício essencialmente, de consolidação de toda esta zona onde se insere. É um edifício, que na sua globalidade rege o desenho da sua forma, tendo em conta um respeito intrínseco por tudo aquilo que o rodeia.

Em termos altimétricos, os dois primeiros edifícios (galeria de arte e o centro de reabilitação), surgem com apenas um piso (aproximadamente cinco metros de altura), isto para que não se obstrua a visibilidade direta que os edifícios preexistentes já possuem para a encosta do rio. Alia-se ainda, também o fato de através de todos os estudos realizados, este evidenciar ser o mais enquadrável em resposta ao programa exigido de funcionalidade. Aspeto importante ainda a referir, é também o fato de se ser objetivo e pragmático tendo em conta o tema do concurso e as suas diretivas, no que concerne às acessibilidades, deste modo é fundamental pensar num edifício de apenas um piso. Já o hotel, até por razões económicas, desenvolve-se em mais que um piso, apresentando-se neste caso com cinco. Aqui não existe a problemática de obstrução da vista panorâmica dos edifícios preexistentes, pois este surge como um remate a uma via existente.

Segundo a leitura do regulamento, a maior problemática seria conseguir a partir do esquema de funções e passagens com as áreas exigidas, projetar um edifício funcional – premissa global a todo o projeto.

Conforme anteriormente referido, em termos de inserção urbana, a melhor forma proposta, foi a de responder às exigências apresentadas através da resolução de um edifício de um só piso. Contudo, surge a questão da salubridade do edifício, pois fazendo contas apenas às áreas necessárias e aglomerando tudo isso, não conferia qualidade ao espaço. Para responder a esta exigência, surgem os pátios, que não só concedem ao edifício uma maior espacialidade, maior desafogo visual, como também proporcionam uma iluminação natural e ar puro a todos os compartimentos. Com estes elementos (os pátios), foi possível tornar um edifício apenas com quatro frentes, e à primeira vista compacto, num complexo e dinâmico jogo entre espaço interior e exterior, podendo estas zonas ser usadas e apropriadas por quem se encontra no edifício.

Também aqui, com a criação destes pátios, se observa a premissa existente no desenho urbano da permeabilidade. Com estes escavados, é possível em certas zonas que a visão penetre no edifício por um maior período de espaço, sempre em direção a um pátio, fazendo assim, que não só o jogo dos três volumes sejam permeáveis à passagem e à circulação urbana, como o edifício em si seja quase como um constante jogo de alcance e

profundidade visual. Com estes pátios, é possível também reduzir os corredores de serviço, tornando-os mais curtos e com mais iluminação natural.

Inerente a este aspeto dos pátios é desde já útil abordar a questão dos alçados (ver figuras 53 e 54). Estes são caracterizados por um contínuo de apontamentos verticais, funcionando como um conjunto de estacas que se sobrepõem, ao vão existente. Isto faz com que haja ao todo uma maior quantidade de pano de vidro, neste caso translúcido, por todo o edifício. Obtendo assim o máximo de iluminação possível e simultaneamente, salvaguardar a privacidade e as questões energéticas.

Um aspeto também aqui a referenciar nos alçados, é a questão da mutabilidade dos mesmos, isto não só acontece por exemplo com o passar do dia, onde os contrastes das fenestraçãoes se vão alterando derivado à posição solar, bem como durante a noite, onde os jogos de luz artificial lhe dão uma outra dinâmica, uma outra presença. Isto naturalmente confere também uma dinâmica interior em constante transformação, concebendo diferentes ambientes com diferentes características. Além disto, foram pensados uns painéis amovíveis, localizados em todas as zonas das entradas para o edifício, que podem ser movidos consoante as necessidades ou a altura do dia, o que lhe confere um alçado em constante alteração.

Relativamente à funcionalidade, optou-se por projetar um edifício que não escondesse as pessoas que irão usufruir do espaço, discriminando-as, mas sim, que as integrasse das mais variadas formas na comunidade. Nesse sentido, um passo importante, aquando do estudo e análise do programa exigido, foi a decisão de colocar as entradas e saídas tanto dos alcoólicos como dos toxicodependentes, em zonas nobres (de passagem), e não para zonas secundárias (escondidas). Deste modo, não só este local estaria mais bem controlado, como o seu utilizador estaria melhor integrado.

Interiormente, atenderam-se às áreas exigidas, bem como às colorações apresentadas no esquemas das funções⁸, demarcando e distinguindo assim as diversas zonas, nunca descorando os contactos e as circulações entre espaços da mesma forma exigidas, garantindo a sua funcionalidade.

Existe ainda a possibilidade de cada zona, tendo em conta a sua função (coloração), funcionar de forma autónoma, se assim for pretendido. Isto é útil, na medida em que é possível, consoante o dia da semana, ou a fase em que este se encontra (manha/tarde/noite), o edifício possa funcionar por inteiro ou por partes, otimizando-o.

⁸ Schindler, 2012, P_2 Task, p.34

Assim, as colorações que representam as diferentes zonas, foram concebidas como diferentes módulos autónomos que se interligam entre si. Isto não só acontece com este edifício, como também sucede com a globalidade dos três propostos (ver figura 50). Assim, é possível por exemplo o dispensário e troca de seringas funcionar 24 horas, sem que para isto tenha que estar todo o edifício operativo. O mesmo sucede com os balneários, pois sendo também um módulo que tem autonomia para funcionar separadamente, pode ser usado durante toda a noite. Em suma, tudo, pode ser adaptado e usado consoante as necessidades do momento e do utilizador.

Tendo em conta a galeria de arte e o hotel, estes seguem os mesmos pressupostos do edifício de reabilitação. O objetivo é que todos eles possuam características idênticas, funcionando com uma unidade.

O centro de arte, possui uma galeria central, funcionando no pátio, onde podem ser realizadas exposições ao ar livre, tendo comunicação direta com as três galerias cobertas existentes. Caso se queira, é possível ainda utilizar as portadas da fachada, que são iguais às do edifício de reabilitação, aqui para convidar quem passa a entrar e percorrer a exposição, criando um percurso cultural alternativo ao já existente.

Quanto ao hotel, este possui uma entrada em esquina, de modo a captar com um ângulo de alcance maior quem percorra esta zona da cidade, assim apresentará uma permeabilidade maior no seu contacto com o espaço público.

No seu piso zero, possui um bar/restaurante, que à semelhança do edifício de reabilitação se apropria do espaço exterior. Sendo este um fator importante, em termos económicos, pois esta zona irá captar diversas pessoas, e em maioria turistas que se deslocam até aqui para observar o muro e a torre histórica (*Langmur e Blutturm*).

É nos seus restantes pisos que surge a sua mais-valia, os seus quartos. Optou-se aqui por projetar apenas cinco quartos por piso, onde nenhum deles possui contacto direto com o exterior, obtendo assim apenas iluminação e ventilação natural a partir dos pátios existentes. Contudo, os pátios são generosos, e cada quarto tem sempre acesso a dois deles. Desta forma, cada utilizador pode disfrutar ao máximo da sua privacidade.

À semelhança dos outros edifícios, também aqui os pátios são e foram projetados como parte integrante do edifício, surgindo quase como compartimentos e não de espaços sobrantes.

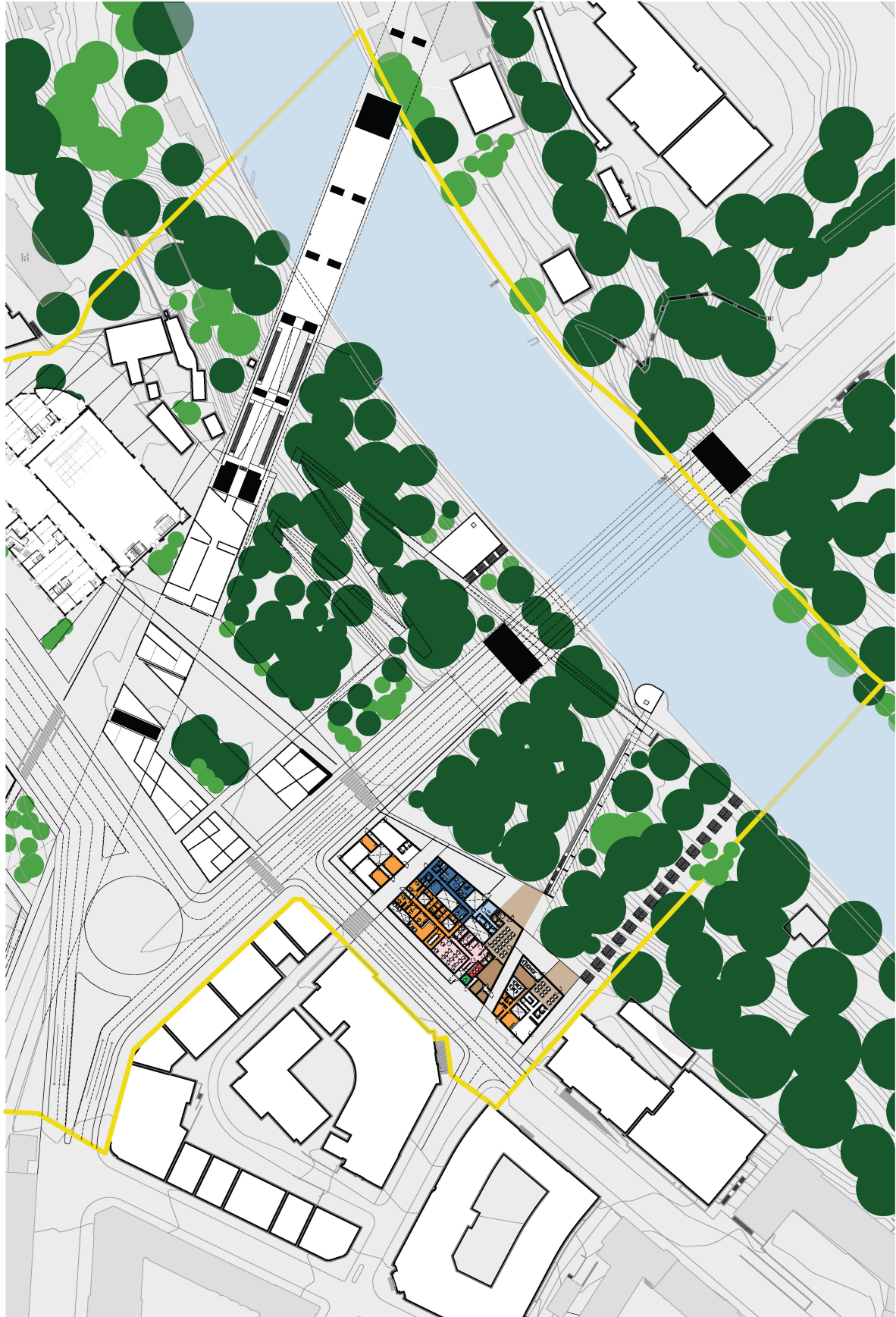


Figura 47 - Planta de Implantação do Edifício a Pormenorizar

Fonte - Autoria Própria

0 20 40 60 (m)



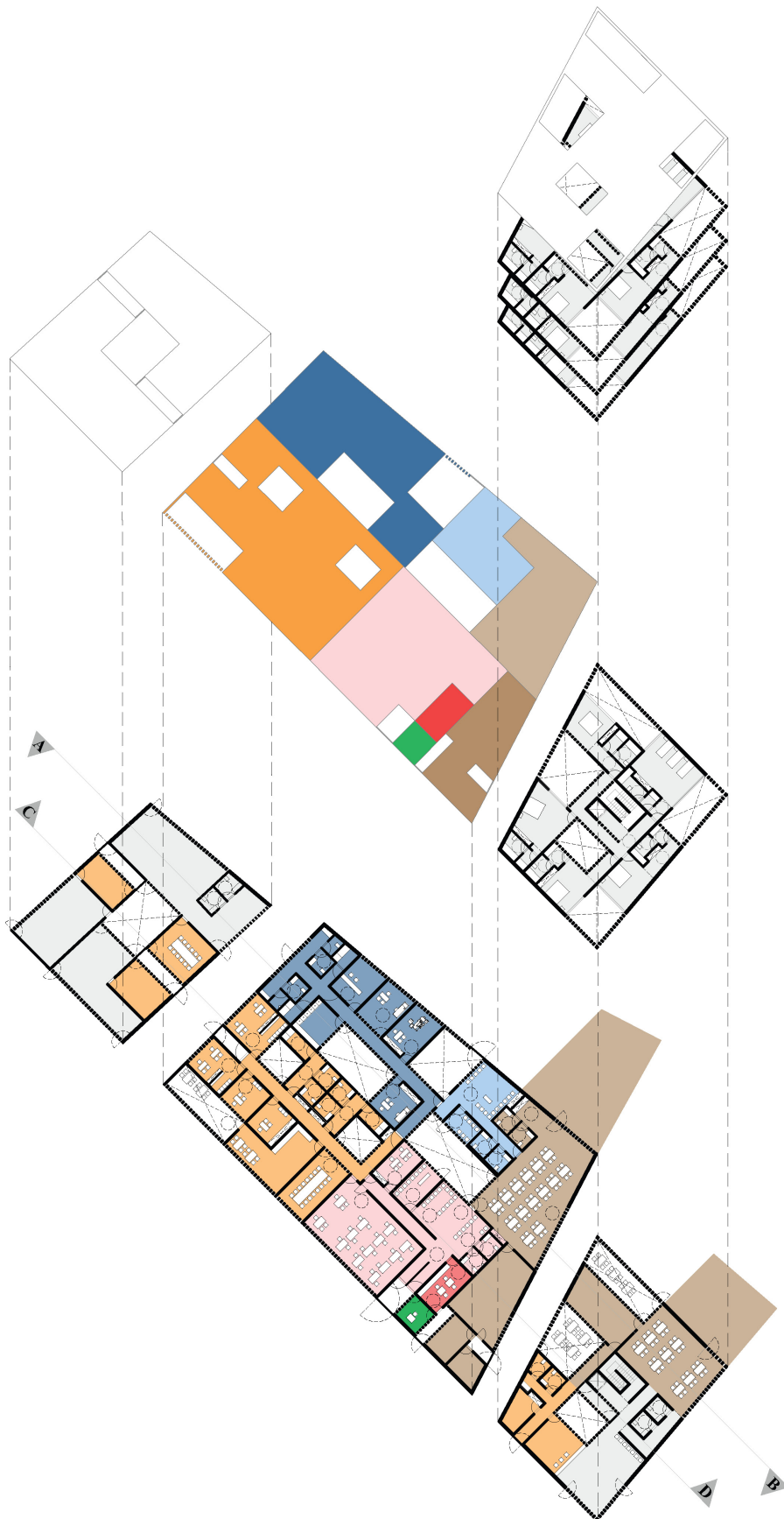


Figura 48 - Axonometria do Edifício Proposto

Fonte - Autoria Própria

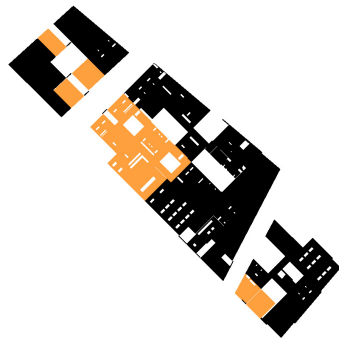
0 5 10 15 20 (m)



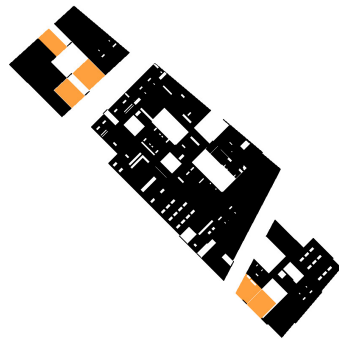


Figura 49 - Organização das Funções do Edifício Proposto

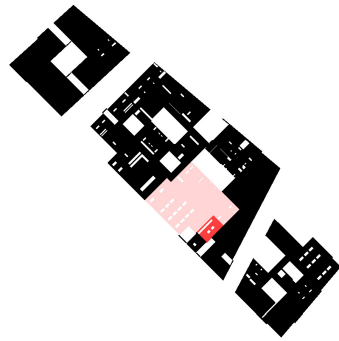
Fonte - Autoria Própria



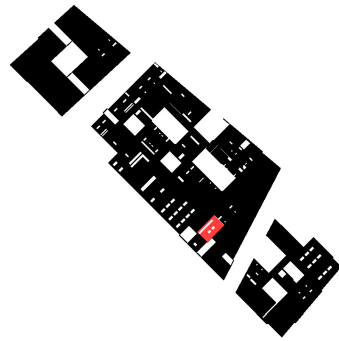
Dia (Zona do Staff)



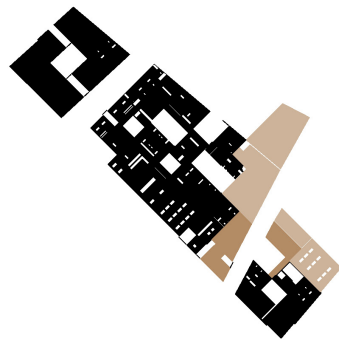
Noite (Zona do Staff)



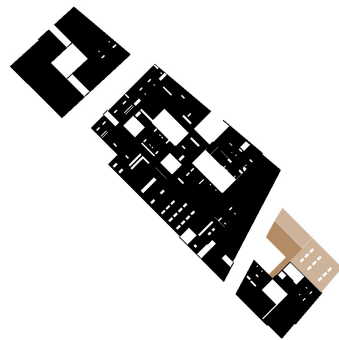
Dia (Tóxicodependentes)



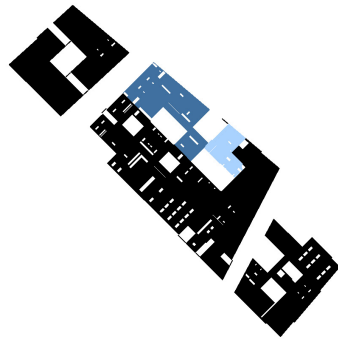
Noite (Dispensário e Troca de Seringas)



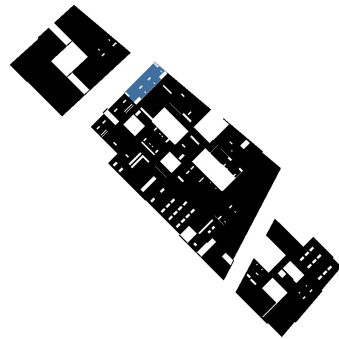
Dia (Restaurante)



Noite (Restaurante)



Dia (Zona dos Alcoolicos)



Noite (Balneários Públicos)

Figura 50 - Uso Diurno e Noturno do Edifício Proposto

Fonte - Autoria Própria





Figura 51 - Planta Piso 0

Fonte - Autoria Própria

0 4 8 12 (m)



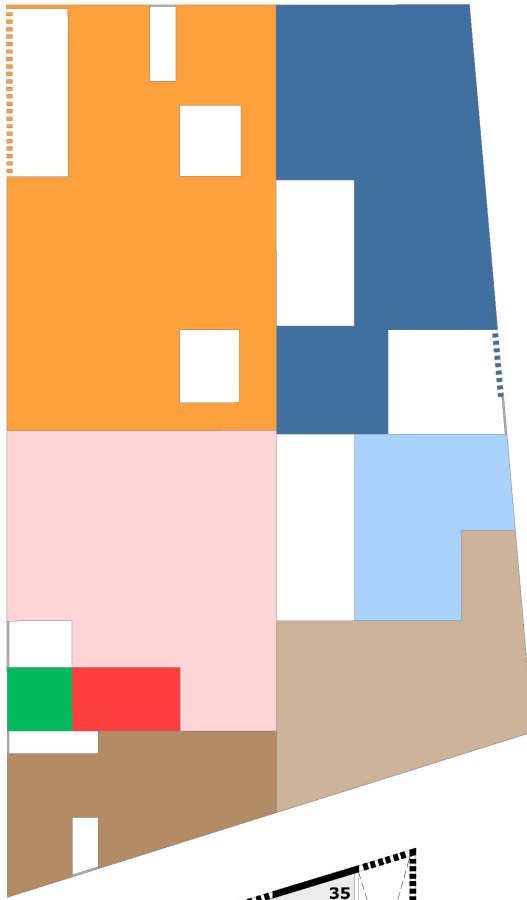
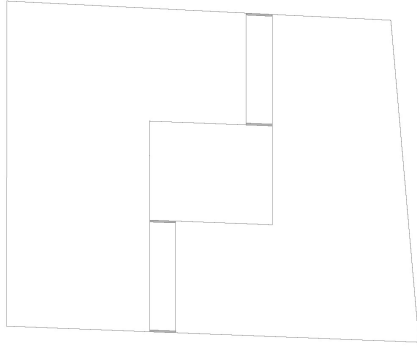


Figura 52 - Planta Piso 1

Fonte - Autoria Própria

0 4 8 12 (m)



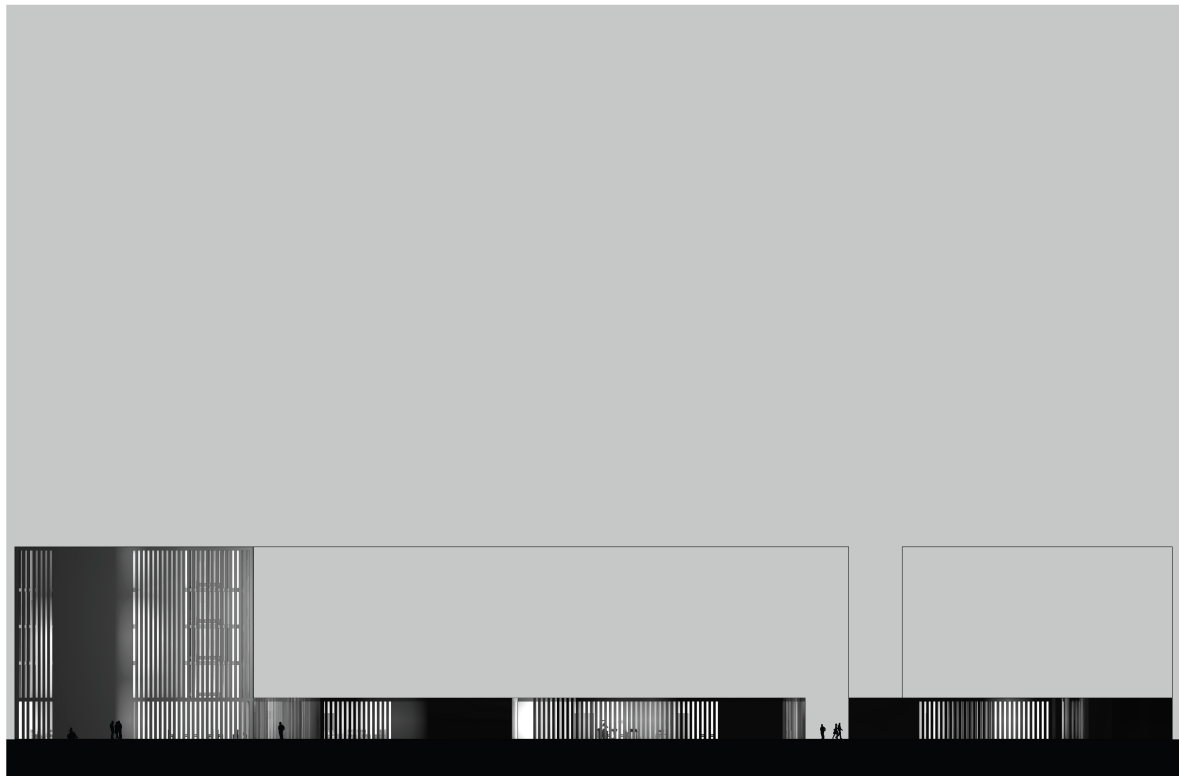


Figura 53- Alçado Norte (Durante a Noite)

0 5 10 15 20 25 (m)

Fonte - Autoria Própria



Figura 54 - Alçado Sul (Durante o Dia)

0 5 10 15 20 (m)

Fonte - Autoria Própria

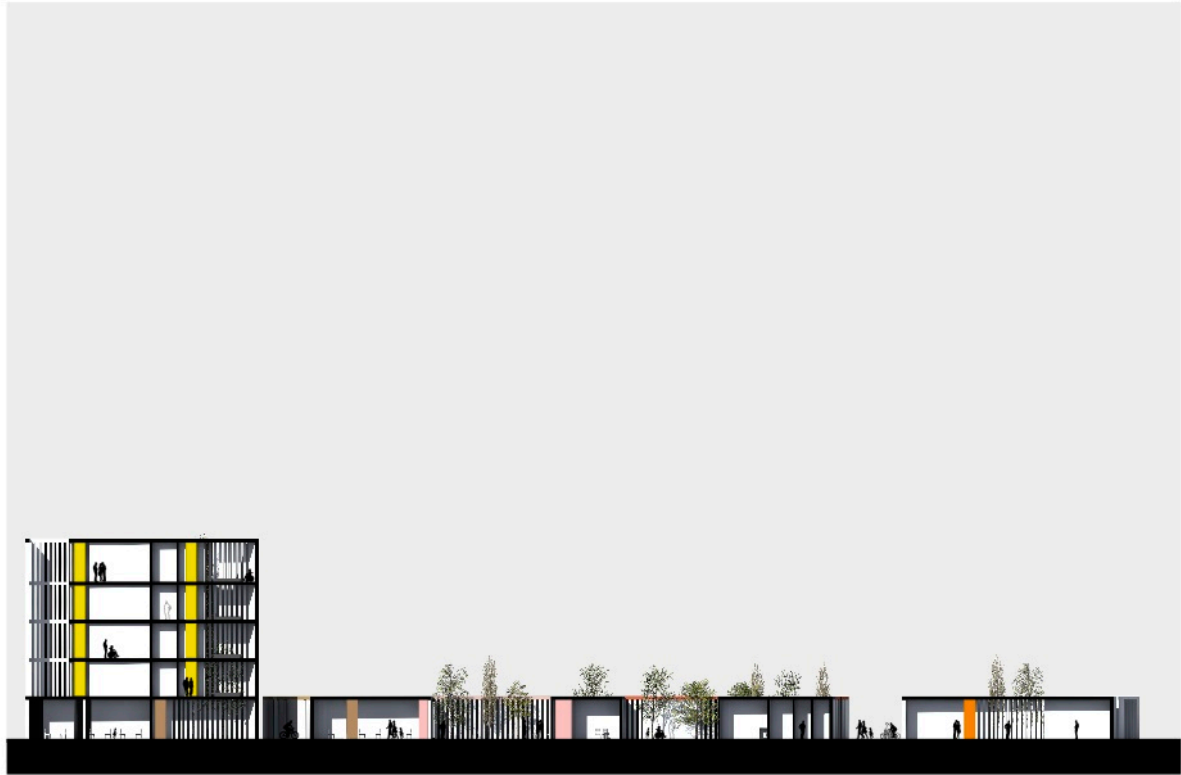


Figura 55 - Corte AB

0 5 10 15 20 25 (m)

Fonte - Autoria Própria

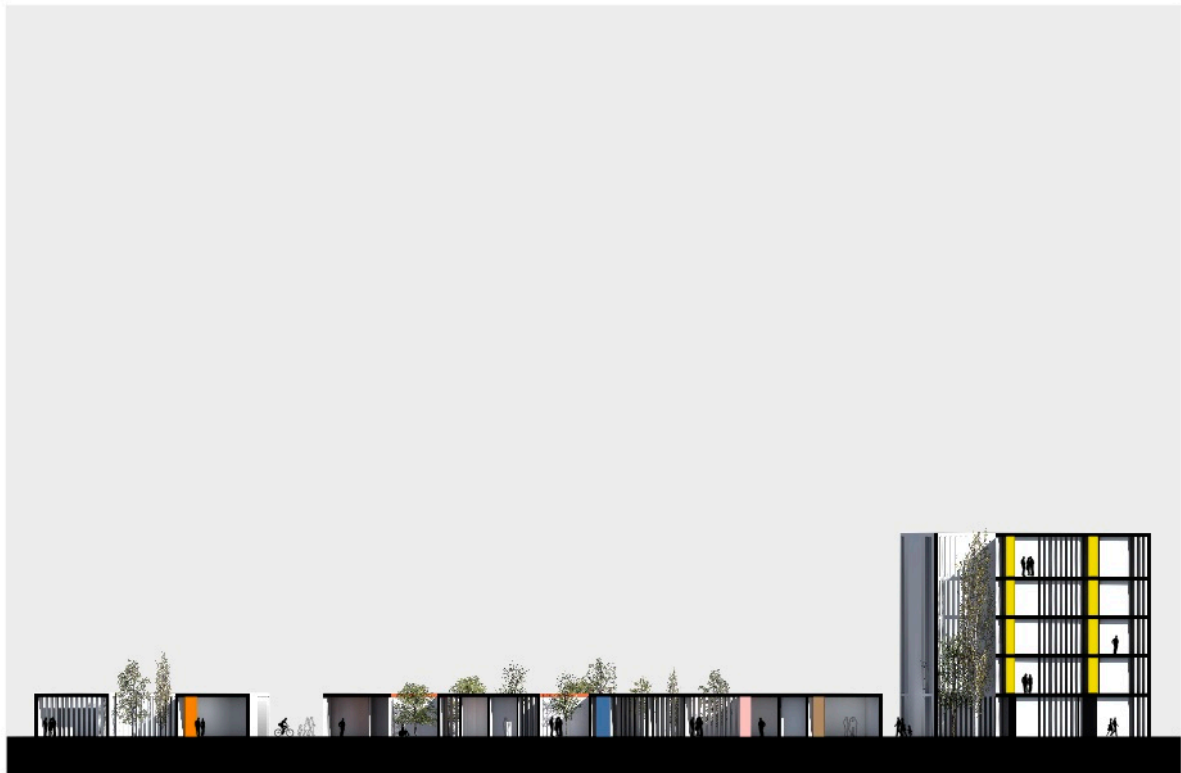


Figura 56 - Corte CD

0 5 10 15 20 (m)

Fonte - Autoria Própria

Figura 57 - Imagem Interior do Edifício Proposto (Restaurante)

Fonte - Autoria Própria



Figura 58 - Imagem Interior do Edifício (Zona de Consumo de Droga)

Fonte - Autoria Própria

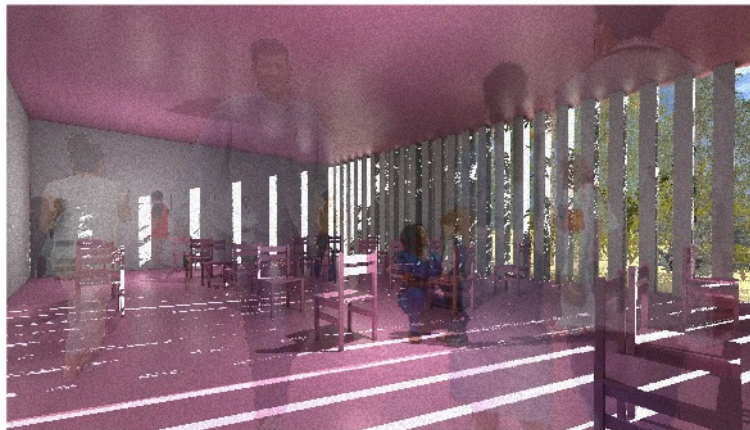


Figura 59 - Imagem Exterior do Edifício Proposto

Fonte - Autoria Própria



Figura 60 - Imagem Exterior do Edifício (Entrada dos Alcoólicos)

Fonte - Autoria Própria



5.6.3_ Integração das Pessoas no Edifício⁹

O principal objetivo deste edifício, até por toda a teoria que o antecede é que seja ao máximo adaptado a quem o use.

“(…) qualquer dispositivo espacial destinado ao acto de habitar define uma espécie de palco adequando às várias representações que os diferentes modos de habitar envolvem.”

(Jorge, 2007, p.104)

A melhor forma para conseguir isto, é a de projetar um espaço inclusivo/adequado que responde diretamente às necessidades arquitectónicas relacionadas com o ser humano que visam assegurar que as suas carências e anseios são respondidos da melhor forma. Só assim se assegura a satisfação de quem o irá usar.

Tendo em conta esse objetivo optou-se aqui por projetar algo que seja fácil e simples de se usar, para que possibilite independência e confiança a todos que o experienciem. Para isto, o edifício reflete a diversidade de todas as pessoas que o podem vir a usar e a forma em como o fazem.

“(…) a casa deve ser habitável por mim. (...) ela tem de responder, (...) aos meus hábitos, aos meus desejos, às minhas expectativas de modo eficaz, ou seja, facilitando a sua concretização ao mesmo tempo que, como imagem de mim, deve permitir que em mim se opere essa tal identificação.”

(Jorge, 2007, p.95)

Resumindo, é um espaço que responde de uma forma eficaz às necessidades de quem o procura, desempenhando a sua funcionalidade (o seu propósito), como também ao ter em conta os seus hábitos e as carências das pessoas, prevendo tecnicamente possíveis limitações (adaptando-se), gerando no seu utilizador uma sensação de identificação, bem-estar e concretização.

⁹ Para esta análise foi considerado todo o Capítulo II, Ser integrado na Arquitetura.

“É sem duvida o acto de habitar que relaciona um habitante com a sua habitação. O habitante apropria-se do espaço definido pela sua habitação, usando-a tecnicamente de acordo com determinadas finalidades (...) aquilo que se chama função.”

(Jorge, 2007, p.101)

O edifício possui diretivas específicas para cada tipo de deficiência, respondendo assim a possíveis deficits por parte de pessoas que o procurem e o usem, tornando assim o seu ato momentâneo/espórádico de habitar este espaço num momento mais humano.

Tendo em conta as pessoas com visibilidade reduzida, e começando pelo o exterior do edifício, este distingue-se pelos seus alçados com diferentes ritmos de elementos verticais (estacarias). Deste modo, ao se passar a mão ou a guia pela fachada, sentir-se-á diferentes ritmos que automaticamente assinalam diferentes zonas, com diferentes funções, facilitando a sua deslocação e proporcionando um melhor sentido de orientação. Estes ritmos, ajudam da mesma forma a melhorar as exigências de qualidade e de conforto, pois como já foi abordado anteriormente, servem de controlo térmico (filtro solar), e ao mesmo tempo propiciam uma boa iluminação natural, bem como funcionam de filtro sonoro, derivado à sua localização (trânsito motorizado e ferroviário). Além desses três aspetos, geram ainda privacidade, protegendo o utente relativamente ao avistamento direto não desejado.

Ainda no exterior e tendo em conta a problemática da orientação, as lajes e platibandas do edifício possuem também as cores funcionais do espaço interior, antevendo assim o seu respetivo serviço. Isto é útil tendo em conta por exemplo crianças ou pessoas idosas, pois assim, podem memorizar a cor e melhor se guiarem pelos espaços até ao ponto pretendido de uma forma intuitiva.

“Aquilo que somos assenta as memórias que acumulámos ao longo da nossa existência. A essas memórias, (...) pertence também o registo mental da vivência dos espaços do nosso quotidiano.”

(Jorge, 2007, p.83)

Se somos feitos de memórias, provenientes de ações derivado a experiências e vivências, há que tornar os espaços onde elas se desenrolam o mais possível agradáveis e

adaptados, para que contribuam positivamente física e psicologicamente (evitando depressões e isolamentos).

Na transição para o interior foram pensadas zonas sem qualquer tipo de desníveis, para que assim, as pessoas com mobilidade condicionada possam deslocar-se de uma forma independente e com o mínimo de barreiras.

Tendo em conta a palavra barreira, todo o interior é pautado por um desenho regular e simples, de modo a proporcionar a quem o experiencie, acessos diretos e curtos sem obstáculos. Isto não é só útil para as pessoas com deficiência a nível visual, que assim à falta de obstáculos melhor se deslocam e mais confiança ganham com o local, como para o resto das pessoas, onde através de percursos sucintos e diretos chegam ao local pretendido. Para evitar faltas de orientação, o interior possui também no teto, pavimento e portas colorações que delimitam as diferentes áreas com as diferentes funções.

Tendo aqui em conta o problema da acessibilidade, e para além do fato de o edifício possuir apenas um piso, todo ele foi projetado, para que toda a circulação e respetivos compartimentos seguissem a legislação (larguras de corredores, eixos de viragem, larguras de portas, entre outros aspetos), possibilitando deste modo um total deslocamento autónomo por parte de pessoas com mobilidade reduzida, portadoras de cadeiras de rodas.

Os pátios, aqui existentes, para além da salubridade do espaço, funcionam quase como pontos chamativos de todo o interior, ou seja, pela iluminação que conferem aos espaços, pela renovação de ar que propiciam e pela vegetação existente pretendida, interagem constantemente com quem está ou chega a este edifício. Assim, estes espaços têm um constante alterar de ambiência, modificando odores, intensidades e formas de iluminação, temperaturas e circulação de ar, o que inerentemente interage com quem até aqui se desloque. Isto é útil não só para as pessoas com deficiências nível cognitivo, motor, visual, como também auditivo.

Concluindo, é um edifício que apela aos cinco sentidos para além de resolver e diminuir o impacto da limitação sempre causado por qualquer tipo de deficiência. Aqui, pretende-se acima de tudo que haja uma coesão social, que todos sejam vistos, tratados e se sintam integrados, se sintam incluídos e acima de tudo, sintam que o edifício foi pensado e projetado, tendo em conta os seus mais variados *deficits*.

Agir num determinado espaço, e agir também na sociedade, pois qualquer espaço que se projete, se materialize terá decerto um efeito social¹⁰.

¹⁰ A mesma ideia é partilhada pela socióloga Isabel Maria Pimentel de Carvalho Guerra em O Impacte das Políticas Urbanas na Exclusão Social, Encontro a Cidade e o Crime (2002).

Com isto pretende-se que este projeto propicie também ações sociais, e a par da adequação às demais deficiências de possíveis utilizadores, pretende que, tanto as pessoas toxicodependentes como as alcoólicas se sintam num edifício que não as discrimine. Sinónimo disto é o constante contato das entradas já referidas que abrem para lugares nobres, e a possibilidade não só de demonstrarem a sua arte á cidade em lugar privilegiado na galeria, como também partilharem espaços do restaurante, esplanada e hotel, de uma forma não discriminatória.

“A arquitetura, não sendo um truque, comporta, na sua vivência dos seus dispositivos, vários truques.”

(Jorge, 2007, p. 110)

O resultado final, é um projeto que teve por base os anseios e as necessidades dos utentes, do ser humano, usando isso como parte integrante na materialização da proposta. Não sendo um truque, o projeto apresentado, apresenta pequenos truques, pequenas coisas que tornam este espaço, um espaço que reflete as necessidades humanas, gerando assim bem-estar a quem o experiencia.

5.6.4_ Integração do Edifício na Paisagem¹¹

“Penso que os edifícios que a pouco e pouco, são aceites pelo seu espaço envolvente devem possuir a capacidade de atrair, de diversas formas, a emoção e o raciocínio.”

(Zumphor, 2006, p.17)

O edifício projetado encerra em si a capacidade de atração através da sua volumetria mais aproximada da escala do utilizador, além do seu enquadramento geral na cidade, bem como a sua permeabilidade visual sempre presente.

A presença constante e clara da sua funcionalidade demonstra a vertente mais racional do projeto, no entanto aproveitada e reinterpretada como elemento mais marcante em termos estéticos e emotivos do próprio edifício. A transposição da funcionalidade para a cobertura reflete-se na marcação exterior, através de diferentes cores.

¹¹ Para esta análise foi considerado todo o Capítulo I, Arquitetura na Paisagem e no Território.

É com esta subversão que se adapta o conceito racional a uma realidade emocional.

No contexto global da proposta, este edifício pretende ser um marco de referência na cidade através do apelo emotivo à sua utilização. Quem o vê quer utilizar e quem o utiliza quer voltar.

Como se abordou, há duas formas de assumir uma integração na paisagem, camuflar, escondendo e dissimulando o edifício, ou realçando-o, fazendo com que este sobressaia e crie contraste com a envolvente. Tudo isto tem um propósito, uma ideia subjacente. O objetivo aqui, é que este seja uma mais valia para o local, tendo como propósito um destaque, neste caso a nível da forma, da cor e da sua constante permeabilidade e mutabilidade, dotando a zona onde se insere de uma nova escala de vivência.

Esta presença pretendida é reforçada durante a noite, pois enquanto anoitece a compartimentação interior sobressai e ganha uma nova presença que se repercute no exterior através dos feixes de luz interior filtrados pelo jogo de cheio/vazio das fachadas exteriores prolongando o interior para o exterior através da luz desvendando novos espaços impercetíveis durante o dia. Tudo isto é enfatizado pela cobertura, pois esta é de vidro e possui iluminação própria no seu interior apontada ao exterior.

“Como mundo artificial que é, a cidade deveria ser deste modo concebida para uma melhoria possível: construída com arte, adaptada a fins que interessam ao homem.”

(Lynch, 1990, p.107)

O edifício graças a todo o conjunto de características que possui permite que seja apelativo em termos estéticos de dia e de noite, funcionando como uma peça escultórica e um polo de convergência na cidade.

5.6.5_ Pormenor Construtivo

A arquitetura vive da estética, vive da sua função, mas vive também do ato construtivo (da técnica), sem isso, não seria materializada.

Mais do que explicar os elementos constitutivos dos dois pormenores construtivos (ver figuras 61 e 62), pretende-se antes aqui demonstrar os princípios estéticos e funcionais aliados aos princípios da construção, que sempre pautaram o desenvolvimento dos pormenores.

Não se pretende aqui utilizar nem se estar preso a pormenores tipo de outros arquitetos, mas sim, retirar desses pormenores já estudados, e postos em prática os princípios da construção, utilizando isso para conceber o pormenor ideal. Este pormenor alia-se por isso totalmente ao efeito estético e funcional pretendido.

Numa primeira abordagem, foi criada a cota exterior idêntica à cota interior de modo a não existirem ressaltos de pavimento para que assim, as pessoas com as mais variadas carências a nível de mobilidade sintam uma entrada que as respeite. Para isso, optou-se por desenvolver um pormenor de forma a que o interior e o exterior embora unidos pela mesma cota, propiciem em termos construtivos (técnicos) um divórcio total na térmica e na acústica do edifício.

Foi adotada um rotura térmica plena e perimetral aos vãos (quando existem), e ao mesmo tempo através do sistema do tipo *capoto*, envolvendo também perimetralmente todos os itens de construção (platibandas, cobertura e as paredes) de forma a que se acentue esse corte térmico. A rotura térmica propicia sempre na construção uma defesa aos agentes externos climáticos (calor, frio, a chuva, e aqui em Berna, até a neve) isto a par de ser criada a estanquicidade. Normalmente a rotura térmica e a estanquicidade devem andar sempre a par em função da localização específica do pormenor. Embora não se tenham realizado cálculos específicos, foi tida em conta a localização geográfica do projeto, tendo-se com isso aumentado a expressão do isolamento térmico.

O pormenor tem também em linha de conta a adoção de uma linguagem pura em que os elementos embora diversos, como as paredes, os vidros, os capeamentos ou soluções de sombreamento da cobertura, se encontrem faceados, ou seja, é possível percorrer com uma mão essas superfícies contiguas/adjacentes na cobertura e nas paredes, sem que esta oscile, sentido apenas a textura da diversidade da matéria aplicada. Assim as barreiras físicas e visuais proporcionadas pela construção, são reduzidas.

Em suma, o pormenor tem em linha de conta os princípios básicos da construção e ao mesmo tempo a linguagem adotada. Nunca a arquitetura com estes itens construtivos deve ceder aos princípios da construção e os princípios da construção devem (embora difícil de se conseguir) seguir os conceitos estéticos estabelecidos para a mesma. ´

Este pormenor adapta-se e responde à imagem estabelecida aquando a concepção do projeto e esteve sempre a par do seu desenvolvimento, para que assim, por exemplo, os frestados pretendidos em alçado, a cobertura de vidro pintada, a platibanda colorida, entre outros aspetos, fossem passíveis de se realizar.

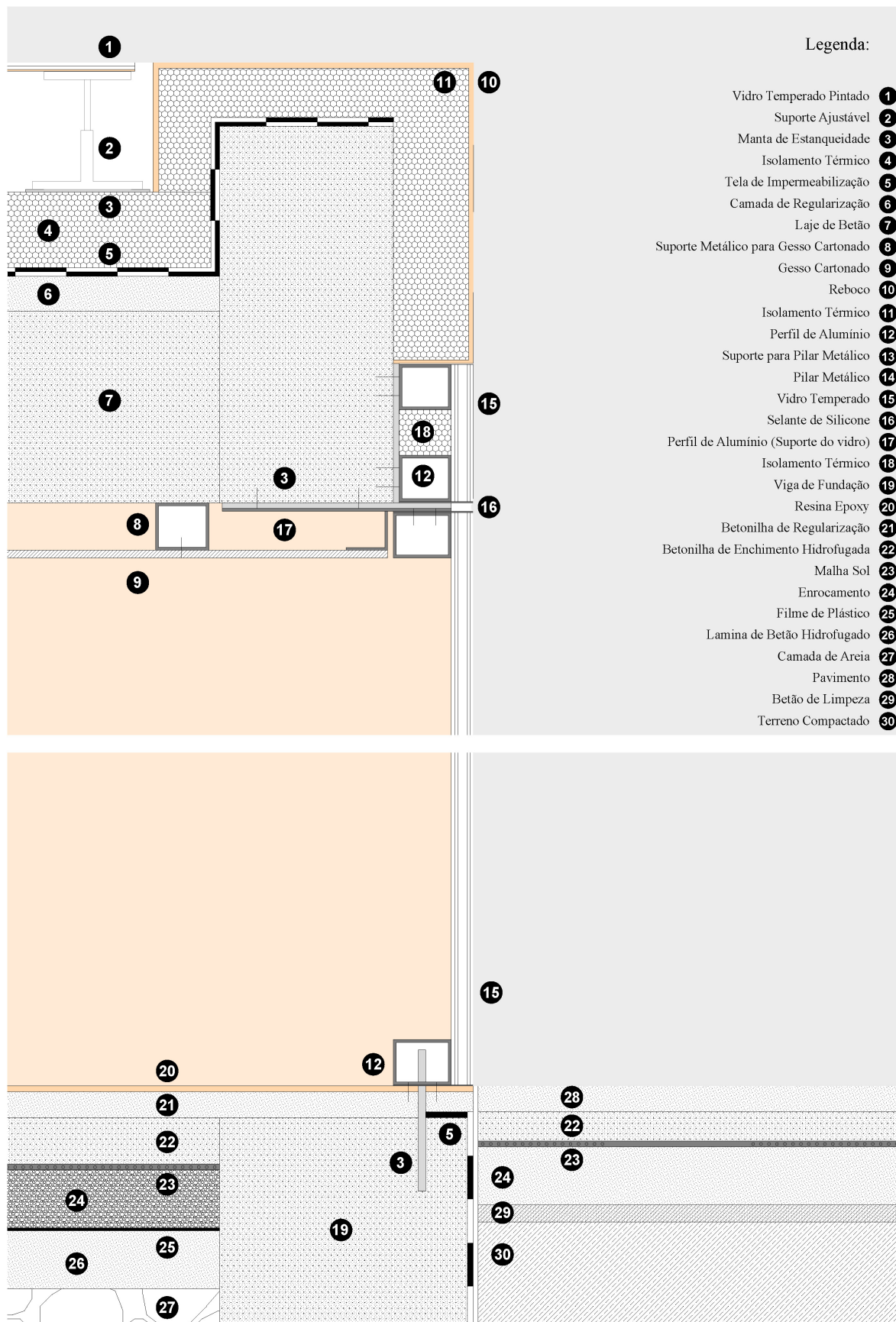


Figura 61 - Pormenor Construtivo A

0 0,1 0,2 0,3 0,4 (m)

Fonte - Autoria Própria

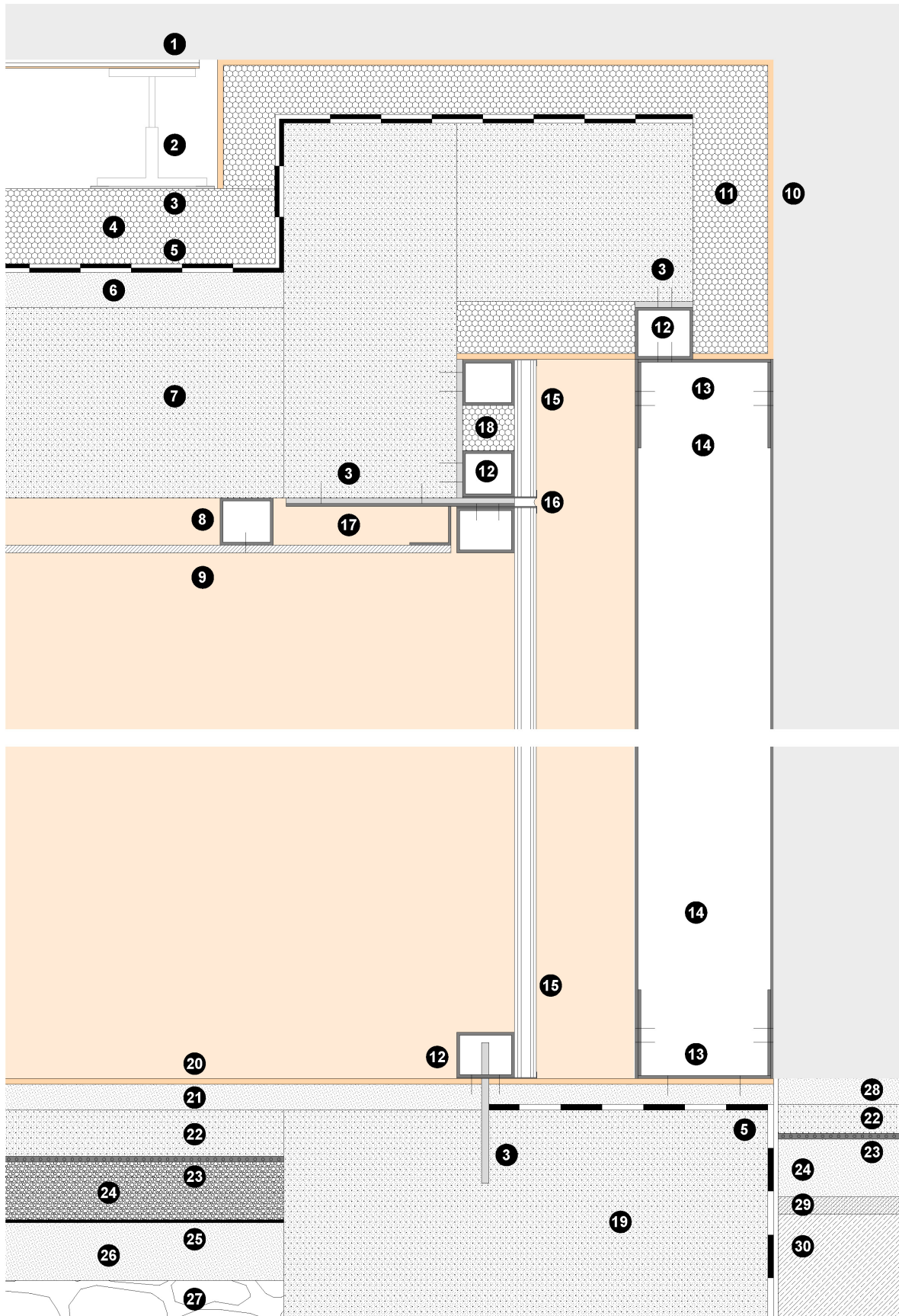


Figura 62 - Pormenor Construtivo B

0 0,1 0,2 0,3 0,4 (m)

Fonte - Autoria Própria



- A** Figura 63 - Baumschlager & Eberle, Hausler House, Austria (2005) / Fonte - n.d.
- B** Figura 64 - Arx Portugal, Casa Possanco, Comporta, Portugal (2011) / Fernando Guerra
- C** Figura 65 - Joshua Schweitzer, The Monument, E.U.A. (1988) / Fonte - Bill Lindsay
- D** Figura 66 - Hélio Oiticica, Magic Square, Brasil (1977) / Fonte - Cris Turek
- E** Figura 67 - Luis Barragán, Casa Luis Barragán, México / Fonte - Endless Tours
- F** Figura 68 - Kieran Timberlake Associates, Loblolly House, E.U.A. / Fonte - OpenBuildings
- G** Figura 69 - Katsuyasu Kishigami, Imazato House, Japão (1999) / Fonte - Jeff Ngan
- H** Figura 70 - Luis Barragán, Casa Luis Barragán, México / Fonte - Endless Tours
- I** Figura 71- Santiago Calatrava, The Nations Wall, Grécia (2001) / Fonte - Dimakk
- J** Figura 72 - Toyo Ito, White U House, Japão (1977) / Fonte - Afasia
- L** Figura 73 - Paulo Gouveia, Museu do Vinho, Açores / Fonte - GATNER

5.6.6_ Obras de Referência

Foram variadas as obras analisadas ao longo de todo o percurso da concepção deste edifício, não só como auxílio aos momentos em que a inspiração não bastava para resolver questões funcionais ou estéticas, bem como por vezes única e exclusivamente para obter uma maior bagagem cultural, ficando a conhecer novas obras, novos arquitetos.

As obras aqui apresentadas, não são por isso a totalidade que se analisaram, estudaram e se questionaram. São sim um resumo, de onde se retiraram alguns elementos formais e funcionais (inspirações) para que assim melhor se alcançasse de uma forma coesa os objetivos do próprio projeto.

Assim, em primeiro lugar refere-se a *White U House* de *Toyo Ito* pela forma em como ocupa toda a poligonal do terreno com a sua forma, e onde a palavra intimista sobressai aos olhos de quem a observa. O mesmo sucede com o edifício proposto, ele ocupa toda a zona de inserção aglomerando os espaços vazios (fazendo deles pátios) para poder viver para dentro de uma forma intimista e com qualidade. Aquando da pesquisa sobre pátios e espaços de qualidade surgiu igualmente a casa *Possanco dos Arx Portugal* e utilizou-se também como projeto de referência pois a escala dos pátios utilizados são semelhantes aos pretendidos, bem como a iluminação por estes captada e toda a sua espacialidade.

Continuando a ter em conta os pátios, surge a obra *Hausler House* de *Baumschlager & Eberle*, que da mesma forma utiliza toda a área disponível nos cantos, através de uma espécie de “casca”, apropriando-se também destas zonas e fazendo com que elas sejam também parte integrante do edifício. A mesma estratégia foi utilizada no edifício central e no hotel (Zona de recreação do STAFF, entrada dos alcoólicos e na esplanada pátio), no fundo é usada uma “pele” que ajuda a delimitar, apropriar e regularizar o desenho do edifício e a obter mais espaço com melhor qualidade. Torna-se assim um espaço de transição entre o exterior e o interior que possui características de ambos.

Referindo aqui a palavra atrás utilizada, “pele”, é possível remeter para os alçados. Como referência, teve-se em conta pelo seu aspeto formal a *Nations Wall* realizada por *Santiago Calatrava* na Grécia e a *Loblolly House* de *Kieran Timberlake Associates*, pela utilização de algo semelhante, mas neste caso, numa habitação, no seu alçado. Optou-se por conciliar ambas as coisas, transpondo a escultura para a fachada, com uma métrica diferente, tendo em conta a originalidade da *Loblolly House*, que por detrás das formas que

apresenta, possui um pano de vidro. Assim deu-se uma função à forma já estabelecida num outro contexto.

Tendo em conta estes alçados, a sua repercussão interior foi sentida e vista pela primeira vez aquando da análise da casa *Luis Barragán*. Embora as fenestraçãoes não sejam da altura total do pé-direito com é proposto no projeto atrás referido, dá para entender o tipo de iluminação conseguida com este tipo de opção e o respetivo ambiente que proporciona. Realçando aqui o ambiente e na mesma obra de referência, teve-se em conta a coloração dos pavimentos, e a forma em como isso contribui para a ambiência do espaço. O mesmo se fez nas diferentes zonas do projeto proposto, onde cada cor, possui uma certa função, distinguindo e criando da mesma forma um certo ambiente muito próprio.

Tendo em conta uma inserção na paisagem, e já que o intuito era fazer algo que tivesse um certo contraste cromático, e embora a envolvência fosse diferente, teve-se em conta a originalidade de *Joshua Schweitzer (the Monument)* e de Paulo Gouveia (museu do vinho), pela imponência cromática e um destoar quanto à envolvente e ao mesmo tempo pela simplicidade de formas com o qual conseguiram. O mesmo se pretendia para a cobertura do edifício central, para assim, como se abordou, este se distinguisse da sua envolvência e funcionasse como um marco, um símbolo. Foram úteis também as colorações utilizadas na escultura *Magic Square* realizada no Brasil por *Hélio Oiticica*.

Por fim, referindo o fato abordado da mutabilidade que o edifício proposto possui durante a noite devido à sua iluminação artificial, deixando transparecer o seu interior (sucendo isto mais na zona do hotel), surge a obra de *Katsuyasu Kishigami, Imazato House*. Embora os materiais constitutivos sejam diferenciados da obra que se propõem aqui a concurso, o conceito de mutabilidade e desta dualidade (dia/noite) rege-se e tem o mesmo propósito do projeto referenciado.

Conclusões

“As boas obras de Arquitetura representam, pois, a mais harmoniosa conjugação dos conhecimentos técnicos com o expoente de Arte (...). Mas ainda não é tudo. Traduzem também os próprios ideais, a cultura e a maneira de viver dos povos.”

(Amaral, 1942, p.6)

O ato de projeto é tanto mais conseguido quanto maior for a sua capacidade para abordar todos os fatores que a envolvem. Ter a consciência plena do mundo que rodeia a intervenção projetada é um ato sóbrio e é a forma mais esclarecida de relacionar a mente única do arquiteto com o ser humano e a envolvência onde se insere.

A arquitetura deve ser tudo menos uma expressão egoísta de quem a processa, ela é feita sempre em função da criatividade de quem a gere, mas sempre dirigida aos outros cumprindo uma função social muito abrangente. Não descorando também fatores como a economia e a técnica da construção.

Apesar dos requisitos funcionais que devem permanecer na lógica de projeto, o arquiteto no seu ato criativo tem a tarefa e o dever de os conciliar com um rigor métrico e estético que têm por base sempre o seu carácter de integração. Esta integração, deve-se pautar por uma visão esférica procurando conciliar todos os fatores que a envolvem.

Não se deve projetar soluções de mobilidade, ou de acessibilidade, resolvendo a funcionalidade e não ter em conta o aspeto estético (forma). Deve-se pensar que embora isso se integre e seja útil de uma forma plena aos seus utilizadores, tudo é projetado na paisagem.

A arquitetura tem sentido se for um ato combinado entre a tecnologia (técnica), as necessidades e a economia, mas tudo isto deve ser congregado com uma lógica e sentido estético com carácter de integração. Não tem sentido fazer-se arquitetura sem que a dimensão estética, nas suas escalas diversas (forma, cor, volume, entre outras) tenham a preocupação de agradar e conciliar gostos sem ferir o meio onde se integra. O ato de não ferir e agredir a memória das pessoas bem como o ato de agradar com novas expressões, são fundamentais para que a arquitetura seja aceite.

A arquitetura é feita para ser habitada, e a condição da sua aceitação está intimamente ligada com quem a habita. Nunca se deve esquecer que a obra é sempre de quem a detém (quem a usa), mas também de quem a avista.

Convém realçar aqui que o ato de compreender novas formas são de aceitação mais complexa, mas toda a evolução pressupõe que assim aconteça. Todo os atos criativo são por vezes de aceitação mais difícil, mas até isso deve ser previsto.

Resumindo, ao longo do trabalho demonstrou-se que o arquiteto deve não só pensar na funcionalidade, adequando a obra ao ser humano, mas também não esquecer a componente estética, tendo para isso em conta a paisagem. Desta forma, e através dos capítulos teóricos, revelou-se que uma boa obra de arquitetura, a par da técnica, deve conciliar ao máximo a estética com a funcionalidade. Na obstante disso, na componente prática, revelou-se a tal visão esférica já abordada que o arquiteto deve possuir para que assim possa perceber o que a rodeia e ter a sensibilidade suficiente para se integrar.

Resultou nisto, um trabalho de projeto que, não só responde aos parâmetros exigidos e às carências a nível de acessibilidade e mobilidade (mote do concurso), como também se dotou tudo o projetado de uma componente estética sempre tida em conta.

Todo o trabalho de projeto teve sempre em conta a razão e a lógica da arquitetura. Nunca houve pressa no ato do desenho e formalizar logo soluções demasiado formalistas ou funcionalistas, mas sim, um constante raciocínio sobre as coisas para que se conseguisse chegar a um consenso de integração entre esta dualidade sempre presente na arquitetura.

7_ Referências Bibliográficas

7.1_ Livros Consultados

Amaral, F.K., 1942. *A Arquitetura e a Vida, Biblioteca Cosmos*. 2ª secção, número 4.

Alves, T., 2001. *Paisagem/Arte, Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*. XXXVI, 72, pp. 67-74.

Andrade, T. B., 2002. *Paisagem e Arquitectura no Rio de Janeiro: Iconografia do olhar conciliador de pintores e arquitetos*. Doutoramento. Universidade Politécnica da Catalunha.

Ascher, F., 2010. *Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos. Um Léxico*. Traduzido por Margarida de Souza Lobo e Ana Valente, Lisboa: Livros Horizonte.

Asensio, P., 2001. *Álvaro Siza*. Barcelona: Loft Publications.

Bauman, Z., 2009. *Confiança e Medo na Cidade*. Traduzido por E. Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Blaser, W., 1997. *Ludwig Mies Van der Rohe (studio paper back)*. Basileia: Birkhauser.

Brandão, P., 2011. *O sentido da cidade: Ensaio Sobre o Mito da Imagem como Arquitectura*. Lisboa: Livros Horizonte.

CABE, 2006a. *Design and Access Statements*. Londres: Commission for Architecture and the Built Environment.

CABE, 2008a. *Civilised Streets*. Londres: Commission for Architecture and the Built Environment.

CABE, 2008b. *Inclusion by Design: Equality, diversity and the built Environment*. Londres: Commission for Architecture and the Built Environment.

CABE, 2006b. *The Principles of Inclusive Design: They Include You*. Londres: Commission for Architecture and the Built Environment.

CABE, 2007. *This Way to Better Streets: 10 Case Studies on Improving Street Design*. Londres: Commission for Architecture and the Built Environment.

Cabral, L. O., 2007. *Revisitando as noções do espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica*, *Revista de Ciências Humanas*. Instituto Educacional Luterano de Santa Catarina. Volume 41, pp. 141-155.

Cabrita, A.M. R., 1995. *O Homem e a Casa, Definição individual e social da qualidade da Habitação*. Lisboa: Edições LNEC.

Cardoso, A., 1991. *O Planeamento Municipal e a Habitação*. Fim de Século Edições.

Carter, P., 2005. *Mies Van der Rohe at Work*. Nova Iorque: Phaidon.

Carvalho, J. *Ordenar a Cidade*. Coimbra: Quarteto Editora.

Coelho, A.B., 2000. *Qualidade Arquitectónica residencial, Rumos e Factores de Análise*. Lisboa: Edições LNEC.

Coelho, A.B., Cabrita, A.R., 1999. *Espaços exteriores em novas áreas residenciais*. Lisboa: Edições LNEC

Cohen, J.L., 2000. *Mies Van der Rohe*. Akalal Ediciones.

Debe, N., Maure, F.V., 1978. *Grande Atlas Mundial*. Lisboa: Seleções Reader's Digest.

Dias, R. et al., 2009. Patrimônio Paisagístico e Jardins Históricos. Edição Município de Oeiras.

D'Abreu, A., 2007. *Paisagem e Ordenamento do Território*, Inforgeo. Julho, pp. 73-77

Colafranceschi, D., 2007. *Landscape + 100 palabras para habitarlo*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

Corbusier, L., 1923. *Vers une Architecture*. Paris: Flammarion.

Costa, A. F., 1999. *Sociedade de Bairro*. Oeiras: Celta Editora.

Ely, V. et al., 2006a. *Jardim Universal – Espaço Livre Público Para Todos*. Curitiba: Abergó 2006.

Ely, V. e Dorneles, V., 2006b. *Acessibilidade Espacial do Idoso no Espaço Livre Urbano*. Curitiba: Abergó 2006.

Ely, V. e Dorneles, V., 2006c. *Áreas Livres Acessíveis para Idosos*. Curitiba: Abergó 2006

Forman, R., 1995. *Land Mosaics: The ecology of landscapes and regions*. Cambridge: Cambridge University Press.

Fortuna, C., 2002. “Culturas urbanas e espaços públicos: sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico”, *Revista Critica de Ciências Sociais*.

Gauzin-Muller, D., 2002. *Arquitetura Ecológica: 29 exemplos europeus*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

Harvey, D., 1985. *Consciousness and the Urban Experience*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

Hanson, J., 2004. *The Inclusive City: delivering a more accessible urban environment through inclusive design*.

Lamas, J.R.G., 2010. *Morfologia Urbana de Desenho da Cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Jacobs, J., 2000. *Morte e Vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes.

Jorge, G., 2007. *Lugares em Teoria*. Lisboa: Caleidoscópico.

Lynch, K., 1990. *A Imagem da Cidade*. Traduzido do Castelhana por Maria Cristina Tavares Afonso. Lisboa: Edições 70.

MAOTDR, 2007. *Viver as Cidades: Programa Polis: Os Projetos e as Obras de Mobilidade*. Lisboa: MAOTDR

Montaner, J. M., 2001. *As Forma do Século XX*. Barcelona: Gustavo Gili

Muga, H., 2006. *Psicologia da Arquitectura*. Canelas: Gailivro.

Neves, J. M., 2004. *Eduardo Souto de Moura: Habitar*. Vale de Cambra: Caleidoscópico.

Organização Mundial da Saúde (OMS), 2007. *Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas*. Suíça: Guide Artes Gráficas

Pallasmaa, J., 2011. *Artistic Generosity, Humility and Expression*. Em: Mimar Sinan University of Fine Arts. Istanbul, Turquia 9 de Março 2011.

Palumbo, P., 1999. *Mies Van der Rohe Farnsworth House, Weekend House*. Basileia: Birkhauser.

Pedro, J.B., 2000. *Definição e Avaliação da qualidade Arquitectónica*. Doutoramento. Lisboa: Edições LNEC.

Portas, N., 2004. *A Habitação Social – Proposta para a metodologia da sua arquitectura*. Porto: FAUP publicações.

- Portas, N., 2007. *A Cidade como Arquitetura*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Pugh, S., 1990. *Reading landscape. Country-city-capital*, Manchester: Manchester University Press.
- Rasmussen, S.E., 2007. *Viver a Arquitectura*. Casal de Cambra: Caleidoscópico.
- Reed, P., 1998. *Alvar Aalto: Between Humanism and Materialism*. Nova Iorque: The museum of Modern Art.
- Rémy, J., Voyé, L., 1994. *A cidade: Rumo a uma nova definição?* Porto: Edições Afrontamento.
- Rodrigues, M. J. M., 2002. *O que é: Arquitectura*. Lisboa: Quimera Editores.
- Rodrigues, S.F., 2009. *A Casa dos Segredos*. ARQCOOP, Cooperativa para a Inserção Profissional em Arquitectura, CRL.
- Rossi, A., 2001. *A arquitectura da cidade*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Russel, F., 1986. *Mies Van der Rohe: European Works*. Londres: Academy Editions (Architectural Monographs).
- Safran, Y. E., 2000. *Mies Van der Rohe*. Lisboa: Editorial Blau.
- Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD), 2007. *Acessibilidade e Mobilidade para Todos: Apontamentos para uma melhor interpretação do DL 163/2006 de 8 de Agosto*. Porto: Inova.
- Simões, J. et al., s.d. *Uma casa para a vida aplicação do design inclusivo à habitação*. Instituto nacional para reabilitação.
- Simmel, G., 2001. “A metrópole e a vida do espírito”, in Carlos Fortuna (org.), *Cidade, Cultura e Globalização – Ensaios de Sociologia*. Oeiras: Celta Editora.

Simmel, G., 2009. *A Filosofia da Paisagem*. Traduzido por Artur Morão. Covilhã: Publicações da Universidade da Beira Interior.

Weilacher, U., 2007. *Syntax of Landscape: The Landscape Architecture of Peter Latz and Partners*. Alemanha: Birkhauser Verlag AG.

Weston, R. 1995. *Alvar Aalto*. Londres: Phaidon Press Limited.

Vázquez, F., 1999. *Mies Van der Rohe 1886-1969*. Lisboa: Editorial Blau.

Verbo, 1995. *Atlas Geográfico*. Lisboa: Editorial Verbo

Vitrúvio, 2006. *Tratado de Arquitectura*. Traduzido por M. Justino Maciel, Lisboa: IST PRESS.

Zevi, B., 1979. *Architectura in Nuce*. Florença: G. C. Sansoni Editore.

Zevi, B. 1998. *Saber ver la Arquitectura*. Barcelona: Ediciones Apóstrofe, S.L.

Zumthor, P., 2006. *Atmosferas*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

Zumthor, P., 2005. *Pensar a Arquitectura*. Traduzido por Astrid Grabow, Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

7.2_ Sites Consultados

Schindler, 2012a. *About the Award, History of the Award*. [online]. Disponível em: <[Http://www.schindleraward.com/award-index/award-about/award-award-impact.htm](http://www.schindleraward.com/award-index/award-about/award-award-impact.htm)> [Consultado a 7 de Fevereiro de 2012]

Schindler, 2012b. *About the Award , Philosophy of the Award*. [online]. Disponível em:

<[Http://www.schindleraward.com/award-index/award-about/award-about-philosophy.htm](http://www.schindleraward.com/award-index/award-about/award-about-philosophy.htm)> [Consultado a 7 de Fevereiro de 2012]

Schindler, 2012c. *About the Award, Schindler and the Award*. [online]. Disponível em: <[Http://www.schindleraward.com/award-index/award-about/award-about-schindler.htm](http://www.schindleraward.com/award-index/award-about/award-about-schindler.htm)> [Consultado a 7 de Fevereiro de 2012]

Schindler, 2012d. *About Us, Schindler Award*. [online]. Disponível em: <[Http://www.schindler.com/group-index/group-kg-about/group-kg-comp-sa.htm](http://www.schindler.com/group-index/group-kg-about/group-kg-comp-sa.htm)> [Consultado a 7 de Janeiro de 2012]

Schindler, 2012e. P_2 Task. [online]. Disponível em: <https://schindleraward.schindler.com/pm_program_en,345.html> [Consultado a 7 de Fevereiro de 2012]

Schindler, 2012f. *Schindler Award, Access for All*. [online]. Disponível em: <[Http://www.schindleraward.com/award-index/award-access.htm](http://www.schindleraward.com/award-index/award-access.htm)> [Consultado a 7 de Fevereiro de 2012]

Schindler, 2012g. *Schindler Award 2012, Competition task*. [online]. Disponível em: <[Http://www.schindleraward.com/award-index/schindler_award_2012/award-2012-task.htm](http://www.schindleraward.com/award-index/schindler_award_2012/award-2012-task.htm)> [Consultado a 7 de Fevereiro de 2012]

7.3_ Imagens Utilizadas

Afasia, 2000. *Toyo Ito, White U House, Japão (1977)*. [imagem online]. Disponível em: <<http://afasiaarq.blogspot.com/2012/01/toyo-ito.html>> [Consultada a 15 de Setembro de 2012]

Afterthegoldrush, 2007. *Permeabilidade a nível do piso térreo de um edifício de Le Corbusier*. [imagem online]. Disponível em:

<<http://www.flickr.com/photos/22512033@N03/5632169574/>> [Consultada a 25 de Agosto de 2012]

Bagheri, H., 2010. *Alvar Aalto, Muuratsalo Experimental House, Finlândia (1952)*. [imagem online]. Disponível em: <http://www.flickr.com/photos/h_ssan/4841412000/> [Consultada a 3 de Janeiro de 2012]

Bastone, N., 2009. *Taddeo Gaddi, Ponte Vecchio, Florença, Itália (1345)*. [imagem online]. Disponível em: <<http://www.nicobastone.com/PI503.htm>> [Consultada a 25 de Agosto de 2012]

Baumschlager & Eberle, 2006. *Baumschlager & Eberle, Hausler House, Austria (2005)*. [imagem online]. Disponível em: <<http://www.baumschlager-eberle.com/projekte/chronologisch/projektetails/.html>> [Consultada a 15 de Setembro de 2012]

Becker, M., 2010. *Álvaro Siza Vieira, Fundação Iberê Camargo, Brasil (2008)*. [imagem online]. Disponível em: <<http://marthabeckerassessoria.wordpress.com/dicas-mb/>> [Consultada a 3 de Janeiro de 2012]

Chad, 2010. *Apropriação de uma ponte em Tokyo. Apropriação de uma ponte em Tokyo*. [imagem online]. Disponível em: <<http://supermerlion.com/tokyo-spring-2010-day-4-sho-ver/>> [Consultada a 25 de Agosto de 2012]

Chad, 2010. *Ishimaru, Shybuia, Japão*. [imagem online]. Disponível em: <<http://supermerlion.com/tokyo-spring-2010-day-4-sho-ver/>> [Consultada a 25 de Agosto de 2012]

Cimmino, T., 2003. *Le Corbusier, Tsentrosoyuz Building, Moscovo (1933)*. [imagem online]. Disponível em: <<http://www.flickr.com/photos/titticimmino/4935061904/>> [Consultada a 25 de Agosto de 2012]

Dimmakk, 2012. *Santiago Calatrava, The Nations Wall, Grécia (2001)*. [imagem online]. Disponível em: <<http://www.flickr.com/photos/dimakk/6908274490/sizes/z/in/photostream/>> [Consultada a 15 de Setembro de 2012]

Endless Tours, 2011. *Luis Barragán, Casa Luis Barragán, México*. [imagem online]. Disponível em: <<http://endlesscancun.blogspot.pt/2011/07/luis-barragan-was-legend-amongst.html>> [Consultada a 15 de Setembro de 2012]

Feiner, R., 2006. *Peter Zumthor, House Luzi, Suíça (2003)*. [imagem online]. Disponível em: <<http://new.heimat.de/graubuendenkultur/baudenkmaeler/detailausgabe.php?vortid=24062&saveref=1&keyword=>>> [Consultada a 3 de Janeiro de 2012]

GATNER, 2011. *Paulo Gouveia, Museu do Vinho, Açores*. [imagem online]. Disponível em: <<http://www.visitazores.com/pt-pt/the-azores/the-9-islands/the-archipelago/heritage>> [Consultada a 15 de Setembro de 2012]

Graeff, J.F., 2011. *Carlos Ferrater e Xavier Marti Gali, Praia do Poente, Benidorm, Espanha*. [imagem online]. Disponível em: <<http://marionfeldmannarquitectura.blogspot.pt/2011/10/passeio-maritimo-da-praia-do-poente-em.html>> [Consultada a 25 de Agosto de 2012]

Jetsonen, J., 2007. *Alvar Aalto, Maison Louis Carré, França (1959)*. [imagem online]. Disponível em: <http://www.alvaraalto.fi/info/press/07eng_maisoncarre.htm> [Consultada a 3 de Janeiro de 2012]

Kuyori, 2011. *Silo Automóvel de Volkswagen City, Alemanha*. [imagem online]. Disponível em: <<http://kuyori.typepad.com/blog/2011/09/the-worlds-most-unique-garage.html>> [Consultada a 25 de Agosto de 2012]

Lindsay, B., 2008. *Joshua Schweitzer, The Monument, E.U.A. (1988)*. [imagem online]. Disponível em: <<http://www.flickr.com/photos/solostandfound/2901050298/sizes/l/in/photostream/>> [Consultada a 15 de Setembro de 2012]

Lucas, 2011. *Eduardo Souto de Moura, Casa na Serra da Arrábida, Portugal (2007)*. [imagem online]. Disponível em: <<http://www.arquitetonico.ufsc.br/e-o-ganhador-do-pritzker-2011-e>> [Consultada a 3 de Janeiro de 2012]

Miranda, T. C., 2009. *Álvaro Siza Vieira, Casa em Mallorca, Espanha (2007)*. [imagem online]. Disponível em: <<http://www.andthisisreality.com/2009/09/casa-de-maiorca-de-siza-vieira.html>> [Consultada a 3 de Janeiro de 2012]

Ngan, J., 2011. *Katsuyasu Kishigami, Imazato House, Japão (1999)*. [imagem online]. Disponível em: <<http://mclades2.wordpress.com/2011/08/23/house-in-imazato>> [Consultada a 15 de Setembro de 2012]

Niemeyer, B., 2012. *Adalberto Libera, Casa Malaparte, Capri, Itália (1938)*. [imagem online]. Disponível em: <<http://www.40forever.com.br/casa-malaparte/>> [Consultada a 25 de Agosto de 2012]

Openbuildings, 2011. *Kieran Timberlake Associates, Loblolly House, E.U.A.* [imagem online]. Disponível em: <<http://openbuildings.com/buildings/the-loblolly-house-profile-2232>> [Consultada a 15 de Setembro de 2012]

Operations, J.C.F., 2009. *James Corner Field Operations, Hignline, Nova Iorque, E.U.A.* [imagem online]. Disponível em: <http://www.american-architects.com/en/projects/detail_thickbox/25333> [Consultada a 25 de Agosto de 2012]

Ribeiro, S.B., 2011. *Eduardo Souto de Moura, Casa das Histórias Paula Rego, Portugal (2009)*. [imagem online]. Disponível em: <<http://moescor.blogspot.pt/2011/03/eduardo-souto-de-moura-premio-pritzker.html>> [Consultada a 3 de Janeiro de 2012]

Turek, C., 2010. *Hélio Oiticica, Magic Square, Brasil (1977)*. [imagem online]. Disponível em: <<http://www.viladoartesaio.com.br/blog/2010/09/inhotim-arte-contemporanea-numa-experiencia-unica/>> [Consultada a 15 de Setembro de 2012]

Vlarocca, J., 2005. *Peter Zumthor, Benedict Chapel, Suíça (1988)*. [imagem online]. Disponível em: <http://uk.wikipedia.org/wiki/%D0%A4%D0%B0%D0%B9%D0%BB:St_Benedict_Chapel.jpg> [Consultada a 3 de Janeiro de 2012]

Anexos

Anexo 1 _ Esquema de Montagem dos Paineis Finais de Apresentação de Projeto



Figura 74 - Esquema de Montagem dos Painéis de Apresentação

Fonte - Autoria Própria

Anexos

Anexo 2 _ Painéis Finais de Apresentação do Projeto

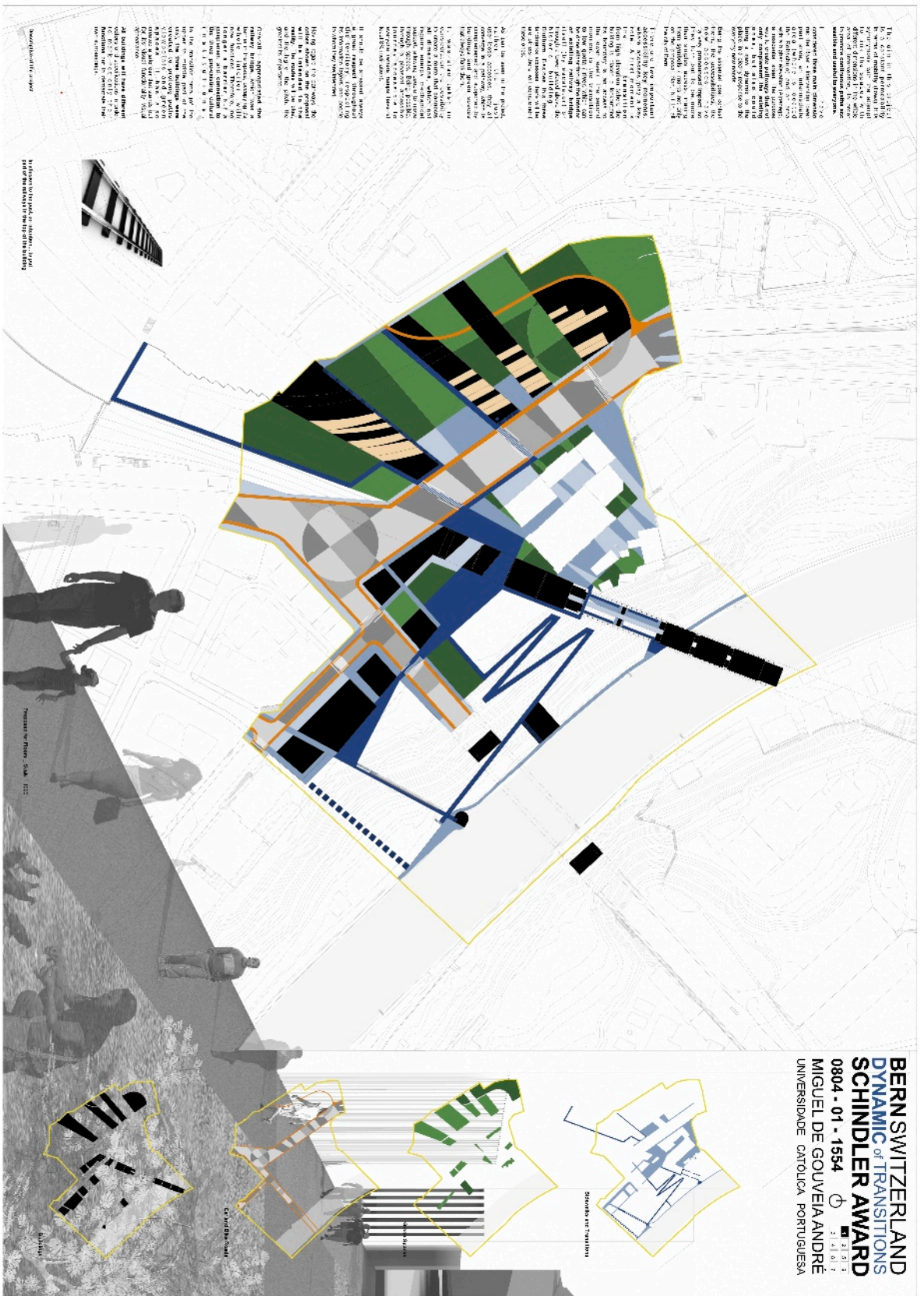


Figura 75 - Painel de Apresentação Número 1

Fonte - Autoria Própria



Figura 80 - Painel de Apresentação Número 6

Fonte - Autoria Própria

Anexos

Anexo 3 _ Índice de Figuras

Figura 01 _ Álvaro Siza Vieira, Fundação Iberê Camargo, Brasil (2008)	29
Figura 02 _ Álvaro Siza Vieira, Casa em Mallorca, Espanha (2007)	29
Figura 03 _ Eduardo Souto de Moura, Casa das Histórias Paula Rego, Portugal (2009)	29
Figura 04 _ Eduardo Souto de Moura, Casa na Serra da Arrábida, Portugal (2007)	29
Figura 05 _ Peter Zumthor, Benedict Chapel, Suíça (1988)	29
Figura 06 _ Peter Zumthor, House Luzi, Suíça (2003)	29
Figura 07 _ Alvar Aalto, Muuratsalo Experimental House, Finlândia (1952)	29
Figura 08 _ Alvar Aalto, Maison Louis Carré, França (1959)	29
Figura 09 _ Planta de Localização	66
Figura 10 _ Planta de Localização	67
Figura 11 _ Análise SWOT	68
Figura 12 _ Análise dos Eixos Principais	72
Figura 13 _ Análise dos Eixos Principais Esquemático	72
Figura 14 _ Análise da Mobilidade Interior	72
Figura 15 _ Análise das Ciclovias	72
Figura 16 _ Análise dos Passeios	73
Figura 17 _ Análise dos Estacionamento	73
Figura 18 _ Análise da Mancha Urbana Esquemática	73
Figura 19 _ Análise da Mancha Urbana	73
Figura 20 _ <i>Layers</i> da Proposta Urbana	86
Figura 21 _ Planta de Localização	94
Figura 22 _ Planta de Implantação	95
Figura 23 _ Funções dos Edifícios	96
Figura 24 _ Vegetação Existente e Proposta	97
Figura 25 _ Planta de Localização com Indicação dos Perfis	98
Figura 26 _ Perfil AB da Proposta Urbana	99
Figura 27 _ Perfil CD da Proposta Urbana	99
Figura 28 _ Perfil EF da Proposta Urbana	99
Figura 29 _ Perfil GH da Proposta Urbana	99
Figura 30 _ Perfil IJ da Proposta Urbana	99
Figura 31 _ Perfil LM da Proposta Urbana	99
Figura 32 _ Imagem da Praça Central e da Apropriação da Ponte Ferroviária	100
Figura 33 _ Imagem da Praça Central e do Edifício Pórtico	100
Figura 34 _ Imagem do Edifício Integrado na Ponte Ferroviária	100

Figura 35 _ Imagem da Torre sob o Edifício Histórico (Blutturn)	100
Figura 36 _ Apropriação de uma ponte em Tokyo	109
Figura 37 _ Ishimaru, Shybuia, Japão	109
Figura 38 _ Taddeo Gaddi, Ponte Vecchio, Florença, Itália (1345)	109
Figura 39 _ Silo Automóvel de Volkswagen City, Alemanha	109
Figura 40 _ Adalberto Libera, Casa Malaparte, Capri, Itália (1938)	109
Figura 41 _ James Corner Field Operations, Hignline, Nova Iorque, E.U.A.	109
Figura 42 _ Le Corbusier, Tsentrosoyuz Building, Moscovo (1933)	109
Figura 43 _ Permeabilidade a nível do piso térreo de um edifício de Le Corbusier	109
Figura 44 _ Carlos Ferrater e Xavier Marti Gali, Praia do Poente, Benidorm	109
Figura 45 _ Carlos Ferrater e Xavier Marti Gali, Praia do Poente, Benidorm	109
Figura 46 _ Carlos Ferrater e Xavier Marti Gali, Praia do Poente, Benidorm	109
Figura 47 _ Planta de Implantação do Edifício a Pormenorizar	116
Figura 48 _ Axonometria do Edifício Proposto	117
Figura 49 _ Organização das Funções do Edifício Proposto	118
Figura 50 _ Uso Diurno e Noturno do Edifício Proposto	119
Figura 51 _ Planta Piso 0	120
Figura 52 _ Planta Piso 1	121
Figura 53 _ Alçado Norte (Durante a Noite)	122
Figura 54 _ Alçado Sul (Durante o Dia)	122
Figura 55 _ Corte AB	123
Figura 56 _ Corte CD	123
Figura 57 _ Imagem Interior do Edifício Proposto (Restaurante)	124
Figura 58 _ Imagem Interior do Edifício (Zona de Consumo de Droga)	124
Figura 59 _ Imagem Exterior do Edifício Proposto	124
Figura 60 _ Imagem Exterior do Edifício (Zona De Entrada dos Alcoólicos)	124
Figura 61 _ Pormenor Construtivo A	132
Figura 62 _ Pormenor Construtivo B	133
Figura 63 _ Baumschlager & Eberle, Hausler House, Austria (2005)	134
Figura 64 _ Arx Portugal, Casa Possanco, Comporta, Portugal (2011)	134
Figura 65 _ Joshua Schweitzer, The Monument, E.U.A. (1988)	134
Figura 66 _ Hélio Oiticica, Magic Square, Brasil (1977)	134
Figura 67 _ Luis Barragán, Casa Luis Barragán, México	134
Figura 68 _ Kieran Timberlake Associates, Loblolly House, E.U.A.	134

Figura 69 _ Katsuyasu Kishigami, Imazato House, Japão (1999)	134
Figura 70 _ Luis Barragán, Casa Luis Barragán, México	134
Figura 71 _ Santiago Calatrava, The Nations Wall, Grécia (2001)	134
Figura 72 _ Toyo Ito, White U House, Japão (1977)	134
Figura 73 _ Paulo Gouveia, Museu do Vinho, Açores	134
Figura 74 _ Esquema de Montagem dos Painéis de Apresentação	Anexo I
Figura 75 _ Painel de Apresentação número 1	AnexoII
Figura 76 _ Painel de Apresentação número 2	AnexoII
Figura 77 _ Painel de Apresentação número 3	AnexoII
Figura 78 _ Painel de Apresentação número 4	AnexoII
Figura 79 _ Painel de Apresentação número 5	AnexoII
Figura 80 _ Painel de Apresentação número 6	AnexoII
Figura 81 _ Painel de Apresentação número 7	AnexoII
Figura 82 _ Painel de Apresentação número 8	AnexoII

